

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE MEDICINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO NA
REGIÃO CENTRO-OESTE

GRACIELE DA SILVA

**CYBERBULLYING ENTRE ADOLESCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL**

CAMPO GRANDE
2022

GRACIELE DA SILVA

**CYBERBULLYING ENTRE ADOLESCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Saúde e Desenvolvimento na região Centro-Oeste. Linha de Pesquisa: Avaliação de tecnologias, políticas e ações em saúde.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos

CAMPO GRANDE
2022

GRACIELE DA SILVA

**CYBERBULLYING ENTRE ADOLESCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS NO
MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Saúde e Desenvolvimento na região Centro-Oeste. Linha de Pesquisa: Avaliação de tecnologias, políticas e ações em saúde.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos

Banca examinadora

Nota/conceito

Dr. Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos –
Faculdade de Medicina – UFMS

Dra. Heloisa Helena de Almeida Portugal – Faculdade
de Direito UFMS – CTPL

Dr. Fernando Moreira Freitas da Silva – Membro
externo – Doutor em direito do Estado – USP

AValiação FINAL: () Aprovada

() Reprovada

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter dado saúde e força a mim para não desistir diante dos desafios que foram impostos.

A toda a minha família pela força durante o mestrado.

A todos os professores do programa, gratidão pelos ensinamentos.

Ao professor Doutor Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos que aceitou o desafio de ser meu orientador, pelo apoio, pela paciência e pela excelente mentoria que se iniciou antes do meu ingresso no mestrado.

Ao meu amigo Michel Canuto Sena. Obrigada pela parceria, orientações e pela ajuda empenhada, para que eu pudesse chegar até aqui.

Ao meu amigo e colega de turma Ady Faria da Silva, pela ajuda mútua e colaboração.

Agradeço à SEMED - Secretária Municipal de Educação.

À diretora Helsney do Nascimento, da escola municipal Wilson Taveira Rosalino.

Ao diretor Rodrigo Maluly Nicci, da Escola Municipal Mucio Teixeira Júnior.

Aos professores das Escolas Municipais Wilson Taveira Rosalino e Mucio Teixeira Júnior, por participarem da pesquisa.

Aos amigos que me ajudaram e auxiliaram nesta jornada.

Ao meu filho Geovani Silva Martinez e ao meu esposo João Antônio Martinez.

A todos que, de forma direta ou indireta, colaboraram para o desenvolvimento deste estudo, muito obrigada.

A violência destrói o que ela pretende defender: a dignidade da vida, a liberdade do ser humano.

(João Paulo II)

RESUMO

O *cyberbullying* pode ser caracterizado como uma questão social, que gera impacto na saúde de adolescentes e pode configurar sérios problemas de saúde pública. Desse modo, o presente estudo tem como tema o *Cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A utilização do *cyberbullying* por adolescentes decorre do anonimato, isso provoca a sensação de proteção do agressor, acompanhada da falta de conjectura dessa atitude. O objetivo principal deste estudo é identificar o *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas no município de Campo Grande, MS. O estudo se justifica diante da necessidade de exploração e compreensão do *cyberbullying* no contexto escolar e regional. A metodologia se apresenta como estudo de abordagem quantitativa, exploratória, descritiva de natureza transversal. Os participantes da pesquisa foram professores de duas escolas públicas municipais do sexto ao nono ano. A coleta de dados foi por questionário *online* sobre a ocorrência de *cyberbullying* na escola, disponibilizado pelo *google forms* aos professores. Como resultado, constatou-se que, nas escolas públicas municipais de Campo Grande/MS, ocorre *cyberbullying*: os professores (77,8%) responderam que, às vezes, ficavam sabendo ou presenciavam alunos fazendo insultos a colegas *online*; escrevendo piadas, boatos, mentiras ou comentários na Internet, para ridicularizar o outro, e espalhando segredos ou imagens de colegas. Alunos que enviaram *fake News* sobre os professores, (11,1%) ficaram sabendo ou presenciaram muitas vezes, (66,7%) às vezes. Viram ou ficaram sabendo de alunos que excluíram colegas *online* e enviaram mensagens intimidatórias, (56,6%) às vezes e (11,1%) muitas vezes. Conclui-se que os dados obtidos por meio do questionário permitiram compreender o fenômeno do *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas de Campo Grande/MS, bem como identificar o papel da escola em relação a casos de *cyberbullying*. (I) existe ocorrência de *cyberbullying*; (II) a escola não compartilha informações de forma adequada entre professores sobre casos de *cyberbullying* que acontecem dentro do ambiente escolar; e (III) as escolas dão o devido suporte aos envolvidos em casos de *cyberbullying*, alunos e familiares. Os dados mostram que ocorre essa modalidade de violência no ambiente escolar, os professores têm conhecimento desse fenômeno, percebe-se que existe uma omissão por parte da escola em relação ao tema.

Descritores: Adolescente; Direito; Saúde; Cyberbullying.

ABSTRACT

Cyberbullying can be characterized as a social issue, which has an impact on the health of adolescents and can configure serious public health problems. In this way, the present study aims to theme the Cyberbullying among adolescents in public schools in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. The use of cyberbullying by adolescents stems from anonymity, this forevokes the aggressor's sense of protection, steelaccompanied by the lack of conjecture in this attitude. The main objective of this study is to identify cyberbullying among adolescents in public schools in the city of Campo Grande, MS. The study is justified by the need to explore and understand cyberbullying in the school and regional context. The methodology is presented as a study with a quantitative, exploratory, descriptive approach of a transversal nature. The research participants were teachers from two municipal public schools from the sixth to the ninth grade. Data collection was carried out through an online questionnaire about the occurrence of cyberbullying at school, made available to teachers through google forms. As a result, it was found that, in the municipal public schools of Campo Grande/MS, cyberbullying occurs: the teachers (77.8%) responded that, sometimes they were endo or presence come on students doing insults to colleagues online; writing jokes, rumours, lies or comments on the internet, to ridicule the other, and spreading secrets or images of colleagues. Students who sent fake news about teachers, (11.1%) found out about or witnessed a lotsometimes (66.7%) at vtimes. Saw or heard about students who deleted peers online and sent bullying messages, (56.6%) at vtimes and (11.1%) many times. It is concluded that these data obtained through the questionnaire allowed to understand the phenomenon of cyberbullying among adolescents in public schools in Campo Grande/MS, as well as identify the role of the school in relation to cases of cyberbullying. (I) there is occurrence of cyberbullying; (II) The it'scola does not adequately share information between teachers about cases of cyberbullying that happen within the school environment; and (III) schools give due support to those involved in cases of cyberbullying, students and family members. The data show that this type of violence occurs in the school environment, teachers aware of this phenomenon, realizethere is an omission on the part of the school in relation to the subject.

Descriptors: Adolescent; Right; Health; Cyberbullying.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Fazer insultos a colegas <i>online</i> . Escrever piadas, boatos, mentiras ou comentários na Internet, para ridicularizar o outro. Espalhar segredos ou imagens de colegas por pelas mídias sociais e outros, em Campo Grande, MS, 2021.....	46
Figura 2 -	Enviar mensagens ameaçadoras ou insultuosas. Postar imagens de um conhecido/a ou de um/a colega na Internet com o intuito de humilhá-la. Enviar vídeos ou fotos de colegas sendo ridicularizado a outras pessoas, em Campo Grande, MS, 2021.....	46
Figura 3 -	Enviar <i>Fake News</i> de um colega para outros, em Campo Grande, MS, 2021.....	47
Figura 4 -	Excluir intencionalmente colegas de um grupo <i>online</i> . Enviar mensagens intimidatórias a colegas utilizando-se das mídias sociais e outros, em Campo Grande, MS, 2021.....	48
Figura 5 -	Enviar <i>links</i> de imagens humilhantes a outras pessoas. Utilizar senha de colega de sala e enviar mensagens em seu nome para outros. Gravar vídeos ou tirar fotos de alguém sendo forçado a fazer algo humilhante ou ridículo, em Campo Grande, MS, 2021.....	48
Figura 6 -	<i>Cyberbullying</i> de alunos contra professores, em Campo Grande, MS, 2021.....	49
Figura 7 -	Setor ou profissional na escola para auxiliar alunos vítimas de violência escolar, em Campo Grande, MS, 2021.....	51
Figura 8 -	Prestação de assistência aos alunos vítimas de <i>cyberbullying</i> , em Campo Grande, MS, 2021.....	51
Figura 9 -	Os professores têm conhecimento quando ocorre <i>cyberbullying</i> no ambiente escolar, em Campo Grande, MS, 2021.....	52
Figura 10 -	O aluno desempenha um papel central na ocorrência do <i>cyberbullying</i> , em Campo Grande, MS, 2021.....	52
Figura 11 -	Suporte da escola para alunos e familiares envolvidos com <i>cyberbullying</i> , em Campo Grande, MS, 2021.....	53

Figura 12 - Envolvimento do Estado na prevenção do <i>cyberbullying</i> , em Campo Grande, MS, 2021.....	53
Figura 13 - Figura que professores podem utilizar para abordar <i>cyberbullying</i> em sala de aula, 2018.....	55
Figura 14 - Representação da disseminação de notícias na Internet, 2018.....	58
Figura 15 - Representação de formas de intimidação por meio de mensagens, 2018.....	59
Figura 16 - Representação do anonimato durante a prática de <i>cyberbullying</i> , 2018.....	60
Figura 17 - Representação de disseminação de notícias de perfis falsos, de bots até viralizar, 2014.....	61
Figura 18 - Representação da modalidade de <i>cyberbullying</i> por mensagens, 2018.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características gerais da amostra, em Campo grande, MS, 2021 p. 44

Tabela 2 - Frequência que o professor teve conhecimento de alunos praticando *cyberbullying*, em Campo Grande, MS, 2021 p. 45

Tabela 3 - *Cyberbullying* de alunos contra professores, em Campo Grande, MS, 2021 p. 49

Tabela 4 - Apoio social oferecido pela escola em casos de violência escolar, em Campo Grande, MS, 2021 p. 50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CP	Código Penal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NSFNET	National Science Foundation Network
OMS	Organização Mundial da Saúde
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TIC	Tecnologia da informação e comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	19
2.1 Noções sobre adolescência	19
2.2 Contextualizando a violência	21
2.3 Exposição de adolescente à violência	23
2.4 Violência nas escolas	25
2.5 Manifestações do <i>bullying</i> escolar	26
3 CYBERBULLYING	29
3.1 Noções de inovação tecnológica e tecnologia digital	29
3.2 A influência das mídias sociais na violência escolar	31
3.3 Cyberbullying escolar	32
4 OBJETIVOS	38
4.1 Objetivo geral	38
4.2 Objetivos específicos	38
5 METODOLOGIA	39
5.1 Delineamento da pesquisa	39
5.1.1 Local da pesquisa	39
5.1.2 Elegibilidade das instituições para pesquisa	39
5.1.3 Caracterização das instituições	40
5.2 População e amostra	40
5.3 Critério de inclusão	40
5.4 Critério de exclusão	40
5.5 Aspectos éticos	41
5.6 Instrumento de coleta de dados	41
5.6.1 Análise estatística	42
6 RESULTADOS	43
7 DISCUSSÃO	54

8 CONCLUSÃO	69
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICES.....	83
APÊNDICE A - Capítulos de livro publicado.....	83
APÊNDICE B - Artigo no formato da revista em PDF.....	118
Apêndice C – Artigo já publicado em PDF.....	137
Apêndice D –Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	150
ANEXOS.....	153
Anexo A – Ofício da SEMED autorizando desenvolver a pesquisa.....	153
Anexo B – Anuência da escola municipal Múcio Teixeira Júnior.....	154
Anexo C - Anuência da escola municipal Wilson Taveira Rosalino.....	155
Anexo D - Autorização para utilização do questionário.....	156
Anexo E – Questionário utilizado na pesquisa para coleta de dados.....	157

1 INTRODUÇÃO

As crianças e adolescentes são de uma geração nativa da era digital. A chamada geração Z possui maior número de grupos vulneráveis, decorrentes do estresse da vida moderna. Diante do interesse pessoal e acadêmico sobre *cyberbullying*, foi realizado um levantamento prévio sobre pesquisas realizadas em Campo Grande, MS, envolvendo o tema. Percebeu-se que existe uma lacuna de pesquisa sobre essa temática, diante da oportunidade de realizar um estudo sobre o tema e considerando sua relevância social, optou-se por desenvolver a pesquisa em escolas públicas, buscando melhor entendimento sobre esse fenômeno que deve ser discutido e compreendido, sobretudo como sua ocorrência influencia os adolescentes. A escolha por trabalhar *cyberbullying* entre adolescentes se deu pela preocupação que essa modalidade de violência deve ser discutida entre adolescentes, familiares, escola e sociedade.

A inovação tecnológica passou a fazer parte da vida do ser humano, aprimorando estratégias, competitividade e crescimento, que passaram a ser caracterizados como um conjunto de mudanças, tornando-se indispensável para o progresso, permitindo a geração de novas ideias com características distintas (FUCK; VILHA, 2012; SERDYUKOV; 2017).

Na educação, essas inovações passaram a desempenhar um importante papel na criação de um futuro sustentável e se tornaram essencial para a produção de novos produtos, produção de conhecimentos, desenvolvimentos científicos e tecnológicos, adotando o termo Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), utilizado para descrever elementos que caracterizam o processo dinâmico e impacta profundamente a economia, a sociedade e o meio-ambiente (FUCK; VILHA, 2012).

Dentre os avanços tecnológicos, destacam-se o progresso das redes de computadores, seguido pela oferta de serviços de Internet, e a popularização das mídias sociais, possibilitando maior interação entre pessoas distantes (MACEDO et al. 2018). Essa comunicação permitiu a troca de mensagens dentro de uma nova concepção, na qual o sujeito cria e troca conteúdos postados em plataformas abertas e em mídias sociais, expressando suas opiniões que, em determinadas situações, podem se tornar conflitantes (RUFINO; RODRIGUES; NUNES, 2010).

As postagens e comentários na Internet apresentam como características a permanência do conteúdo no espaço/tempo (as notícias, ofensas são disseminadas

de forma rápida ao serem postadas na Internet, ou seja, ocorrem a qualquer momento sem espaço fisicamente demarcado, o tempo de permanência é indeterminado); a ausência de controle do conteúdo *online* e rápida propagação (o autor da agressão perde o controle do conteúdo ao postar na Internet ou compartilhar nas mídias sociais, em decorrência da velocidade como que a informação chega até os usuário); a falsa sensação de anonimato (permite que os perpetradores de *cyberbullying* tenham maior confiança em praticar ofensas, provocar dor e sofrimento às vítimas) dentre outros (FERREIRA; DESLANDES, 2018).

Nesse contexto, a Internet se tornou uma plataforma com vários serviços à disposição do usuário, serviço este associado ao aumento das redes sociais e à popularidade das mídias digitais. As mídias sociais *online* atraem milhões de usuários, dissemina conteúdos e se tornaram meio popular de interação no mundo entre adolescentes, permitindo o compartilhamento e trocas de informações em comunidades e redes virtuais, ao mesmo tempo os usuários são criadores e consumidores de conteúdo compartilhado (WONG; MERCHANT; MORENO, 2014).

A adolescência é marcada por um processo de crescimento e de desenvolvimento que se manifesta por meio das transformações anatômicas, fisiológicas, psicológicas e sociais (ASSIS; AVANCI; SERPELONI, 2020). Esse período de transição entre ser criança e se tornar adulto pode fazer que o adolescente seja influenciado, aceito ou rejeitado por grupos *online*, assim como ser vítima, agressor ou espectador de crimes cometidos pela Internet. Nesse processo, adolescentes podem desenvolver roteiros sobre comportamentos e crenças, imitando o que estão vendo, ou sendo influenciados, e pode complicar sua visão de mundo. E a exposição a determinados conteúdos ou situações de violência pode aumentar o risco de que o observador se comporte de forma mais agressiva e violenta no futuro (HUESMANN, 2011).

No Brasil, a Constituição Federal estabelece a proteção do adolescente como direito fundamental e determina que a família, sociedade e o Estado devem assegurar, com absoluta prioridade, os direitos dos adolescentes, protegendo seu direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, dentre outros (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) complementa esses direitos com: (I) direito à vida, a criança e adolescente têm direito a atendimento médico

adequado e a receber informações sobre sua saúde; (II) direito à liberdade, respeito e dignidade – todos têm o direito de ser livre e ser tratadas com respeito; (III) direito à convivência familiar e comunitária, conviver em família, seja ela natural ou afetiva, bem como estabelecer vínculos sociais nos espaços em que convivem; (IV) direito à educação, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 1990).

Nesse contexto, as mídias sociais possibilitam a interação entre as pessoas, ao mesmo tempo que surgem novas modalidades de crimes virtuais, com graves consequências na vida dos envolvidos. E muitos adolescentes, ao se tornarem vítimas, têm seus direitos fundamentais violados.

Dentre essas novas modalidades de violência, o *cyberbullying* se apresenta com uma modalidade grave na vida dos adolescentes e, se configura como problema complexo e multifatorial, que pode acarretar consequências no desenvolvimento social desses indivíduos (SOUZA; SIMÃO; CAETANO, 2014).

Os que praticam o *cyberbullying* têm como finalidade prejudicar emocionalmente as vítimas, utilizando-se de ameaças, insultos e provocações, ao mesmo tempo, espalham boatos ou incitam a exclusão social de suas vítimas. Na Internet, existe uma falta de limites decorrente do fácil acesso de contato com outras pessoas e rápida disseminação de conteúdo, isso faz que a vítima perca o controle sobre o que está sendo veiculado pelas redes sociais e, como consequência, pode apresentar efeitos negativos na sua saúde física e mental (YUDES; REY; EXTREMERA, 2020).

Além disso, as vítimas podem desenvolver dificuldades de concentração, diminuição no desempenho escolar, medo de ir à escola, em determinados casos o desespero dessas vítimas pode se canalizar em desejo de vingança contra agressores (SOUZA; SIMÃO; CAETANO, 2014).

Os perpetradores de *cyberbullying* têm a falsa sensação de anonimato e impunidade. Os adolescentes estão cada vez mais conectados às mídias sociais e violências, como o *bullying* escolar, migraram para a modalidade *online*, assim como as formas de interação. Nesse contexto, a escola é o espaço de socialização, formação e convivência, em determinados casos a mesma, se tornou palco para prática de *cyberbullying* (ZEQUINÃO et al., 2017).

A violência nas escolas se apresenta como um fenômeno existente há tempos, entretanto, somente nas últimas décadas passou a ser reconhecida como problema que afeta o desenvolvimento e a qualidade de vida dos estudantes (GALLEGO-

JIMÉNEZ; OTERO RODRÍGUEZ; GARCÍA SOLÍS, 2020). Essa exposição pode gerar consequências psicossociais e fazer que se tornem insensíveis às situações de violência (GALÁN JIMÉNEZ, 2018).

No *cyberbullying*, as ações dependem de como os indivíduos envolvidos nesse circuito de violência se representam e como atuam, em um cenário composto pela vítima, espectador, educadores e pais (SCHREIBER; ANTUNES, 2015). As características do ciberespaço atraem novos grupos de agressores que, nas interações face-a-face e no confronto direto com as reações imediatas das vítimas, ficariam receosos e inibidos (PIROSTE, 2013).

Seguindo essas definições sobre o *cyberbullying*, esta pesquisa, desenvolvida em Campo Grande/MS, levanta os seguintes questionamentos: como os adolescentes se comportam em relação ao *cyberbullying*? Qual o papel da escola no contexto de violência de *cyberbullying*?

Em face desses questionamentos, esta pesquisa tem como objetivo analisar o *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Pesquisar sobre o *cyberbullying* nas escolas públicas permite compreender a percepção de violência e a ocorrência sobre *cyberbullying* no contexto escolar, tem relevância social e atual, uma vez que as consequências dessa modalidade de violência podem colocar em risco à saúde e a integridade de toda à comunidade.

Desse modo, a pesquisa sobre *cyberbullying* escolar está descrita em seções que se iniciam com a introdução sobre o tema, seguida pela revisão de literatura que dispõe a cerca de noções sobre adolescência, contextualização e exposição do adolescente à violência, violência nas escolas e a manifestação do *bullying* escolar e do *cyberbullying*, objetivos, metodologia, resultados e discussão.

Na revisão de literatura, no item 2, o presente estudo faz uma abordagem sobre adolescência, enfatizando como ocorre essa transição entre deixar de ser criança e entrar na vida adulta. Para maior elucidação, busca-se contextualizar a violência, apresentando conceitos e consequências dessa exposição do adolescente à violência, que como reflexo passou a ter altos índices de incidência dentro do ambiente escolar. Dentre as modalidades de violência, a pesquisa descreve o *bullying* como um comportamento agressivo que tem exclusivamente a intenção de prejudicar a vítima.

No item 3, a pesquisa apresenta o *cyberbullying* e, para a maior compreensão,

apresenta um breve relato sobre o processo de inovação tecnológica e tecnologia digital que teve maior destaque depois dos anos 1990, com o aumento da disponibilidade de serviços na Internet. Em seguida, apresenta a influência das mídias sociais na violência escolar, tendo em vista a popularização das redes e o fato de que acesso de adolescentes por longo período sem controle dos pais tem resultado em prática de violência por meio do *cyberbullying*.

Sendo assim, o resultado desta pesquisa apresentou como o *cyberbullying* é tratado nas escolas, do ponto de vista dos professores. Verifica-se que novas medidas podem ser adotadas na esfera institucional, com ações de combate ao *cyberbullying* nas escolas pelo Poder Público. Os professores também poderão repensar sobre suas práticas e condutas, proporcionando maior acolhimento às vítimas e familiares dessa modalidade de violência.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Noções sobre adolescência

Becker (2017) explica que, em algumas sociedades, a passagem da infância é feita de forma gradual, a criança passa a receber funções e direitos até alcançar a condição de adulto, outras culturas tratam a adolescência como um ritual de passagem e, somente depois de cumprir essa etapa, o sujeito passa a ter direitos e responsabilidades.

A adolescência é marcada por mudanças de acordo com a orientação social (GROEP et al., 2020), tais mudanças ajudam os adolescentes a desenvolver comportamento de confiança, criar habilidades sociais e amadurecer seus objetivos (DERKS, LEE, KRABBENDAM, 2014).

Entretanto, a sociedade não colabora para facilitar esse processo de transformação, por isso a adolescência se tornou um período mais longo e complexo (BECKER, 2017). As mudanças de desenvolvimento na adolescência podem afetar o desenvolvimento sociocognitivo, por exemplo, raciocínio moral, empatia, resolução de problemas, podendo ainda aumentar as influências socioafetivas sobre seus objetivos (GROEP et al., 2020). Explicadas por McLoughin, Lagopoulos e Hermens (2020) como mudança na conectividade funcional, estrutural e no processo integrativo, essas mudanças influenciam na cognição, emoção e comportamento.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a adolescência pode ser definida como a segunda década da vida, dos 10 aos 19 anos, e define como adolescentes jovens aqueles de 15 a 19 anos. Por outro lado, a lei brasileira considera como adolescente a faixa etária de 12 a 18 anos, ou seja, existe um descompasso entre a fixação etária definida pela OMS e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, foi adotado o critério cronológico para identificar requisitos que permitam uma investigação epidemiológica para que sejam elaboradas políticas de desenvolvimento, para isso, “os critérios biológicos, psicológicos e sociais também devem ser considerados na abordagem conceitual da adolescência e da juventude”. (BRASIL, 2007, p. 8).

A proteção do adolescente no Brasil encontra-se fundamentada na Constituição Federal que inseriu como direito fundamental para crianças e adolescentes o dever

da família, sociedade e do Estado assegurar com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, dentre outros. Ao adolescente, a Constituição Federal em seu artigo 228, estabelece a inimizabilidade penal aos menores de 18 anos, mas determina que estão sujeitos às normas da legislação especial. No Brasil, essa legislação é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem a regulamentar os dispositivos constitucionais, aumentando a proteção para crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, estabelecendo sanções para atos infracionais cometidos por menores de 18 anos, como determina os artigos:

Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

Art. 105. Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101. (BRASIL, 1990, p. 1).

O adolescente, quando comete um ato ilícito, está sujeito à julgamento nas Varas da Infância e Juventude, que podem aplicar as medidas socioeducativas estabelecidas pelo artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Tais medidas podem ser: (I) advertência; (II) obrigação de reparar o dano; (III) prestação de serviço à comunidade; (IV) liberdade assistida; (V) inserção em regime de semiliberdade; (VI) internação em estabelecimento educacional; (VII) qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI. (BRASIL, 1990). Nesse contexto, a socioeducação é caracterizada pela ação do Estado para responsabilizar o adolescente pela autoria de ato infracional (CEDCA, 2017).

A adolescência é marcada por um processo de crescimento e desenvolvimento que se manifesta por meio das transformações anatômicas, fisiológicas, psicológicas e sociais (ASSIS; AVANCI; SERPELONI, 2020). Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância, o Brasil é o país com o maior número de adolescentes assassinados no mundo. “Das 35 mil mortes violentas de pessoas até 19 anos identificadas entre 2016 e 2020, mais de 31 mil pessoas tinham entre 15 e 19 anos”. (UNICEF, 2021).

2.2 Contextualizando a violência

A Organização Mundial da Saúde conceitua a violência como qualquer meio capaz de impor sofrimento a uma pessoa e define a violência como a intenção de utilizar-se de força física ou do poder real de ameaça que pode ser contra o próprio indivíduo, outras pessoas, grupos ou comunidades, resultando em lesão, morte, dano, deficiência de desenvolvimento ou privação. Nesse conceito, incluem-se os atos que resultam da relação de poder, tais como ameaças e intimidações (DAHLBERG; KRUG, 2002, p. 5).

O termo violência pode ser considerado como fruto das estruturas, relações e contradições sociais da vida em sociedade. Minayo (1998, p. 515) define que as teorias sobre violência se fundamentam “na ideia de que a agressividade é uma qualidade inata da natureza humana e, portanto, os conflitos da vida social, seja qual for a etapa do desenvolvimento histórico, são de caráter ‘eterno e natural’”.

Assinala que outras teorias se fundamentam “na premissa de que a violência é natural e inevitável, substituem a ideia de processo social e histórico pelo conceito de ‘agressão’, que provém da biologia, etologia, genética e medicina” (MINAYO, 1998, p. 515).

Classificado por Minayo (1998) como terceiro grupo de teorias, esse grupo compreende os processos e as condutas violentas como estratégias de sobrevivência das camadas populares, vítimas das desigualdades sociais, a violência pode ocorrer sem a consciência explícita dos sujeitos e, por estar implícita historicamente, acabou-se naturalizando na cultura de privilégios e dominação.

[...] Ao iniciar sua vida, a criança encontra um mundo de vínculos e relações já formados, com tradições, normas de direito e moral, concepções ideológicas e outros elementos configurados historicamente e de relevância bem concreta. Aí ela forma sua consciência, seu estilo de vida e de reação individual (MINAYO, 2001, p. 517).

Portanto, a violência, quando analisada sob o ponto de vista da saúde, “geralmente é dividida em quatro modalidades de expressão, denominadas abusos ou maus-tratos: física, psicológica, sexual e a que envolve abandono, negligência ou privação de cuidados” (UFSC, 2014, p. 14).

A Organização Mundial da Saúde em 2002 se pronunciou sobre a violência, divulgando o “Relatório mundial sobre violência e saúde”, nesse relatório declara que

a violência é um dos principais problemas mundiais de saúde pública.

[...] Apesar de a violência sempre ter estado presente, o mundo não tem de aceitá-la como parte inevitável da condição humana. Desde que a violência existe, também existem sistemas – religiosos, filosóficos, legais e comunais – que se desenvolveram para evitá-la ou restringi-la. Nenhum deles foi totalmente bem-sucedido, mas todos deram sua contribuição para esse marco definidor da civilização. (DAHLBERG; KRUG, 2002, p. 25).

As consequências da violência pelo mundo afetam mulheres, crianças e idosos e acarretam consequências econômicas para os países que contam com lacunas nos dados sobre violência. Isso dificulta os esforços para a prevenção. Segundo o “Relatório de status global sobre prevenção da violência 2014”, 60% dos países não têm dados utilizáveis sobre homicídio e registro civil (OMS, 2014).

Nos países em que esses dados são coletados, carecem de especificidades, tais como: o sexo, a idade da vítima, a relação da vítima com o perpetrador, dentre outros. Menos da metade dos países relataram a realização de pesquisas de base populacional sobre outros tipos de violência, como maus-tratos e violência à crianças, jovens e idosos (OMS, 2014).

O relatório ainda apontou que somente 40% dos países pesquisados têm políticas de incentivos para que jovens, em risco de violência, possam concluir o ensino médio e 24% dos países têm políticas de habitação em âmbito nacional para reduzir a concentração da pobreza nas áreas urbanas com o objetivo de reduzir a violência (OMS, 2014).

Nesse contexto, as mudanças de paradigmas podem evitar a disseminação da violência, utilizando-se da conscientização e adotando requisitos que permitam ao Estado intervir, denunciar e punir, uma vez que a violência resulta de ações humanas, individuais, de grupos, de classes, que afetam a integridade à saúde física, moral, mental ou espiritual dos indivíduos envolvidos (MARTINS; LEMOS; FERREIRA, 2017).

No campo dos direitos humanos, a violência é compreendida como violação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, e sempre esteve presente na sociedade como um fator humano social, que se apresenta em diferentes períodos, épocas e contextos. Esse fenômeno da violência é histórico e representa um reflexo da sociedade que a reproduz, podendo aumentar ou diminuir conforme sua construção social (BRASIL, 2018).

2.3 Exposição de adolescente a violência

A exposição de jovens à violência tem sido relacionada à comportamentos patológicos específicos, que podem ser uma manifestação de aprendizagem (GALÁN JIMÉNEZ, 2018).

Cooley-Strickland et al. (2011), em estudo, destacam o impacto na saúde de crianças e adolescentes que vivem em comunidades violentas, apresentam problemas emocionais, comportamentais e acadêmicas que estão associados à ansiedade, à depressão, ao comportamento perturbador e agressivo, ao uso de drogas, à evasão escolar e à reprovação acadêmica.

Ademais, faz-se necessária a prevenção no ambiente escolar para diminuir os impactos dessa exposição na vida da criança e do adolescente. A violência na comunidade pode ser entendida como qualquer ato deliberado com a intenção de causar dano físico a uma ou mais pessoas. A violência crônica se espalhou para vários ambientes ou grupos sociais e suas consequências afetam uma porcentagem significativa dos membros da comunidade por um longo período de tempo (COOLEY-STRICKLAND et al., 2011, p. 132-133).

A convivência com a violência pode provocar no adolescente o que Funk (2006) apresenta como dessensibilização à violência. A dessensibilização à violência segundo o autor pode ocorrer como um processo inconsciente que resulta na redução ou na erradicação de respostas cognitivas e emocionais e, como resultado, comportamentais a um estímulo violento, desenvolvendo comportamento falho para intervir e impedir ações violentas ou a prática voluntária de um ato violento.

Galán Jiménez e Serrano (2014) descrevem que a dessensibilização à violência na sociedade é um processo sutil, quase acidental, resultante da exposição repetida à violência da vida real e faz que as crianças tenham menos reação emocional a eventos violentos, desencadeando comportamento agressivo e, como consequência, cognição social que apoia agressão.

Assim, a dessensibilização à violência diminui o afeto negativo, a angústia e o reconhecimento de suas manifestações, simpatia ou preocupação pelas vítimas de violência, culpa, responsabilidade e gravidade atribuída ao dano gerado por perpetradores de violência, e também reduz comportamentos pró-sociais. Por outro lado, aumenta o acesso a ideias e à tendência para realizarem comportamentos violentos; por sua vez, aumenta as emoções e resultados positivos gerados pela

violência, incluindo testemunhar situações (ou cenas) de violência (GALÁN JIMÉNEZ; SERRANO, 2014, p. 79).

Piaget (1994, p. 23) define que “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Se o indivíduo se tornar insensível à violência, os processos de raciocínio moral que poderiam inibir a agressão podem ser contornados, uma vez que os processos de raciocínio moral serão acionados automaticamente antes de cometer um ato agressivo ou violento (FUNK, 2006).

Segundo Galán Jiménez (2018, p. 57), no ambiente em que vivem, os jovens não são alheios ao que é observado e promovido, a cultura da violência gera padrões de comportamento, com trajetórias e metas a serem cumpridas por se basearem em princípio oposto aos comportamentos sociais, tais como obedecer às regras legais, isso faz que a violência seja mascarada a ponto de parecer uma parte necessária da vida.

A convivência com a violência faz que o sujeito, exposto a ela, tenha sua percepção de reconhecimento do que é violência diminuída, tornando-se um ato normal no seu dia-a-dia. Quando as formas de violência ultrapassam certos limites e começam a chamar a atenção, tendem a gerar um efeito sobre outras expressões de violência que se tornam naturalizadas, toleradas pelo coletivo e, muitas vezes, invisíveis (GALÁN JIMÉNEZ, 2018; FOWLER et al., 2009). As teorias da cognição social sugerem que a exposição à violência da comunidade, modela a violência como um comportamento apropriado (FOWLER et al., 2009).

A violência é considerada como um fator de risco importante para que a criança e o adolescente não tenham um desenvolvimento saudável, tendo em vista que “a violência é experimentada e significada pelo sujeito, pode contribuir para reações negativas ou a criação de formas de enfrentamento” (PATIAS; HEINE; DELL’AGLIO, 2017, p. 469).

Na definição feita por Abt (2017, p. 267), a violência na comunidade ocorre com a seguinte classificação: (I) a violência varia em sua letalidade ou capacidade de causar lesões físicas graves; (II) sua ocorrência pode ser em diferentes ambientes, tais como: privacidade de casa ou em público; (III) os indivíduos envolvidos podem ser pequenos ou não, exemplo uma disputa entre vizinhos, conflitos entre gangues; (IV) a violência pode ser espontânea como uma briga de bar, ou planejada como um assassinato; (V) pode ser expressivo de emoções, com o objetivo de atingir um alvo

específico; (VI) incidentes de violência podem ocorrer frequentemente como qualquer disputa formalmente declarada entre Estados. Assim, a violência na comunidade consiste no fenômeno socioeconômico abrangente, persistente e complexo.

2.4 Violência nas escolas

A violência nas escolas é um fenômeno existente há muito tempo, todavia somente nas últimas décadas passou a ser reconhecida como problema que afeta o desenvolvimento e a qualidade de vida dos estudantes (GALLEGO-JIMÉNEZ; OTERO RODRÍGUEZ; GARCÍA SOLÍS, 2020), ou seja, essa violência escolar é o reflexo da incidência de violência fora do ambiente escolar (BUENAÑO; SÁNCHEZ; PAREDES, 2021). No mesmo sentido:

[...] A violência sofrida, ou praticada, nas escolas se manifesta de forma distinta e sofre influências das condições de extrato social, tipo de instituição, cultura e gênero. A humilhação é o tipo de violência mais sofrida, seguida de furto, ameaça e destruição de pertences; a humilhação e furtos estão presentes nas escolas privadas e as agressões e depredações presentes nas escolas públicas; nas escolas localizadas em áreas de intensos conflitos violentos, a arma de fogo é instrumento de violência (SILVA et al., 2014, p. 21).

No contexto geral, a violência pode ser definida como comportamento envolvendo agressão premeditada, de um indivíduo ou grupo contra seus semelhantes (ROSA, 2010), tendo em vista que as distrações experimentadas por adolescentes ao serem expostos à violência na escola e em sua comunidade são características do microsistema que representam e moldam os resultados de desenvolvimento dos jovens (COOLEY-STRICKLAND et al., 2011; BARBOZA, 2018), os eventos a que foram submetidos passam a interferir nos padrões normais de resposta do indivíduo, causando-lhes *déficit* de atenção, diminuição do desempenho cognitivo e dificuldade em controlar suas emoções (COOLEY-STRICKLAND et al., 2011).

A exposição de crianças e adolescentes à violência, além de gerar consequências psicossociais (BRAGA; DELL'AGLIO, 2012), podem fazer que se tornem insensíveis à violência que os cercam e passam a enxergá-la com uma parte necessária que deve ser aceita em suas vidas (GALÁN JIMÉNEZ, 2018). Nesse contexto, a violência está inter-relacionada com as formas em diferentes

abordagens (ABT, 2017). Quando expostos à violência, a dessensibilização pode representar uma aprendizagem não associativa que resulta em resposta diminuída a um estímulo após exposição repetida (MRUG; MADAN; WINDLE, 2016), essa violência se manifesta por meio de situações como vandalismo, pichações, xingamentos e agressões dentre outros no ambiente escolar (ASSIS; MARRIEL, 2010).

A prevenção da violência é uma das estratégias que devem ser adotadas pelo Estado, utilizando-se de ações integradas entre os serviços de saúde e a comunidade, identificando e disponibilizando pontos de apoio para atender adolescentes em situação de risco (FARIA; MARTINS, 2016), visando reduzir danos cognitivos, psicossociais e mentais, incluindo depressão e suicídio, uma vez que vítimas ou agressores podem apresentar maiores chances de sintomas depressivos, do que estudantes que não praticam e não sofrem violência (GIORDANI; SEFFNER; DELL'AGLIO, 2017).

A escola deve ser um espaço constituído por segurança e proteção, de modo que proporcione a formação intelectual, de desenvolvimento e de aprendizagem, no entanto, situações de violência e desrespeito nessas instituições ganharam destaque nas mídias (BARBIERI; SANTOS; AVELINO, 2021).

Barbieri, Santos e Avelino (2021) destacam que esses conflitos escolares são formados pelos espectadores, ou seja, as testemunhas que observam os acontecimentos e se mantêm neutras. Para Sattler, Thomas e Cadet (2019), o medo generalizado, em todas as situações, manifesta-se por meio de padrões de agressão; alvos perseguidos e em determinados casos às vítimas não sabem como se defender; os autores buscam por indivíduos com características específicas, tais como: orientação sexual, crença, gênero, físico e raça.

2.5 Manifestações do *bullying* escolar

A violência escolar e o *bullying* são problemas sociais presentes no ambiente escolar com efeitos negativos na saúde mental e bem-estar dos adolescentes envolvidos (ALBALADEJO-BLÁZQUEZ et al., 2019), essa modalidade de violência impede que crianças e adolescentes tenham o direito básico à educação e a ambientes de aprendizagem seguros (ARHUIS-INCA, 2021).

O termo *bullying* é de origem inglesa e se qualifica como um conjunto de ações

e comportamentos agressivos exercidos por um indivíduo ou por grupos (PEREIRA et al., 2015), definido como um comportamento negativo prejudicial que causa um desequilíbrio de poder entre os indivíduos (MALAEB et al., 2020) e se configura como um fenômeno traumatizante para crianças e adolescentes (LUCAS et al.; 2015).

O *bullying* é constituído por qualquer comportamento considerado agressivo e composto pela intenção de prejudicar a vítima, pela natureza repetitiva das agressões e pelo desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima (VIEIRA JUNIOR; VIEIRA; MORETTI, 2020), entre alunos ocorre quando um ou mais desenvolvem comportamentos agressivos em relação a outro aluno, a quem pretendem prejudicar repetidamente, em uma relação interpessoal de desequilíbrio real ou imaginário de poder ou força (RODRÍGUEZ-HIDALGO; PANTALEÓN; CALMAESTRA, 2019).

Zequinão et al. (2016, p. 184) explicam que, mesmo com a definição da literatura sobre “os papéis de agressores e vítimas, no ambiente escolar, torna-se mais complicada a identificação dos envolvidos nesse tipo de comportamento, principalmente pela presença dos indivíduos que são vítimas-agressoras”, o *bullying* pode ser de natureza relacional no qual o sujeito que é excluído socialmente tem sua participação em jogos ou festas reduzidas, passa a ser rejeitado por colegas e se torna vítima de fofocas e outras formas de humilhação e vergonha pública (FONTANIVE et al.; 2021).

Adolescentes que se envolvem em situações de *bullying*, como vítima, agressor, vítima-agressor ou espectador, podem apresentar problemas sociais, afetivos, cognitivos, em curto ou em longo prazo e as consequências podem ser: “problemas de autoestima, de relacionamento com os pares, dificuldades na aprendizagem, evasão escolar, comportamentos violentos, transtorno de conduta, sintomas psicossomáticos, depressão, risco de suicídio” e outras (HORTA et al., 2018, p. 124).

As vítimas de *bullying* podem ser espancadas, insultadas, ameaçadas, socialmente excluídas ou sofrer danos à sua propriedade, diante de espectadores; podem apresentar problemas de saúde mental, transtornos alimentares, baixa autoestima, solidão, má qualidade de relacionamento, automutilação, ansiedade, sintomas de depressão e pensamentos suicidas. Os alunos que se envolvem em comportamento intimidador o fazem na tentativa de adquirir maior *status* e uma posição de poder dentro do grupo (MONTERO-CARRETERO; BARBADO; CERVELLÓ, 2019).

Neste contexto, precisam de ajuda os causadores e vítimas de *bullying*, tendo em vista que as vítimas sofrem uma deterioração de sua autoestima, passam a fazer julgamento de si, já os agressores precisam de auxílio, por sofrer deterioração de sua escala de valores e de seu desenvolvimento afetivo e moral (FRANCISCO; LIBÓRIO, 2009). Segundo Francisco e Libório (2009, p. 201), “a intimidação e a vitimização são processos de grande complexidade que se produzem no marco das relações sociais e com frequência no meio escolar, podendo agravar progressivamente o problema com severas repercussões” em médio e em longo prazo para os implicados.

O *bullying* escolar é um fenômeno complexo que precisa ser investigado para melhor compreensão de suas diversas especificidades. Para isso, a participação, os tipos de agressão com maior prevalência e os locais mais utilizados para essa prática violenta são informações indispensáveis, quando se tenta buscar alternativas de redução para tais comportamentos (ZEQUINÃO et al., 2016).

Assim, visando diminuir a prática do *bullying* escolar, a Lei n. 13.185 de seis de novembro de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*), adotou que todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo e sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, com o objetivo de intimidar ou agredir, causa uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015, p. 1).

3 CYBERBULLYING

3.1 Noções de inovação tecnológica e tecnologia digital

A inovação tecnológica tornou-se essencial nas estratégias de diferenciação, competitividade e crescimento, a depender do grau dessas mudanças, e se caracterizam como um amplo conjunto de mudanças (FUCK; VILHA, 2012).

O processo de inovação tecnológica está intimamente ligado à geração de ideias com características distintas (SASS, 2015). Essas inovações na educação desempenham um importante papel na criação de um futuro sustentável e se assemelham à mutação de um processo biológico, pois as espécies evoluem e competem por sobrevivência (SERDYUKOV, 2017).

Segundo Fuck e Vilha (2012), a palavra inovação está relacionada à produção de novos produtos, de conhecimentos, desenvolvimentos científicos e tecnológicos; o termo Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) é utilizado para descrever elementos que caracterizam o processo dinâmico que está impactando profundamente a economia, a sociedade e o meio-ambiente.

Desse modo, a tecnologia digital é algo indispensável à vida do ser humano, por meio dela derivam os conhecimentos e técnicas que são utilizadas para manter a sobrevivência e, ao mesmo tempo, permitem a produção de teorias científicas com técnicas aplicáveis na resolução de problemas práticos (LORENZETTI et al., 2012).

Dentre as maravilhas tecnológicas, estão os avanços das redes de computadores, com o aumento rápido de computadores pessoais, a interconexão das redes existentes e o surgimento da Web. Ao final dos anos de 1980, a velocidade de operação da Internet também foi aprimorada, atingindo 100 Mbps em diversos países, em 1991, a NSFNET tinha um tráfego superior a um trilhão de *bytes*, ou seja, dez bilhões de pacotes por mês (MACEDO et al., 2018).

Ainda na década de 1990, surgiram várias empresas que ofereciam importantes serviços para operar sob a Internet, dentre as empresas, estavam: *eBay*, *Hotmail*, *Google*, *Yahoo!*, *PayPal* e *Napster*. O *eBay* possibilita a compra e venda pela Internet em escala mundial e, o *Hotmail* oferecia serviço de *e-mail*. A *Google* se apresentava como um mecanismo de busca na *Web* diferenciado e inovador, destacando-se como um novo modelo, que busca obter lucro por meio das propagandas relacionadas com o interesse dos usuários e não com anúncios estáticos

como acontecia anteriormente (MACEDO et al., 2018, p. 46).

Em 2000, surgem novas organizações que passaram a fazer parte do cotidiano de muitas pessoas, dentre elas estão: *Wikipédia*, *Facebook* (serviços de rede social), *YouTube* (compartilhamento de vídeos por meio da Internet), *Dropbox* (armazenamento e sincronização dos dados dos computadores de seus usuários, sob o conceito de nuvens) e *Spotify* (serviços de streaming de músicas) (MACEDO et al., 2018, p. 46).

Esses avanços tecnológicos das redes de computadores (MACEDO et al., 2018) possibilitaram maior interação entre os humanos, por meio da comunicação entre pessoas distantes (HUANG, 2021).

Partindo desse pressuposto, a comunicação pode ser definida como troca de mensagens utilizada para se comunicar, como fruto das relações estabelecidas entre pessoas. A Internet possibilita a interação entre os usuários, mesmo sem se encontrar pessoalmente, com uma nova concepção descentralizada, em que o sujeito se torna ativo participando, criando e trocando conteúdos postados em plataformas abertas e em mídias sociais (RUFINO; RODRIGUES; NUNES, 2010), com opiniões conflitantes.

Nesse contexto, a Internet se tornou palco de novas aplicações, com vários serviços à disposição do usuário, associados ao aumento das redes sociais e à popularidade das mídias digitais. As mídias sociais *online* atraem milhões de usuários, disseminando conteúdos via interações sociais, tornando-se popular no mundo.

As tecnologias digitais estão globalmente difundidas e passaram a ocupar esferas da vida social, profissional e pessoal, moldando comportamentos e se apresentando como influenciadoras nas relações dos sujeitos com o mundo (BOUTANG, 2011). Atualmente, 59,6% das pessoas utilizam a Internet, 53,6% da população mundial utilizam mídias sociais, no Brasil mais de 150 milhões de pessoas são usuários de redes sociais, em 2020, aumentou em 13% o número de usuários de mídia social (KEMP, 2021).

Segundo o *Global Overview Report* de 2021, o Brasil aparece em terceiro lugar no *ranking* dos países que gastam mais tempo acessando mídia social, com uma média de três horas e quarenta e dois minutos por dia, 9 em cada 10 usuários da Internet acessam pelo *smartphone* (KEMP, 2021).

As tecnologias digitais impactam o processo social, transformando aspectos da vida em dados que se transformam em informações compartilhadas por seus usuários, como um novo modelo de interação social que apresenta riscos como

invasão à privacidade (KENSKI, 2007). As plataformas digitais possuem mais de um bilhão de usuários ativos mensais, são elas: *Facebook*, *Youtube*, *Whatsapp*, *Messenger* e *Instagram* (KEMP, 2021). Interferem nas condições de acesso às informações, que são incorporadas e, ao mesmo tempo, influenciam mudanças de comportamento (KENSKI, 2007).

3.2 A influência das mídias sociais na violência escolar

A tecnologia digital moderna é utilizada por mais da metade da população mundial e pode se apresentar como disseminadora e influenciadora da violência a crianças e adolescentes. Ray e Jat (2010) apresentam que a exposição à mídia com frequência pode afetar negativamente à saúde de crianças em desenvolvimento, ao fazer cobertura de cenas de tiroteios, ataques de atiradores, motins e outras violências está influenciando adolescentes a praticarem atos violentos (EARLES, 2002).

Na perspectiva de saúde pública sobre a violência na mídia, Browne e Hamilton-Giachrisis (2005) explicam que os efeitos de imagens violentas sobre as crianças podem se apresentar no bem-estar infantil, das famílias, comunidades e nos hábitos de comportamentos do espectador criança ou adolescente.

A violência escolar pode ser entendida como atitudes praticadas dentro do espaço escolar por docente, discente, servidores e comunidade, essas ações podem induzir à criminalidade, provocar danos ao patrimônio público e, ao mesmo tempo, provocar conflitos interpessoais, tendo em vista que “a violência nas escolas tem se elevado nos últimos anos, principalmente devido às inúmeras mudanças socioeconômicas ocorridas na sociedade e no entorno da escola” (SILVA; NEGREIROS, 2020, p. 328). A exposição na mídia, de atos violentos ocorridos na escola, pode apresentar efeitos prejudiciais no comportamento de adolescentes.

O surgimento da mídia visual, segundo Huesmann (2010), provocou mudanças na educação e nas experiências de socialização de crianças e adolescentes nos últimos anos. As crianças passaram a conviver com culturas diferentes, de sua própria família, comunidade e ficaram expostos à aparência, comportamentos e crenças de outras pessoas, que se comportam de modos diferentes.

As mídias sociais permitem uma conectividade entre diferentes pessoas. Crianças e adolescentes imitam o que veem e podem desenvolver roteiros complicados para comportamentos, crenças sobre o mundo e preceitos morais de

como se comportar. A exposição à violência aumenta o risco de que o observador se comporte de forma mais agressiva e violenta no futuro (HUESMANN, 2010).

A mídia social é um meio popular de interação para adolescentes e jovens, e ao mesmo tempo permite que eles criem, compartilhem, troquem informações em comunidades e redes virtuais e se tornem criadores e consumidores de conteúdo compartilhado (WONG; MERCHANT; MORENO, 2014).

McGinty et al. (2014), em estudo sobre o enquadramento da mídia de notícias sobre doenças mentais graves e violência armada nos Estados Unidos, de 1997 a 2012, apresentam que a discussão sobre tiroteios em massa na mídia mesmo abordando diversas questões podem contribuir para a violência armada, assim como videogames violentos, *bullying*, envolvimento com gangues, negligência e abuso infantil e doença mental grave.

Segundo as ideias desenvolvidas por Newman, Fox e Roth (2005), existem algumas condições necessárias para desencadear a violência escolar, dentre elas: (I) o aluno deve se sentir como marginal na hierarquia social da escola, sujeito à exclusão social, *bullying* e provocações; (II) sofrer por problemas psicológicos, como doença mental, depressão ou tendência suicida, que aumentam o impacto de sua marginalidade social; e (III) viver em uma cultura de violência.

Anderson et al. (2017) explicam que nenhum fator de risco isolado faz que uma criança ou adolescente se comporte de forma agressiva ou violenta, segundo ele, é o acúmulo de fatores de risco e a falta de proteção que levam a atos agressivos e violentos, não se pode afirmar que a violência na mídia seja o único ou principal fator de risco que desencadeia comportamento agressivo ou violento em jovens, mas se apresenta como um dos fatores de risco. Além do mais, a mídia violenta pode deixar as pessoas menos sensíveis à dor e ao sofrimento alheio. Quanto à dessensibilização à violência na mídia, o processo é provavelmente gradual e inconsciente, ocorrendo como resultado de apresentações repetidas de violência, conforme necessário, justificado e divertido (ANDERSON et al., 2017).

3.3 Cyberbullying escolar

O *cyberbullying* pode ser descrito como uma variação de *bullying* no contexto digital, decorrente de comportamentos agressivos, ou seja, é uma agressão intencional por meio eletrônico, que se utiliza de insultos, ameaças, divulgação de

fotos embaraçosas e pode ser perpetrado por diversas mídias, sem a necessidade da presença física dos envolvidos (FERREIRA; DESLANDES, 2018).

A vida está cada vez mais ligada à tecnologia, isso implica dizer que problemas da vida real podem se transformar em situações problemáticas no mundo virtual. As mudanças no uso e nos padrões de comportamento dos jovens nas redes sociais, as manifestações e os fatores de risco do *cyberbullying* passaram por transformações (ZHU et al., 2021). Um exemplo é o *bullying* escolar que com os TIC se adaptou para uma nova modalidade de violência conhecida como *cyberbullying* (GONZALES-CALATAYUD; ESPINOSA, 2021).

O *cyberbullying* se tornou uma agressão cada vez mais utilizada, em decorrência do anonimato que protege e fortalece o agressor, dando-lhe a sensação de impunidade. A escola tem sido palco para a prática do *cyberbullying* e violência física, contrariando o discurso que a escola é somente um espaço de socialização, conhecimento, formação e proteção (ZEQUINÃO et al., 2017).

Nesse contexto, o *cyberbullying* se configura como problema complexo e multifatorial, que pode acarretar consequências no desenvolvimento social dos indivíduos (SOUZA; SIMÃO; CAETANO, 2014). *Cyberbullying*, em sentido mais amplo, pode ser definido como qualquer comportamento que se utiliza de tecnologias para envio repetido de mensagens agressivas ou outras ações semelhantes com a intenção de causar danos (GONZALES-CALATAYUD; ESPINOSA, 2021).

O comportamento dos ciberagressores pode ser classificado como (I) enviar mensagens com insultos, ameaçadoras, depreciativas ou intimidadoras; (II) manipular as fotos para ridicularizar ou criar uma falsa imagem da vítima e enviar por mensagens no celular ou internet; (III) provocar o isolamento das vítimas nas redes sociais; (IV) utilizar a senha da vítima para enviar mensagens usando sua identidade; (V) provocar a vítima em *chats*, jogos *online*, comunidades virtuais; (VI) criar um falso perfil da vítima; (VII) disseminar mentiras sobre a vítima para prejudicá-la (calúnias, injúria, difamação); (VIII) divulgar informações pessoais da vítima; (IX) ofender a vítima na Internet; dentre outros (GARAIGORDOBIL; MARTÍNEZ-VALDERREY, 2018).

No *cyberbullying*, as ações dependem de como os indivíduos envolvidos nesse circuito de violência se representam e como atuam em um cenário composto pela vítima, espectador, educadores e pais, que em determinadas situações são os últimos a terem ciência do abuso (SCHREIBER; ANTUNES, 2015).

Mortti e Herkovits (2021) descrevem que o espectador ocupa um papel central,

uma vez que suas ações modificam o curso dos eventos; podem reduzir os efeitos dos incidentes, oferecendo suporte aos agredidos; reforçar a agressão juntando-se ao assédio, reproduzir o material em questão ou agir passivamente legitimando a ação.

Oriol, Varela e Miranda (2021) explicam que muitos agressores e vítimas cibernéticas sofreram algum tipo de *bullying* tradicional e, quando a cibervitimização ocorre simultaneamente com outras formas de agressão face-a-face, aumenta o risco de ansiedade, depressão, dentre outros fatores, tendo em vista, que todas as manifestações de *cyberbullying* expõem os adolescentes a situações de humilhação dentro de uma valoração social.

O *cyberbullying* exerce efeitos negativos na vida dos jovens, incluindo invasão de privacidade pessoal e distúrbios psicológicos (MORTTI; HERKOVITS, 2021). O *cyberbullying* permite que perpetradores ajam anonimamente aumentando o desequilíbrio de poder entre a vítima e o agressor, que se utilizam de dispositivos eletrônicos e do ambiente virtual, para insultar, ameaçar ou envergonhar a vítima perante a sociedade (RONDINA; MOURA; CARVALHO, 2016). Uma vez divulgada a ofensa à vítima em meios eletrônicos, o dano é imediato e um único ato do perpetrador será repetido por outras pessoas, afetando a vítima diversas vezes (SCHREIBER; ANTUNES, 2015).

O *cyberbullying* não tem limites delimitados pela geografia e não pode ser contido em um único país, por esse aspecto se tornou um problema global e seu enfrentamento requer maior colaboração internacional. Os efeitos adversos de insegurança, menor nível de escolaridade, piora da saúde mental e maior infelicidade levaram à UNICEF a afirmar que "nenhuma criança está absolutamente segura no mundo digital" (ZHU et al.; 2021, p. 2).

O envolvimento com *cyberbullying*, como vítima ou perpetrador, prevê um maior grau de sofrimento psíquico, segundo Zang (2020), os impactos no sofrimento psíquico se tornam insignificantes quando existe coesão entre família, escola e ações de combate ao *cyberbullying*. Fatores individuais, relacionamentos entre pares, família, escola e comunidade são potenciais fatores de proteção contra o envolvimento de *bullying* e *cyberbullying* escolar.

Os direitos fundamentais da criança e do adolescente são protegidos pela Constituição Federal, quando se refere à dignidade, à liberdade e à integridade físico-psíquica, tendo em vista a sua condição especial de pessoa em desenvolvimento (CONTE; ROSSINI, 2010).

A Constituição Federal, no artigo 227, estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Estabelece o parágrafo quarto do referido artigo que a “lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”. (BRASIL, 1988).

A dignidade da pessoa humana é um princípio constitucional e dele se determina a proteção contra qualquer ofensa e humilhação com tratamentos desumanos à criança e ao adolescente que, em sua condição de ser humano em formação, necessita de ter sua dignidade tutelada. A proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente se torna mais ampla com a Lei n. 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que reafirma os direitos constitucionais estabelecidos no artigo 227 e determina, no artigo terceiro, que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

A Lei n. 13.185, de seis de novembro de 2015, instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*). Determina como *cyberbullying* a intimidação sistemática na Internet, utilizando-se de instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar à violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial (BRASIL, 2015).

As legislações vigentes no Brasil, aplicáveis como sanções aos crimes de *cyberbullying*, são o Código Civil, o Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Atualmente, adapta condutas criminosas virtuais aos artigos previstos no Código Penal.

Segundo o art. 186 do Código Civil, “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” (BRASIL, 2002). Trata-se de reparar dano causado por ação ou omissão do agente.

Para Trentin e Axt (2021), o ser humano tem a personalidade formada por um

conjunto de valores que pode ser objeto de lesões, decorrentes de atos ilícitos. O dano eminentemente moral tem reflexo no seu patrimônio material, e toda a agressão à personalidade ou à dignidade tem o dever de reparar o dano.

Para a responsabilização civil de agressores que praticam *cyberbullying*, é aplicável o artigo 932, inciso I, do Código Civil, o qual prevê punição aos pais ou responsáveis pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia (BRASIL, 2002).

O *cyberbullying* viola os direitos básicos do ser humano. É uma violação que segundo Nunnci (2019, p. 281) fere a “[...] dignidade da pessoa humana e a honra do indivíduo, pois quem vive em sociedade possui uma imagem de reconhecimento e todos são merecedores da igualdade”, ou seja, viver em sociedade requer um respeito mútuo que deve ser observado, visando a preservação da dignidade da pessoa humana. E na definição de honra segundo o autor ela pode ser uma ‘objetiva’ ou ‘subjéitiva’. A honra objetiva é o julgamento da sociedade contra o indivíduo, é a imagem que a pessoa possui na sociedade, e honra subjéitiva é o julgamento que o indivíduo faz dele mesmo (NUCCI, 2019).

Nesse contexto, no que tange à responsabilização penal diante da ocorrência de *cyberbullying*, a conduta do agente pode ser enquadrada nos crimes estabelecidos pelo código penal.

O crime de calúnia pode ser descrito como ato de imputar a alguém uma falsa acusação, para que indivíduo perca sua credibilidade dentro da sociedade (NUCCI, 2019). “Calúnia: art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime”. (BRASIL, 1940).

A difamação significa desacreditar publicamente uma pessoa, manchando sua reputação, não se trata de qualquer fato inconveniente ou negativo, mas sim de fato ofensivo à sua reputação (NUCCI, 2019). “Difamação: art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”. (BRASIL, 1940).

O crime de injúria ocorre quando ofender ou insultar de modo vulgar com xingamentos, atingindo a dignidade do indivíduo ou sua compostura. Esse insulto mancha a honra, o conceito que esse indivíduo tem dele mesmo (NUCCI, 2019). “Injúria: art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro”. (BRASIL, 1940, p. 1).

O constrangimento ilegal se configura com fato de obrigar alguém, mediante violência ou grave ameaça, reduzir por qualquer meio, sua capacidade de resistência,

a não fazer o que a lei permite ou a fazer o que ela não manda (JESUS, 2020).

Constrangimento ilegal: art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda. (BRASIL, 1940).

A ameaça ocorre quando o sujeito, por palavra, por escrito, gesto, ou qualquer outro meio simbólico, expressar contra o indivíduo ou terceiro temor na vítima, como determina a legislação penal (JESUS, 2020). “Ameaça: o art. 147 do CP, ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave”. (BRASIL, 1940).

Quanto a crimes de perseguição está tipificado pelo Código Penal no artigo 147-A como: “Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade” (BRASIL, 1940).

Em casos de falsa identidade o Código Penal tipifica no artigo 307 como “Atribuir-se ou atribuir a terceiro falsa identidade para obter vantagem, em proveito próprio ou alheio, ou para causar dano a outrem”. (BRASIL, 1940).

Assim, não cabe aos tutores alegarem não saber que os filhos praticavam atos de *bullying* e *cyberbullying* gerando danos à terceiros, uma vez que é dever dos pais ou responsáveis supervisionar os filhos e, quando estes causam danos a outrem, surge o dever de indenizar a vítima.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Analisar o *cyberbullying* entre adolescentes em duas escolas públicas municipais do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

4.2 Objetivos específicos

Compreender o fenômeno do *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas pesquisadas de Campo Grande, MS.

Conhecer a quantidade de casos de *cyberbullying* nas duas escolas municipais pesquisadas de Campo Grande, MS.

Identificar o papel da escola em relação a casos de *cyberbullying*.

5 METODOLOGIA

5.1 Delineamento da pesquisa

Esta pesquisa trata-se de um estudo quantitativo, exploratório, descritivo de natureza transversal, com coleta de dados primários.

Busca descobrir e identificar a exposição entre "variáveis, bem como investigar a relação de causalidade entre fenômenos. Os estudos descritivos se propõem a investigar o que é descobrir as características de um fenômeno como tal". (ANDRADE; PEGOLO, 2020, p. 87).

Na linha do tempo, pode ser considerado como estudo transversal, que consiste na observação direta de uma população para investigar fatores de risco e fornecer informação limitada no tempo (MINAYO, 2001).

Apesar de oferecer um panorama momentâneo, o estudo se suporta em pressupostos ou hipóteses teóricas ou empíricas anteriores. Desse modo, a pesquisa fez um levantamento com professores do Ensino Fundamental de duas escolas públicas urbanas do município de Campo Grande, MS, sobre *cyberbullying*.

5.1.1 Local da pesquisa

O estudo foi realizado no município de Campo Grande/MS, no período de agosto de 2021 a outubro de 2021, nas escolas municipais Escola Municipal Wilson Taveira Rosalino e Escola Municipal Múcio Teixeira Júnior.

5.1.2 Elegibilidade das instituições para pesquisa

O estudo foi delimitado para ser desenvolvido em escolas municipais de Campo Grande, MS. O critério de seleção das escolas foi aleatório.

A Escola Municipal Wilson Taveira Rosalino foi selecionada por ser uma das escolas de um bairro populoso, mais periférico e com um grande número de alunos matriculados.

Por outro lado, a escola Municipal Múcio Teixeira Júnior tem menos alunos matriculados e está localizada em um bairro de classe média.

5.1.3 Caracterização das instituições

De acordo com Censo escolar 2020, a Escola Wilson Taveira Rosalino é uma escola pública municipal que, atualmente, contém 1401 alunos matriculados nas etapas: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Anos Finais. Destes, 137 alunos do 6º ano; 181 alunos do 7º ano; 102 alunos do 8º ano e 106 alunos do 9º ano. E uma infraestrutura com acessibilidade para pessoas com deficiência, biblioteca, cozinha, laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra de esporte, sala da diretoria e sala de professores. Não tem na escola sala de leitura e sala de atendimento especial. Quanto à tecnologia e equipamento, possui internet, 3 computadores para alunos, Tv e aparelho de DVD. A escola tem 31 funcionários (BRASIL, 2020).

De acordo com Censo escolar 2020, a Escola Múcio Teixeira Júnior possui 680 alunos matriculados com 88 alunos no 6º ano; 76 alunos no 7º ano; 72 alunos no 8º ano e 90 alunos no 9º ano. E uma infraestrutura com acessibilidade para pessoas com deficiência, biblioteca, cozinha, laboratório de informática, quadra de esporte, sala da diretoria, sala de professores e sala de atendimento especial. Não tem na escola sala de leitura. Quanto à tecnologia e equipamento, possui internet, 22 computadores para alunos, 1 computador para administração, Tv, impressora e projetor. A escola tem 34 funcionários (BRASIL, 2020).

5.2 População e amostra

A população foi composta exclusivamente por professores da Escola Municipal Wilson Taveira Rosalino, e na Escola Municipal Múcio Teixeira Júnior, situadas no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A amostra foi composta por professores dos 6º, 7º, 8º e 9º anos, que aceitaram participar da pesquisa.

5.3 Critério de inclusão

Professores dos 6º, 7º, 8º e 9º anos, de ambos os sexos, que aceitaram participar da pesquisa e estavam em pleno exercício profissional nas escolas Municipal Wilson Taveira Rosalino, e na Escola Municipal Múcio Teixeira Júnior.

5.4 Critério de exclusão

Professores que não faziam parte do corpo docente dos 6º, 7º, 8º e 9º anos, professores que não aceitaram participar da pesquisa e os que não faziam parte do corpo docente das escolas selecionadas, ou estavam gozando de licença do serviço da Escola Municipal Wilson Taveira Rosalino e da Escola Municipal Múcio Teixeira Júnior.

5.5 Aspectos éticos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob o parecer nº 4.859.852.

5.6 Instrumento de coleta de dados

Primeiramente, foi solicitado por protocolo a autorização da Secretaria de Educação Municipal (SEMED), para desenvolver a pesquisa junto às escolas municipais, explicando os objetivos da pesquisa e a forma como seria realizada a coleta de dados.

Depois de autorizado pela Secretaria de Educação Municipal (SEMED), foi solicitada a anuência da direção da escola para a realização da pesquisa e foi solicitado o contato eletrônico dos professores. Então, foi realizado contato com os professores por *e-mail*, convidando a participar da pesquisa e explicando os objetivos e como seria realizada a coleta de dados.

Foi disponibilizado o *link* do *google forms* com TCLE *online*, para leitura e, somente após marcar a opção aceito participar da pesquisa, o questionário foi liberado para ser respondido. Antes de iniciar o questionário, foi colocado um texto de apresentação, constando os objetivos do estudo, a importância da participação, bem como as questões relacionadas com o anonimato e a confidencialidade das respostas, o caráter voluntário da participação e a possibilidade de desistência, a qualquer momento do preenchimento dos questionários.

Para a coleta de dados sobre o *cyberbullying*, seguiu-se o roteiro adaptado para os professores do questionário *Cyberbullying Questionnaire* (CBQ), que busca avaliar a frequência de comportamentos de *cyberbullying*. Para isso, foi solicitado que os participantes indicassem a frequência, seguindo uma escala de pontos (0 - Nunca; 1

- 4 Às vezes; 5 ou mais, Muitas vezes). Utilizou-se também o questionário adaptado da *Escala Multidimensional de Apoio Social Percibido* para avaliar o papel da escola em relação ao *cyberbullying*, numa escala de 1 a 3 (ORUE; CALVETE, 2010).

O questionário utilizado para coleta de dados foi disponibilizado pelo *google forms* de modo que não houvesse nenhuma identificação dos participantes, ficou disponível aos professores por 30 dias, para que fossem respondidos e foram enviados vários lembretes, solicitando a participação e a colaboração de todos.

5.6.1 Análise estatística

Os dados coletados foram analisados com o auxílio do *software IBM Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 21.0 (IBM SPSS Statistics 21, 2012)*. As variáveis quantitativas foram expressas por meio de frequência e porcentagem (BARBETTA, 2008, p. 66).

6 RESULTADOS

Os resultados dos dados obtidos por meio do questionário estão apresentados nesta seção, considerando as situações vivenciadas por alunos e de conhecimento dos professores do ensino fundamental, a pesquisa buscou levantar dados sobre a ocorrência de *cyberbullying* escolar no Município de Campo Grande, MS.

Os participantes da pesquisa foram professores do Ensino Fundamental das escolas municipais Múcio Teixeira Júnior e Wilson Taveira Rosalino. A pesquisa se iniciou depois de ser aprovada pelo CEP, ser autorizada pela Secretaria Municipal de Educação e ter anuência da direção das escolas em que a pesquisa seria desenvolvida.

Cumprido essas formalidades, a escola disponibilizou a lista com *e-mail* dos professores, foi enviado um *e-mail* informando sobre os objetivos da pesquisa e convidando os professores a participarem da pesquisa, esclareceu-se, que seriam coletadas informações específicas a respeito de sua observação sobre a prática de *cyberbullying* em ambiente escolar, ou seja, violência praticada ou recebida por meios digitais.

Também foi explicado que o questionário seria disponibilizado pelo *google forms* de modo individual a cada professor e não seria possível qualquer identificação sobre o professor respondente. Foi informado no texto que o resultado da pesquisa seria divulgado em palestras, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e no formato de dissertação/tese.

Ainda, ficou claro no convite e no questionário disponibilizado que o (a) participante poderia se retirar a qualquer momento da pesquisa, mesmo depois de autorizado ou consentido em plena liberdade. E para participar da pesquisa, era necessário preencher o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) concordando ou não a participar, para que fosse liberado e ter acesso ao questionário.

Foram feitos vários contatos por telefone, por *e-mail* e pessoalmente, junto à direção e coordenação pedagógica das escolas, na tentativa de que todos, ou a maior parte deles, os professores do sexto ao nono ano participassem da pesquisa, o que não ocorreu. Isso demonstra a falta de interesse sobre um tema que está presente no dia a dia dentro da escola.

Entretanto, mesmo com baixa adesão dos professores à pesquisa, é possível identificar dados importantes, como está demonstrado na Tabela 1: 55,6% dos

professores é do sexo feminino, e 44,4% sexo masculino, com idade até 40 anos. Desses, 66,7% declararam ter um ótimo relacionamento com os alunos.

No quesito sobre a formação dos professores, 66,7% são especialistas, 22,2% somente graduados e somente 11,1% são pós-graduados, conforme sintetiza a tabela 1.

Tabela 1 - Características gerais da amostra, em Campo Grande, MS, 2021

	n=9	n (%)
Sexo		
Feminino	5	(55,6)
Masculino	4	(44,4)
Idade		
Até 40 anos	5	(55,6)
De 41 a 50 anos	3	(33,3)
Acima de 50 anos	1	(11,1)
Escola em que trabalha		
Múcio Teixeira Júnior	1	(11,1)
Wilson Tavares Rosalino	8	(88,9)
Série do Ensino Fundamental que leciona		
Sexto ano	8	(88,9)
Sétimo ano	4	(44,4)
Oitavo ano	6	(66,7)
Nono ano	8	(88,9)
Relação com os alunos		
Bom	1	(11,1)
Ótimo	6	(66,7)
Excelente	2	(22,2)
Formação Acadêmica		
Graduado	2	(22,2)
Especialista	6	(66,7)
Mestrado Concluído	1	(11,1)

Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

A tabela 2 mostra a frequência de comportamentos com que os professores viram ou ficaram sabendo da ocorrência de *cyberbullying* nas escolas, para isso, as respostas dos questionários estavam classificadas como: zero (0) para “nunca”, de um a quatro (1 a 4) para “às vezes”, e cinco ou mais (5 ou mais vezes) para “muitas vezes”. Dos professores que participaram da pesquisa, 55,6% responderam que nunca viram ou ficaram sabendo de alunos que enviaram *links* de imagens humilhantes de colegas a outras pessoas para que as possam ver; utilizaram senha de colega de sala e enviaram mensagens em seu nome para outros; e gravaram vídeos ou tiraram fotos de alguém enquanto um grupo ri e força outra pessoa a fazer algo humilhante ou ridículo.

Tabela 2 - Frequência que o professor teve conhecimento de alunos praticando *cyberbullying*, em Campo Grande, MS, 2021

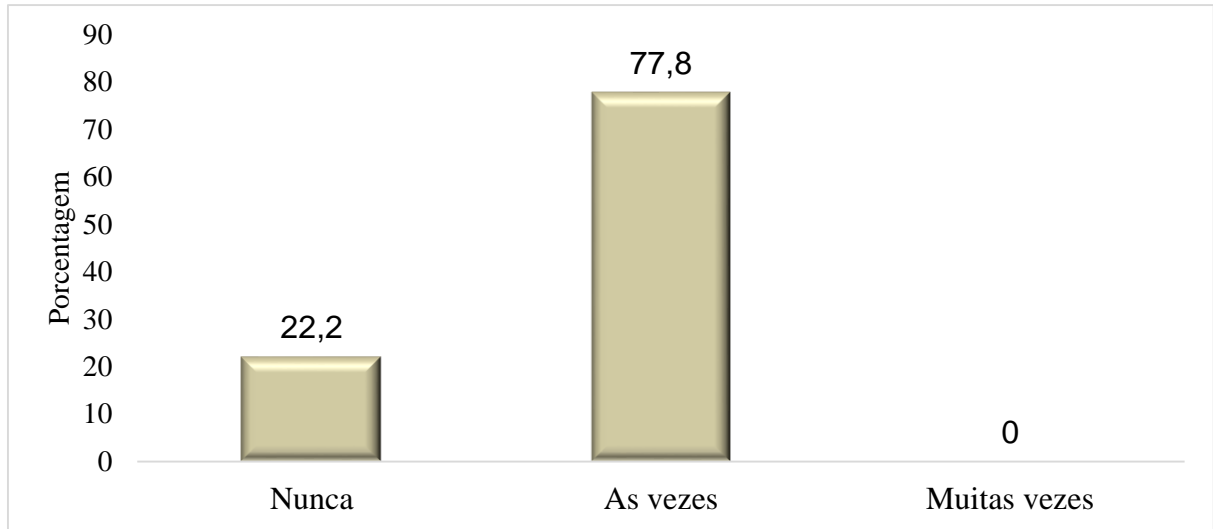
	n (%), n=9		
	Nunca	Às vezes	Muitas vezes
Fazer insultos a colegas <i>online</i> .	2 (22,2)	7 (77,8)	-
Enviar mensagens ameaçadoras ou insultuosas por (<i>WhatsApp, Messenger, Instagram</i> e outros).	3 (33,3)	6 (66,7)	-
Postar imagens de um conhecido/a ou de um/a colega na internet como intuito de humilha-la.	3 (33,3)	6 (66,7)	-
Enviar links de imagens humilhantes de colegas a outras pessoas para que as possam ver.	5 (55,6)	4 (44,4)	-
Escrever piadas, boatos, mentiras ou comentários na internet, para ridicularizar o outro.	2 (22,2)	7 (77,8)	-
Enviar <i>fake news</i> de um colega para outros.	2 (22,2)	6 (66,7)	1 (11,1)
Utilizar senha de colega de sala e enviar mensagens em seu nome para outros.	5 (55,6)	4 (44,4)	-
Gravar vídeos ou tirar fotos de alguém enquanto um grupo ri e força outra pessoa a fazer algo humilhante ou ridículo.	5 (55,6)	4 (44,4)	-
Enviar vídeos ou fotos de colegas sendo ridicularizado a outras pessoas.	3 (33,3)	6 (66,7)	-
Espalhar segredos ou imagens de colegas por (<i>WhatsApp, Messenger, Instagram</i> e outros).	2 (22,2)	7 (77,8)	-
Excluir intencionalmente colegas de um grupo <i>online</i> .	3 (33,3)	5 (55,6)	1 (11,1)
Enviar mensagens intimidatórias a colegas por (<i>WhatsApp, Messenger, Instagram</i> e outros).	3 (33,3)	5 (55,6)	1 (11,1)

Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

A frequência de (1 a 4) com que os professores viram ou ficaram sabendo “às vezes” da ocorrência de *cyberbullying* nas escolas está discriminada nos gráficos a seguir. Dentre as formas de *cyberbullying*, estão o envolvimento de alunos com envio de mensagens ameaçadoras, vírus informáticos, boatos maliciosos, imagens/vídeos embaraçadoras, comentários abusivos, entre outros.

O *cyberbullying* é uma modalidade de agressão que ultrapassa fronteiras, com mensagens que são disseminadas rapidamente a um grande número de pessoas que, por sua vez, podem produzi-las e reenviá-las diversas vezes, configura-se como um problema global, uma violência que não possui hora, nem lugar para a sua ocorrência, pode ser dentro ou fora do ambiente escolar. Na figura 1, verifica-se que 22,2% dos professores que responderam à pesquisa nunca viram alunos fazer insultos a colegas *online*; escrever piadas, boatos, mentiras ou comentários na Internet, para ridicularizar o outro; e espalhar segredos ou imagens de colegas em mídias sociais e outros.

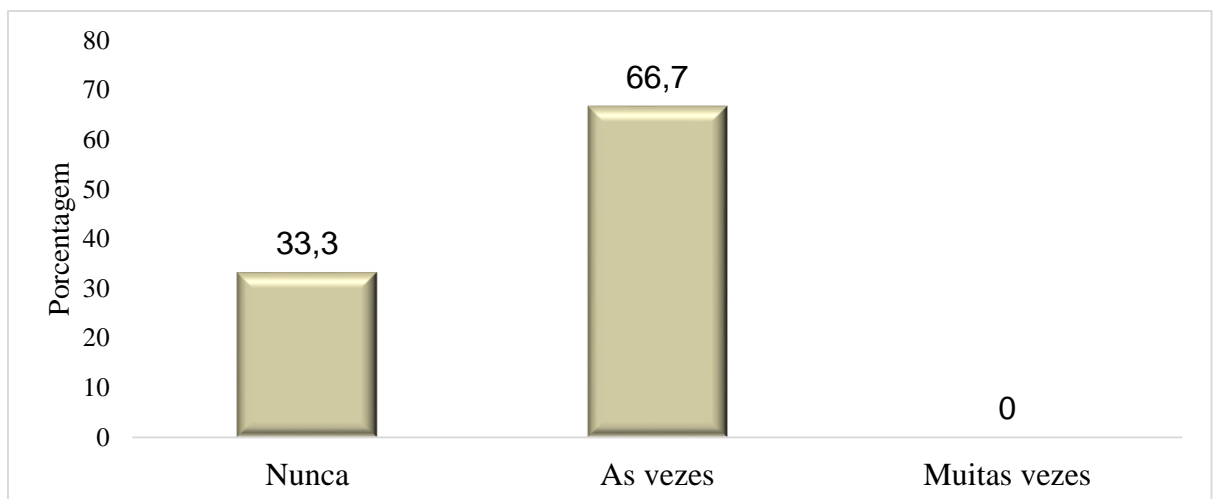
Figura 1 - Fazer insultos a colegas *online*. Escrever piadas, boatos, mentiras ou comentários na Internet, para ridicularizar o outro. Espalhar segredos ou imagens de colegas por pelas mídias sociais e outros, em Campo Grande, MS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

A figura 1 apresenta que 77,8% dos professores “às vezes” tiveram conhecimento de alunos que fizeram insultos a colegas *online*; escreveram piadas, boatos, mentiras ou comentários na Internet, para ridicularizar o outro e espalharam segredos ou imagens de colegas para pôr em mídias sociais e outros.

Figura 2 - Enviar mensagens ameaçadoras ou insultuosas. Postar imagens de um conhecido/a ou de um/a colega na Internet com o intuito de humilhá-la. Enviar vídeos ou fotos de colegas sendo ridicularizado a outras pessoas, em Campo Grande, MS, 2021

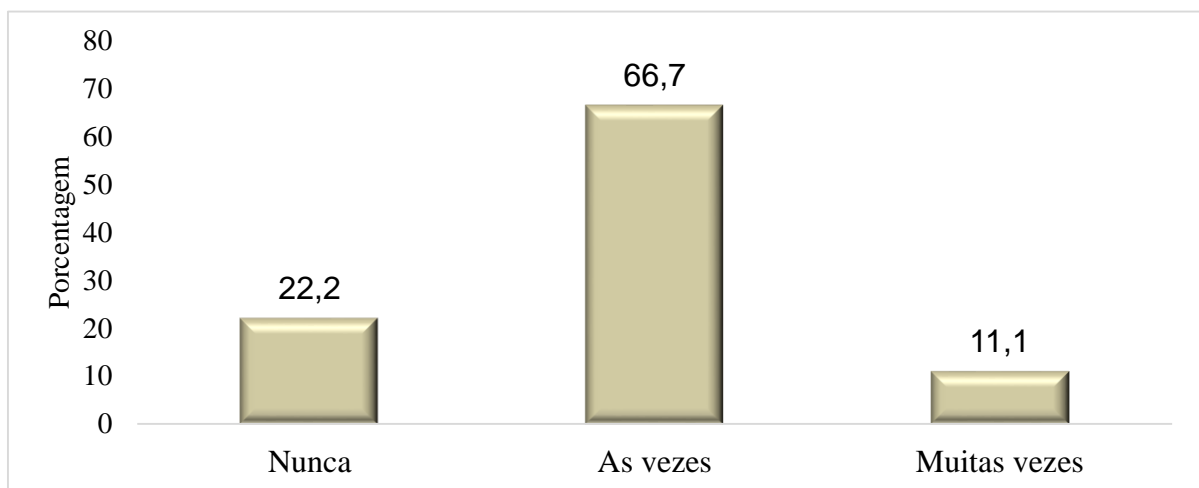


Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

A figura 2 apresenta que 66,7% dos professores “às vezes” viram ou ficaram sabendo de alunos que enviaram mensagens ameaçadoras ou insultuosas por (*WhatsApp, Messenger, Instagram* e outros); postaram imagens de um conhecido/a ou de um/a colega na Internet com o intuito de humilhá-la; enviaram vídeos ou fotos de colegas sendo ridicularizados a outras pessoas.

Ainda, 33,3% dos professores “nunca” viram alunos enviar mensagens ameaçadoras, insultuosas ou intimidatórias; postar imagens de um conhecido/a ou de um/a colega na Internet com o intuito de humilhá-la, enviar vídeos ou fotos de colegas sendo ridicularizados a outras pessoas e excluir intencionalmente colegas de um grupo *online*.

Figura 3 - Enviar *Fake News* de um colega para outros, em Campo Grande, MS, 2021

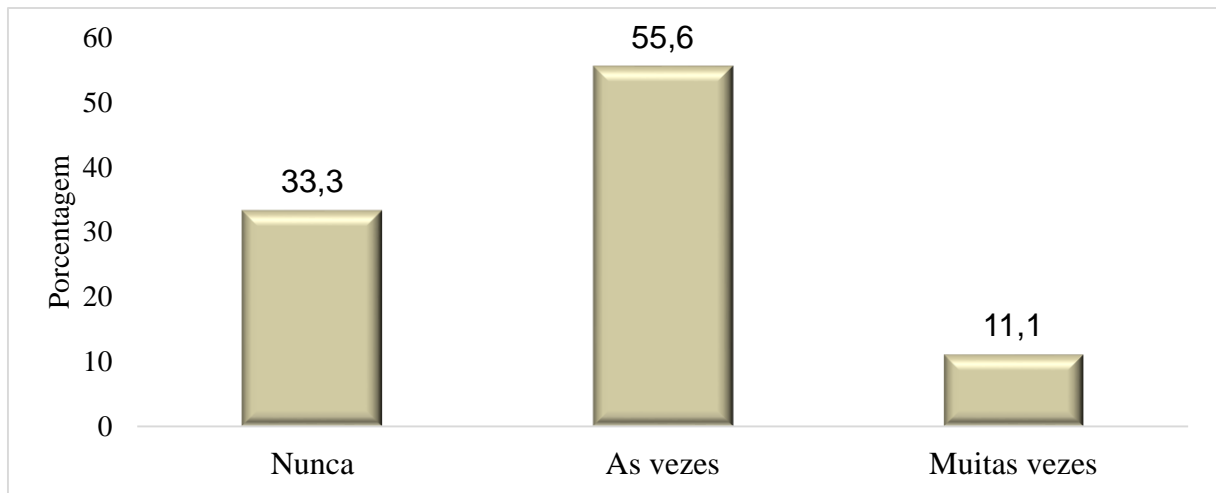


Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

A figura 3 apresenta que 66,7% dos professores “às vezes viram” alunos enviar *fake news*, 11,1% viram “muitas vezes” e 22,2% “nunca” viram.

A figura 4 mostra que 55,6% dos professores “às vezes” presenciaram ou ficaram sabendo de alunos que excluíram intencionalmente colegas de um grupo *online* e enviaram mensagens intimidatórias, 11,1% viram ou ficaram sabendo “muitas vezes” de alunos que excluíram intencionalmente colegas de um grupo *online*, e enviaram mensagens intimidatórias a colegas utilizando-se das mídias sociais, e 33,3% “nunca” viram ou ficaram sabendo de alunos que praticaram tais atos de violência.

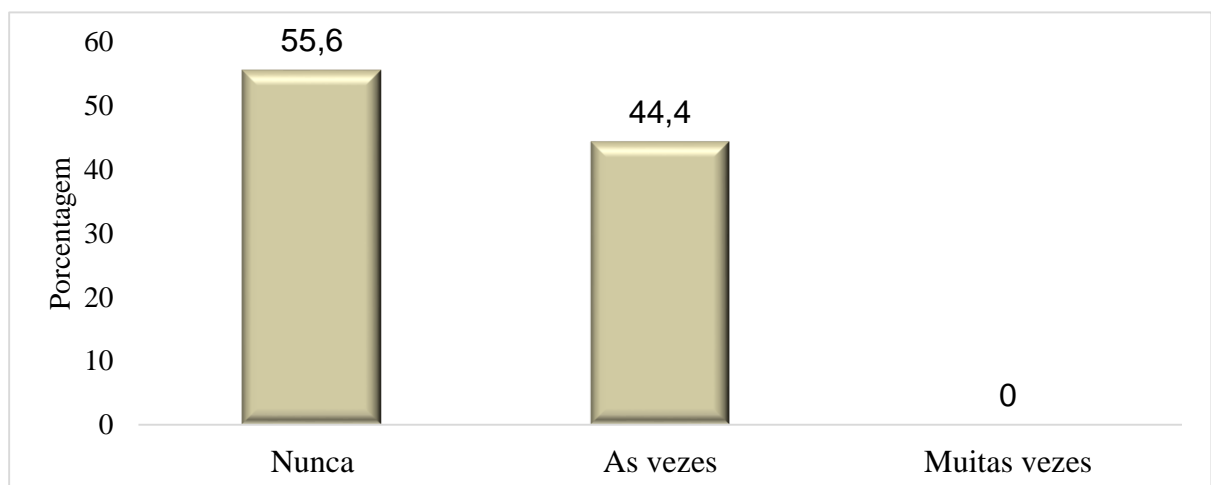
Figura 4 - Excluir intencionalmente colegas de um grupo *online*. Enviar mensagens intimidatórias a colegas, utilizando-se das mídias sociais e outros, em Campo Grande, MS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

Está representado na figura 5 que 44,4% dos professores “às vezes” presenciaram ou ficaram sabendo de alunos que enviaram *links* de imagens humilhantes de colegas a outras pessoas; utilizaram senha de colega de sala e enviaram mensagens em seu nome para outros; gravaram vídeos ou tiraram fotos de alguém enquanto outra pessoa fazia algo humilhante ou ridículo.

Figura 5 - Enviar *links* de imagens humilhantes a outras pessoas. Utilizar senha de colega de sala e enviar mensagens em seu nome para outros. Gravar vídeos ou tirar fotos de alguém sendo forçado a fazer algo humilhante ou ridículo, em Campo Grande, MS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

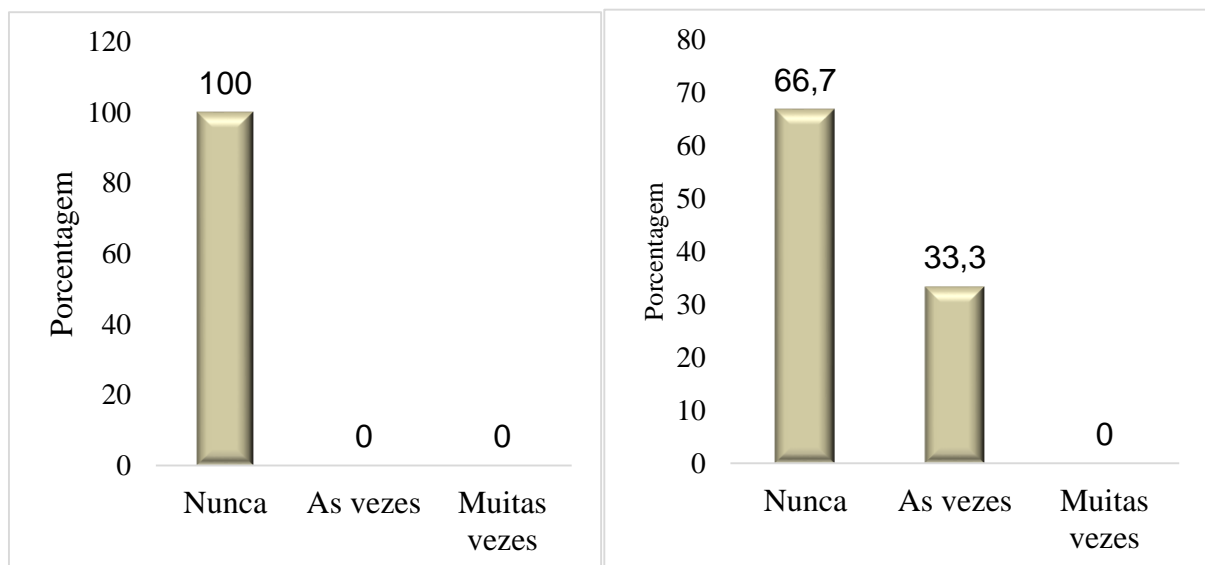
A tabela 3 apresenta a frequência de comportamentos dos alunos dirigidos aos professores. A maior parte dos sujeitos deste estudo não perpetrou os comportamentos listados.

Tabela 3 - Cyberbullying de alunos contra professores, em Campo Grande, MS, 2021

	n (%), n=9		
	Nunca	Às vezes	Muitas vezes
Ameaças ou mensagens com insultos por (<i>WhatsApp, Messenger, Instagram</i> e outros)	6 (66,7)	3 (33,3)	-
Recebeu fotos (consideradas humilhantes referindo a sua pessoa professor)	9 (100,0)	-	-
Enviaram piadas, boatos, mentiras ou comentários na internet sobre mim.	9 (100,0)	-	-
Obtiveram sua senha, <i>passwords</i> para enviar mensagens há outros se passando por você.	9 (100,0)	-	-
Tiraram fotos e gravaram vídeo te e ridicularizado(a).	9 (100,0)	-	-
Divulgaram segredos, fotos ou informações pessoais suas.	9 (100,0)	-	-
Enviaram-me, mensagens ameaçadoras repetidas vezes.	9 (100,0)	-	-
Publicaram piadas, boatos, mentiras ou comentários na Internet, para me ridicularizar.	9 (100,0)	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

Figura 6 - Cyberbullying de alunos contra professores, em Campo Grande, MS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

Na figura 6, estão representadas as situações em que os professores foram vítimas de *cyberbullying* por alunos, 33,3% responderam que “às vezes” receberam ameaças ou mensagens com insultos por *Whatsapp*, *Messenger*, *Instagram* e outros, enquanto, 66,7% “nunca” receberam ameaças ou mensagens com insultos por *Whatsapp*, *Messenger*, *Instagram* e outros.

O envolvimento da escola em relação ao *cyberbullying* está representado na tabela 4, para saber qual o apoio social da escola em relação a essa modalidade de violência, para isso, utilizou-se: sim, não e parcialmente.

Tabela 4 - Apoio social oferecido pela escola em casos de violência escolar, em Campo Grande, MS, 2021

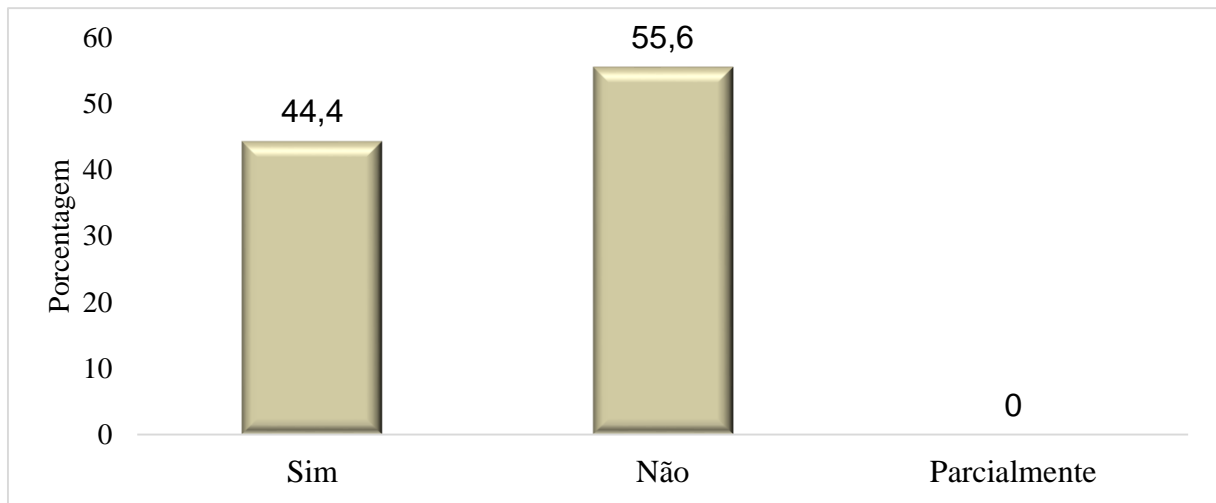
	n (%), n=9		
	Sim	Não	Parcialmente
Existe algum setor e/ou profissional na escola em que trabalha, para auxiliar alunos vítimas de violência escolar.	4 (44,4)	5 (55,6)	-
A escola presta assistência aos alunos vítimas de <i>cyberbullying</i> .	2 (22,2)	5 (55,6)	2 (22,2)
Os professores tomam ciência quando ocorre <i>cyberbullying</i> no ambiente escolar.	2 (22,2)	3 (33,3)	4 (44,4)
O aluno desempenha um papel central na ocorrência do <i>cyberbullying</i> .	-	7 (87,5)	1 (12,5)
Ocorreu <i>cyberbullying</i> existe suporte da escola para com alunos e familiares.	1 (11,1)	5 (55,6)	3 (33,3)
Como você visualiza o envolvimento do Estado na prevenção do <i>cyberbullying</i> .	6 (66,7)	1 (11,1)	2 (22,2)

Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

Na figura 7, demonstra-se que nas escolas não existe um setor ou profissional que auxilia vítimas de violência escolar.

Dos professores que participaram da pesquisa, 55,6% responderam que não existe setor ou profissional na escola em que trabalha, para auxiliar alunos vítimas de violência escolar e 44,4% responderam que sim.

Figura 7 – Setor ou profissional na escola para auxiliar alunos vítimas de violência escolar, em Campo Grande, MS, 2021

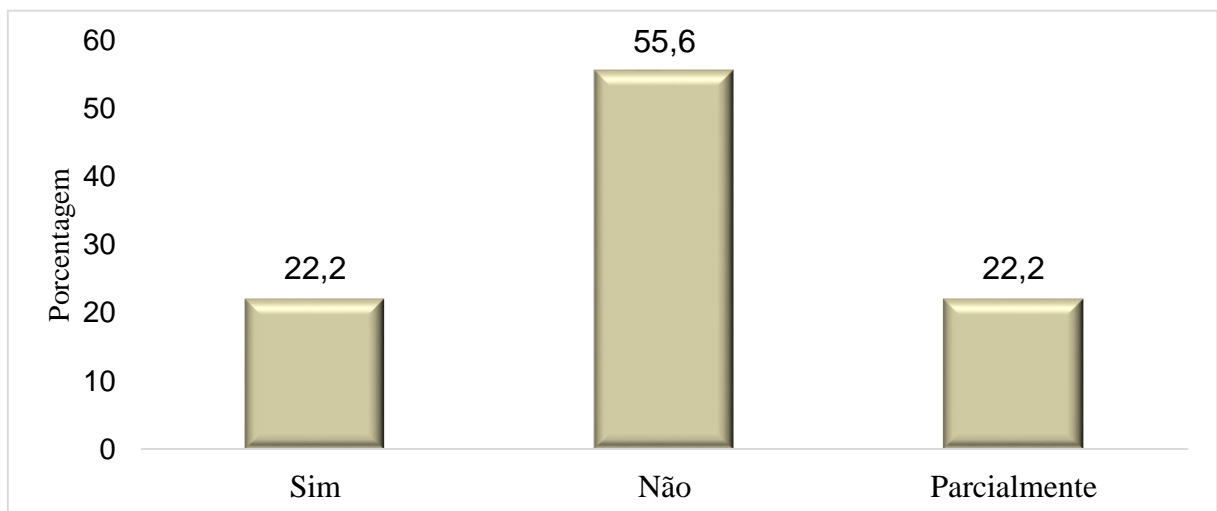


Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

Dentre os fatores que corroboram com o *cyberbullying* escolar, está a falta de assistência aos alunos vítimas dessa modalidade de violência.

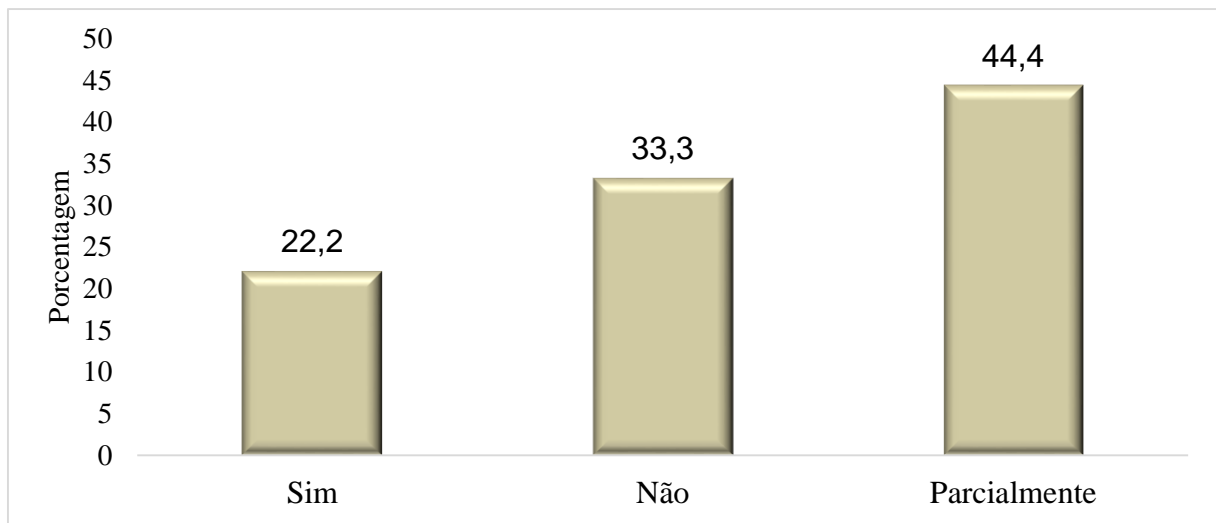
A figura 8 apresenta que 22,2% afirmam que a escola presta assistência, enquanto 55,6% afirmam que não e 22,2% afirmam que presta assistência de forma parcial. As diferenças nas condições de vida e de aprendizado entre alunos do ensino público e privado acarretam a violência estrutural dentro do ambiente que a escola está inserida (BARBIERI; SANTOS; AVELINO, 2021).

Figura 8 – Prestação de assistência aos alunos vítimas de *cyberbullying*, em Campo Grande, MS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

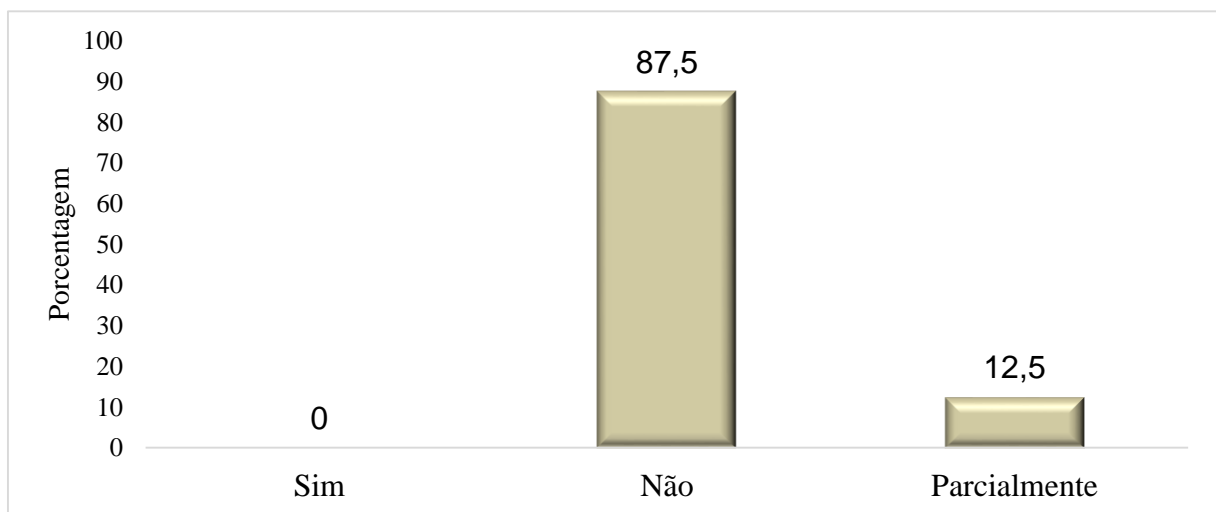
Figura 9 - Os professores têm conhecimento quando ocorre *cyberbullying* no ambiente escolar, em Campo Grande, MS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

A figura 9 apresenta o comportamento da escola em casos de *cyberbullying* e deixa evidente que existe uma falta de comunicação entre os professores, tendo em vista que 22,2% dos professores responderam que tomam ciência quando ocorre essa modalidade de violência na escola, 33,3% disseram que não ficam sabendo e 44,4% responderam que ficam sabendo de forma parcial.

Figura 10 - O aluno desempenha um papel central na ocorrência do *cyberbullying*, em Campo Grande, MS, 2021

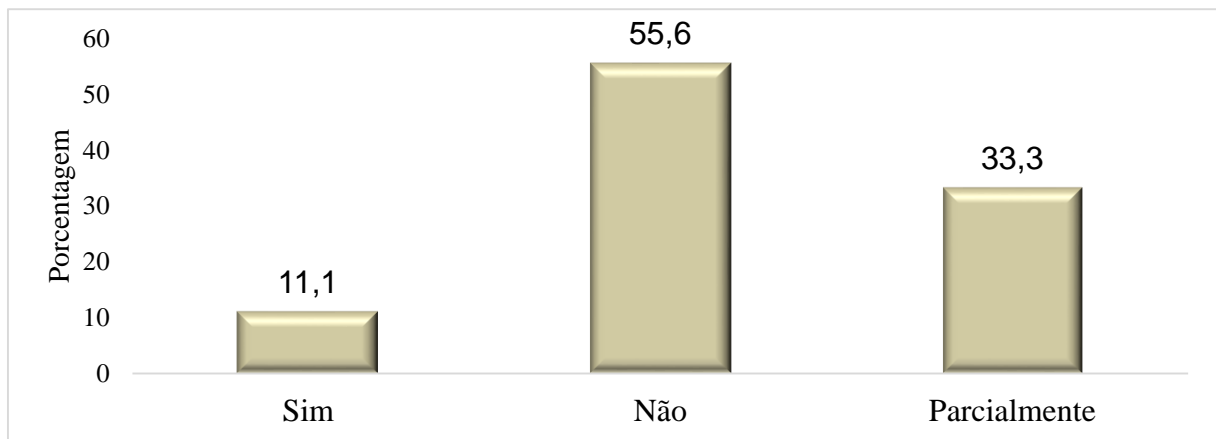


Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

Dos professores, 87,5% acreditam que o aluno não desempenha um papel

central na ocorrência do *cyberbullying*, e 12,5% afirmam que o aluno desempenha um papel parcial.

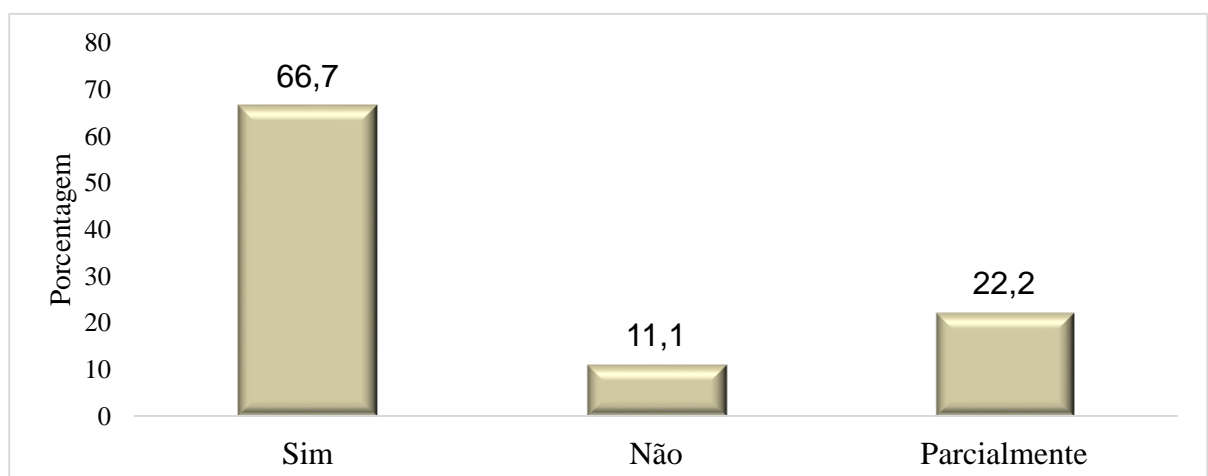
Figura 11 - Suporte da escola para alunos e familiares envolvidos com *cyberbullying*, em Campo Grande, MS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

Como mostra a figura 11, mesmo ocorrendo *cyberbullying*, a escola não destina a devida atenção à ocorrência dessa modalidade de violência aos alunos e familiares. Para 11,1% dos professores, a escola presta auxílio, dando suporte aos envolvidos nessa modalidade de violência, para 55,6% a escola não presta nenhum suporte, e para 33,3 % a escola presta auxílio de forma parcial. A figura 12 mostra que 66,7% dos professores acreditam que o Estado está empenhado na prevenção do *cyberbullying*, 11,1% responderam não, e 22,2%, parcialmente.

Figura 12 – Envolvimento do Estado na prevenção do *cyberbullying*, em Campo Grande, MS, 2021



Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS, 2021.

7 DISCUSSÃO

Ao analisar o *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas municipais de Campo Grande, MS, verificou-se que, no presente estudo, foi possível conhecer a quantidade e ocorrência de *cyberbullying* nas escolas em que fora desenvolvida a pesquisa pelas respostas dos professores.

Para analisar o *cyberbullying*, deve-se se levar em consideração que o ser humano nasce em um ambiente socialmente organizado, sua existência é decorrente das ações dos indivíduos (MISES, 2013) e, ao viver em sociedade, o ser humano deve obedecer às regras de comportamento e conduta impostas pela sociedade, essas regras estão em constante mudanças para que exista uma harmonia entre os indivíduos.

Diante desse processo de compreensão, do *cyberbullying* entre adolescentes no ambiente escolar, buscamos algumas figuras que representam situações que podem ser vivenciadas por alunos no dia a dia, seguindo a definição de Flusser (1998), verifica-se que a imagem se relaciona com as ideias e, ao mesmo tempo, provoca a imaginação, permitindo que seja decifrada.

Nesse contexto, buscando compreender o fenômeno do *cyberbullying* entre adolescentes em Campo Grande, MS, a descrição de Barlet et al. (2021) nos leva a analisar que a cultura é capaz de influenciar a perpetração do *cyberbullying* direta ou indiretamente por meio da escola, dos pais e colegas. Todavia, existe uma escassez de pesquisas que examinam a variação transcultural no *cyberbullying*.

A maior parte dos estudos oferece comparações entre países, não entre culturas, Barlet et al. (2020) ao testar diferenças interculturais no comportamento do *cyberbullying*, apresentam que existe uma variação global nas taxas de prevalência de *cyberbullying*, entre culturas independentes (com foco em atribuição interna das culturas ocidentais) e culturas interdependentes (com foco nas em relacionamento e harmonia das culturas orientais), mostraram que os participantes de culturas independentes sofreram mais *cyberbullying* do que participantes de culturas interdependentes.

Desse modo, o professor vivencia em sala de aula experiências que o torna capaz de dialogar com os alunos sobre as formas de violência dentro do ambiente escolar e, ao mesmo tempo, permite que ele seja capaz de identificar as interações entre os alunos, bem como as brincadeiras com risadas, fofocas e apelidos negativos.

Todavia, até que ponto essas brincadeiras são aceitáveis? Partindo desse pressuposto, alguns comportamentos que são considerados *cyberbullying* podem ser aceitáveis entre esses adolescentes, e envolvem vários fatores tais como a cultura, a intimidade entre os pares e outros. Nesse contexto, o que vai determinar se as atitudes são discriminatórias, desrespeitosas e ofensivas são os limites éticos estabelecidos na sociedade. A esse respeito, Rodríguez-Enríquez et al. (2020) descrevem que é difícil comparar prevalências de cibervitimização em diferentes populações, porque não existe um consenso sobre os parâmetros a serem utilizados que definam de modo preciso o *cyberbullying* e a cibervitimização, e por isso, a pesquisa pode apresentar resultados diferentes.

Na figura 1, está representada a interação vivida por adolescentes no dia a dia ao navegar pela Internet; nesse processo, a intervenção tecnológica pode fazer que os adolescentes criem uma ilusão de que o mundo, vivido por uma ou algumas gerações parece não dialogar com seu cotidiano (BASBAUM, 2005). As mídias sociais ultrapassam fronteiras geográficas, e se tornou um meio popular de interação para adolescentes e jovens (WONG; MERCHANT; MORENO, 2014), no qual um terço dos usuários da Internet no mundo são menores de 18 anos (ZHU et al., 2021).

Figura 13 – Figura que professores podem utilizar para abordar *cyberbullying* em sala de aula, 2018



Fonte: **Psicologia também é ciência**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/291n0dH>. Acesso em: 8 dez. 2021.

Ainda, nesse processo de compreensão, o professor, ao abordar temas que envolvem mídias digitais, deve apresentar as vantagens e também os riscos da exposição demasiada na Internet, para chamar a atenção dos adolescentes, considerando que a aprendizagem ocorre por meio dos sentidos, visual, auditivo e tátil (SALDANHA, ZAMPROMI, BATISTA, 2016) e a representação visual pode ser uma aliada nesse processo de compreensão do fenômeno *cyberbullying* pelos adolescentes.

Segundo Merleau-Ponty (1999), a percepção é construída de acordo com o aprendizado do sujeito, o que se aprende é acessado pela percepção e toda consciência é decorrente de algum aprendizado. O referido autor descreve que o fragmento do mundo é construído pela ótica e pela geometria, com imagem que se forma a cada momento.

Essa noção de percepção pode impulsionar a relação entre alunos e professores, para entender e conscientizar a violência por *cyberbullying* dentro do contexto do que é considerado ofensivo, e o que é somente brincadeira. A percepção envolve a maneira de ver o mundo e os professores têm a capacidade de reformular essas percepções, utilizando-se de instrumentos específicos direcionados a minimizar essa modalidade e violência (MERLEAU-PONTY, 1999).

Conforme foi analisado na pesquisa e seguindo os objetivos de compreensão do *cyberbullying*, os professores têm uma formação complementar acima de 50%, o que corrobora com os dados sobre o perfil dos professores na educação básica, apresentados pelo Ipea, a deixar evidente a representatividade das mulheres na condição de professoras; quanto à raça, existe uma representação discreta dos negros quando comparados aos brancos e apresentam escolaridade mínima, com forte tendência a se especializarem (BRASIL, 2017).

Ainda, segundo o Ipea, o nível de formação dos professores no Brasil é precário, tendo em vista que 10% de professores, em regiões metropolitanas e em áreas urbanas não metropolitanas, têm somente o ensino médio como formação (BRASIL, 2017).

No Brasil, mesmo com o avanço da educação, as desigualdades no ensino ainda persistem em diversas regiões. Os problemas estruturais, tais como falta de investimento e estruturas precárias, dificultam o desenvolvimento dos alunos e podem originar conflitos interpessoais, “[...] não há como tratar das violências cotidianas no ambiente escolar sem relacioná-las com o cenário mais amplo de violências

estruturais” (PICCOLI; LENA; GONÇALVES, 2019, p. 180).

O Brasil é um dos países com maiores índices de desigualdade de renda do mundo, isso provoca uma lacuna dentro do ambiente escolar decorrente de diversos fatores que estão associados à formação das instituições econômicas e políticas no país (PIERI, 2018).

Torres et al. (2008) descrevem que a desigualdade na educação se concentra nas áreas mais pobres, dentre essas desigualdades estão a qualidade dos equipamentos educacionais e o perfil do corpo docente. Esclarecem que os professores que trabalham em áreas com alta concentração de pobreza ministram menos aulas por dia e têm uma qualificação mais baixa. Nesse contexto, a docência é multifacetada e pode ser influenciada por legislações, novas concepções de ensino e aprendizagem e pelo próprio exercício de docência desenvolvido em sala de aula (GAFFORELLI; SANTANA, 2021).

Seguindo o resultado da pesquisa, os professores responderam que têm um ótimo relacionamento com os alunos, o que permite uma maior liberdade em trabalhar o *cyberbullying* dentro da sala de aula. A experiência perceptiva introduz sensações, conforme os conhecimentos já existentes dentro de um universo. “[...] A teoria da sensação, que compõe todo saber com qualidades determinadas, nos constrói objetos limpos de todo equívoco, puros, absolutos, que são antes o ideal do conhecimento do que seus temas efetivos” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 33).

O termo sensação é decorrente da experiência sensorial iniciada por um estímulo, com origem nos mecanismos biológicos dos sentidos, tais como a audição ou a visão, por outro lado, a percepção está relacionada à interpretação do sistema cognitivo, no qual o cérebro é capaz de produzir a sensação recebida (SILVA et al.; 2014).

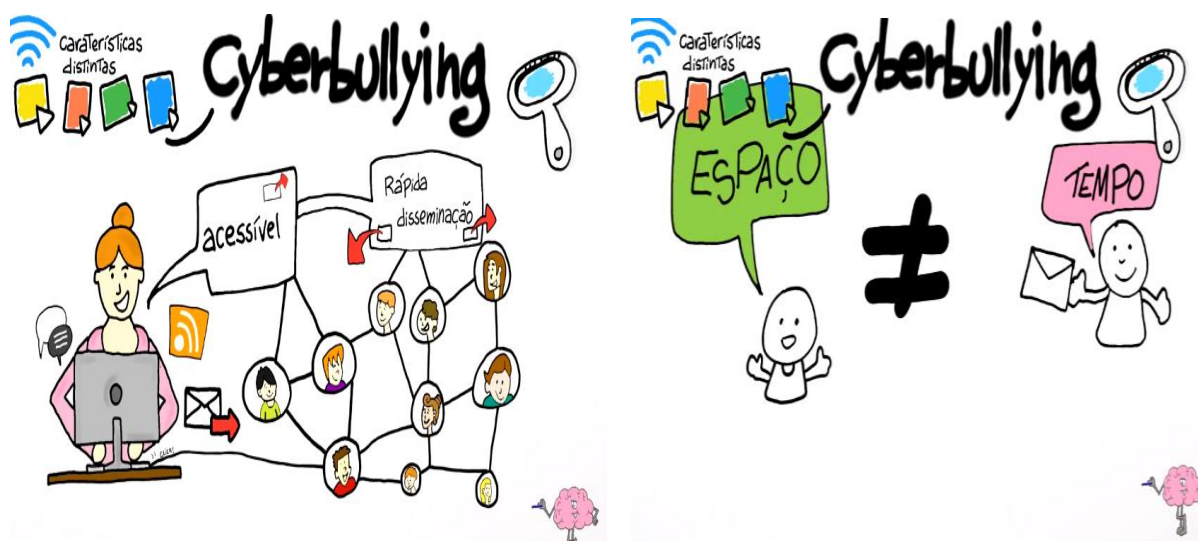
Os resultados apontam que os professores tinham conhecimento de alunos praticando *cyberbullying*, ao enviar *links* de imagens humilhantes de colegas a outras pessoas, de alunos utilizando senha de colega de sala para enviar mensagens e de alunos que gravaram vídeos ou tiraram fotos de colegas sendo humilhados.

Observa-se que os professores podem trabalhar o *cyberbullying* com adolescentes, explicando que essa prática pode acarretar danos aos envolvidos, porque não existe uma limitação geográfica para o que é postado nas redes sociais, como está representado na figura 14. Desse modo, *cyberbullying* deve ser tratado com senso de responsabilidade, dentro do contexto ético, permitindo que o indivíduo

faça uma reflexão sobre suas ações dentro de determinada realidade. Nesse contexto, a ética permite que o educador atue de forma consciente para descobrir novos valores.

O *cyberbullying* apresenta semelhanças com o *bullying* tradicional, mas apresenta características específicas por ser uma violência que se utiliza de meios eletrônicos sem qualquer interação física, a vítima não tem chance de defesa, e está disponível em qualquer hora e lugar (CORIÉ; KAŠTELAN, 2020).

Figura 14 – Representação da disseminação de notícias na Internet, 2018



Fonte: **Psicologia também é ciência**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/291n0dH>. Acesso em: 8 dez. 2021.

Seguindo o resultado da pesquisa, tem-se que a escola é palco de relações entre pessoas e envolve diversas personalidades e comportamentos, nessa convivência, a relação pode ficar violenta (ZEDNIK et al., 2016). Por isso, os alunos devem ser orientados sobre o que é, quais as modalidades e como a violência pode ser identificada, bem como quais são seus direitos quando se deparar com ação violenta. Seguindo os ensinamentos de Silva (2021), o *cyberbullying* é um tema que deveria estar na grade curricular e, dado o seu caráter interdisciplinar, ser abordado por todos os professores.

O *cyberbullying* se apresenta como um grave problema de saúde pública e social e pode provocar consequências significativas na vida dos adolescentes. Quando os alunos se envolvem com *cyberbullying*, a escola deve prestar auxílio por meio das suas respectivas coordenações, direção e professores, para que os alunos

possam ser ouvidos sobre possíveis ameaças existentes. Essa atitude permite que os alunos voltem a sentir segurança de procurar apoio ou denunciar casos de violência (SILVA, 2021).

A escola não deve subestimar ou minimizar a ocorrência do *cyberbullying* tratando-o de forma isolada, essa negligência contribui para uma educação falha que se abstém de seus deveres, que é permitir melhor convivência e socialização entre adolescentes dentro de suas singularidades.

O resultado da pesquisa mostra ocorrência de *cyberbullying* por meio de mensagens com ameaças ou insultos e por postagem de imagens de colega na Internet com o intuito de provocar humilhação na vítima. Na figura 15, tem-se representada uma das formas que o professor pode estar trabalhando com alunos em sala de aula, ao fazer uma abordagem de como pode ocorrer a intimidação por mensagens.

A imagem pode ser introduzida como elemento de conhecimento, por meio do qual os adolescentes podem desenvolver suas capacidades de monitorar atitudes violentas, identificando o que é ofensivo ou não. As estratégias de enfrentamento, segundo Beluce, Ronqui e Oliveira (2013), são compostas por esforços cognitivos e comportamentais adotados pelo sujeito.

Figura 15 – Representação de formas de intimidação por meio de mensagens, 2018



Fonte: **Psicologia também é ciência**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/291n0dH>. Acesso em: 8 dez. 2021.

Nesse aspecto, fica evidente a necessidade de trabalhar o *cyberbullying* com adolescentes, inserindo conhecimentos para que o ciclo dessa violência seja

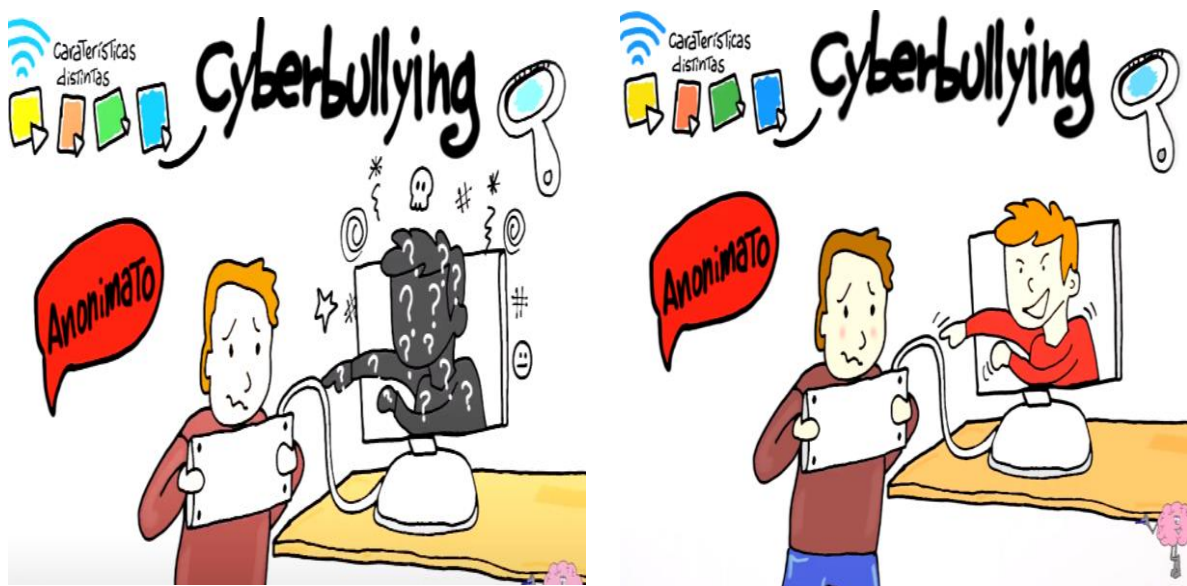
interrompido, ou seja, o adolescente, ao receber mensagens com ameaças ou insultos, passa a reconhecer como ofensiva ou não.

Os estímulos externos são constituídos por elementos que produzem comportamentos derivados de conhecimentos que vêm de fora para dentro do sujeito. A concepção empirista considera como fonte de aprendizagem a experiência sensorial, que resulta de um ensino programado que seleciona e organiza os estímulos e comportamentos adequados (SILVA et al.; 2014).

É importante salientar que, se posicionar contra comportamentos agressivos e ofensivos, exigindo que o intimidador cesse e exclua o conteúdo ofensivo divulgado, também faz parte do combate a essa modalidade de violência (BELUCEB RONQUI; OLIVEIRA, 2013).

Os perpetradores de *cyberbullying* se consideram anônimos e, por isso, têm a falsa sensação de que assim continuarão, e isso contribui para a prática de ofensas *online*, ou seja, reproduz uma violência que não fariam pessoalmente. Corié e Kastelan (2020) descrevem que, para alguns perpetradores, as chances de empatia e remorso são reduzidas, mesmo não existindo uma forma direta de saberem quais efeitos seu comportamento provoca na vítima.

Figura 16 – Representação do anonimato durante a prática de *cyberbullying*, 2018



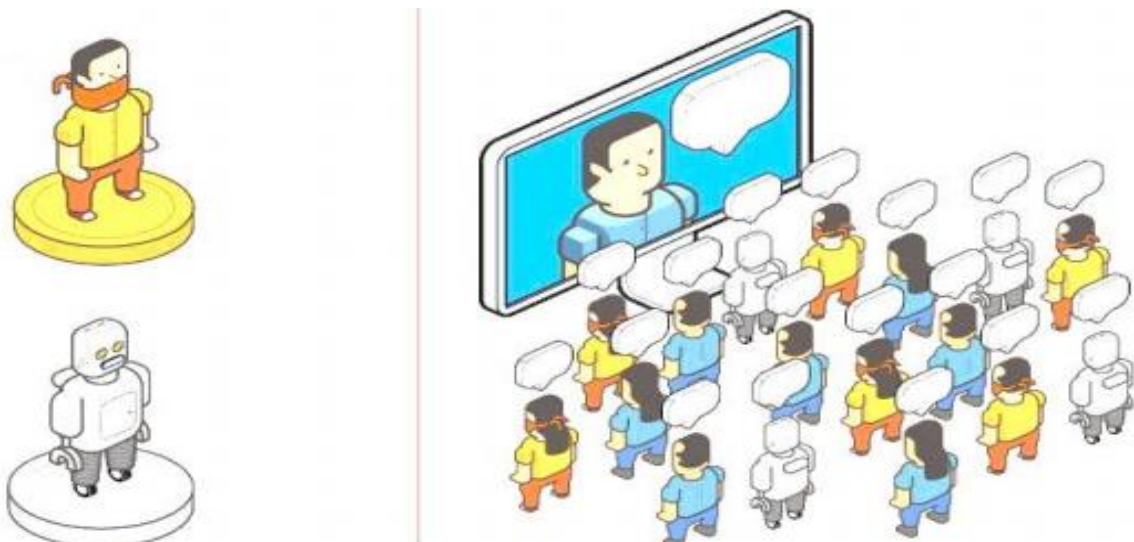
Fonte: **Psicologia também é ciência**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/291n0dH>. Acesso em: 8 dez. 2021.

Balocco (2016, p. 1019) descreve que a falsa sensação de anonimidade que a interação *online* proporciona “leva ao que se convencionou chamar de “efeito de perda de inibição” e a uma sensação de impunidade por parte dos indivíduos em relação aos seus atos, o que corrobora com resultado apresentado na pesquisa.

O resultado da pesquisa apresenta que alunos enviam *Fake News* a colegas, nesse sentido, cabe aos professores trabalhar em sala de aula que *Fake News* significa notícia falsa. Por isso, é importante que toda comunidade e escola desenvolva trabalhos de conscientização, tais como: apresentar *sites*, ferramentas e quais as consequências da disseminação de notícias falsas para os alunos e toda comunidade.

Os professores devem trabalhar o tema *Fake News* apresentar notícias para a turma, utilizando exemplos por meio de textos informativos, textos de opinião, imagens e outros, pedir para que os alunos observem as diferenças entre eles, e explicar o que é informação e opinião, apresentando aos alunos que notícias falsas ofensivas podem ser divulgadas por perfis falsos e bots até viralizar.

Figura 17 – Representação de disseminação de notícias de perfis falsos, de bots até viralizar, 2014



Fonte: Cuidado com a fábrica de mentiras. Ilustração: Alexandre Affonso. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11701/cuidado-com-a-fabrica-de-mentiras>. Acesso em: 8 dez. 2021.

Ainda ao debater essa temática em sala de aula, o professor pode apresentar exemplos de fatos ocorridos no cotidiano, por exemplo: “a garota, que usa uma órtese

na perna desde os seis anos divulgou fotos de um ensaio fotográfico no Instagram. Depois disso, ouviu frases preconceituosas ao participar de uma vídeo chamada com colegas em um aplicativo. Ouviu ironias e comentários preconceituosos como "E aí Malu, você sabe jogar futebol? Tem a perna biônica, né? Kkkkk"¹.

Os resultados da pesquisa deixam evidente a importância de se trabalhar o *cyberbullying* de forma mais ampla dentro de sala de aula, para criar uma conscientização coletiva sobre essa modalidade de violência. Tal modalidade de violência pode inflamar assédio *online* ou discussão, com mensagens ofensivas e insultos de forma repetida, o que pode levar a proporções mais graves, como o aumento da humilhação da vítima e linchamento *online*.

A figura 18 é um exemplo de como o professor pode estar apresentando esse debate aos alunos, criando possibilidades de interpretação de diferentes situações, de modo que o sujeito possa correlacionar tempo, afetividade, o mundo da cultura e das relações sociais (NÓBREGA, 2008).

Figura 18 – Representação da modalidade de *cyberbullying* por mensagens, 2018



Fonte: **Psicologia também é ciência**. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/291n0dH>. Acesso em: 8 dez. 2021.

¹ Freitas, C. Reportagem que descreve o desabafo de uma mãe sobre a filha com deficiência que sofreu *cyberbullying*. Mariana Alvarez publicou postagem relatando *cyberbullying* contra a filha. Adolescente sofreu ataques após fazer sessão de fotos em que aparece com órtese que usa em uma perna. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/08/11/mae-faz-desabafo-em-rede-social-apos-filha-com-deficiencia-sofrer-bullying-virtual-em-fortaleza-foi-o-estopim.ghtml>.

Desse modo, o professor, ao fazer uma abordagem do fenômeno *cyberbullying* aos alunos, permite que os adolescentes venham identificar e compreender o sujeito dentro de uma nova concepção de conhecimento (NÓBREGA, 2008).

As ações de *cyberbullying* podem variar de acordo com conteúdo e podem provocar traumas nas vítimas, causando sentimentos de depressão, perda e desespero, uma vez que o agressor tem a intenção de desestabilizar a vítima e, para isso, utiliza-se da tecnologia e anonimato e sua ação ocorre por meio de pressão emocional (JOÃO; JOÃO; PORTELADA, 2011).

Rodríguez-Hidalgo et al (2020) descrevem que estudos sobre a cibervitimização e a autoestima em adolescentes têm aumentado e desses estudos é possível identificar que as vítimas apresentam baixos níveis de autoestima, sentimento de pertencimento e comprometimento com a escola.

No estudo transnacional de Romera et al. (2017), entre Espanha-Colômbia sobre o envolvimento de adolescentes com *cyberbullying*, verifica-se que, na Espanha, 9,3% eram cibervítimas, 5,3% eram ciberagressores e 6,4% eram cibervítimas e ciberagressores; enquanto na Colômbia, 10,7% eram cibervítimas, 2,5% eram ciberagressores e 5,5% eram cibervítimas e ciberagressores. Por outro lado, o estudo transcultural entre Espanha e Equador de Rodríguez-Hidalgo et al. (2020) mostra que, na Espanha, 8,8% eram cibervítimas, 3,1% ciberagressores e 4,9% eram cibervítimas e ciberagressores, enquanto no Equador, 8,7 eram cibervítimas, 5,1% ciberagressores, 14,3 cibervítimas e ciberagressores. O nível de envolvimento de adolescentes com *cyberbullying* no Equador é maior do que na Venezuela, como mostra os estudos.

No Brasil, segundo dados da UNICEF (2019), 37% dos adolescentes que participaram da pesquisa afirmaram que foram vítimas de *cyberbullying* e apontam o *Facebook* como uma das redes sociais com maior ocorrência dos casos, e 36% dos adolescentes informaram já ter faltado à escola após ter sofrido *cyberbullying* de colegas de classe, o que se reflete nos resultados obtidos na pesquisa.

Nesse contexto de análise, observando o resultado da pesquisa, o *cyberbullying* não atinge somente os alunos, pode ocorrer contra professores. Santos, Rodrigues e Silva (2017) descrevem que o meio eletrônico mais utilizado para prática de *cyberbullying* é aparelho celular de uso pessoal. Os celulares dentro da escola e seu uso desmedido, segundo Castro et al. (2020), podem provocar graves consequências, como a prática de *cyberbullying* para expor o ódio, entre colegas ou

contra os professores, não se importando se haverá punição por seus atos.

Entretanto, os professores, ao terem conhecimento sobre a ocorrência de *cyberbullying*, podem se apresentar como mediadores e, ao mesmo tempo, transmitir apoio social e emocional aos envolvidos. O apoio social percebido pode ser descrito como a relação que uma pessoa pode ter com outra, baseada na confiança, que se pode contar com ela quando necessário (MARTÍNEZ-LÓPEZ et al., 2014).

Diante da ocorrência do *cyberbullying* escolar, a família também deve ser responsabilizada, tendo em vista que os pais têm o dever de cuidados com os filhos, é o que estabelece o artigo 205 da Constituição Federal que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, promover e incentivar com colaboração da sociedade para o pleno desenvolvimento do adolescente (BRASIL, 1998).

A escola deve ser um ambiente seguro e saudável, permitindo que crianças e adolescentes desenvolvam seus potenciais intelectuais e sociais (LOPES NETO, 2005). Fante descreve em seu estudo que existe pouca conscientização nos meios educacionais e despreparo dos profissionais para lidar com a violência, e alguns diretores negam que existe violência em suas escolas, sob a alegação de que: “[...] Na minha escola não há violência, apenas alguns casos pontuais, mas atuamos imediatamente tomando as devidas providências junto aos agressores” (FANTE, 2005, p. 51).

Nesse contexto, o *cyberbullying* viola o direito à intimidade do indivíduo e a dignidade humana, ou seja, viola o direito que protege a vida privada da vítima para que não se torne alvo de invasões, ou de exposição indevida nas mídias sociais, e quando a vítima sofre ataques contra a sua imagem, o sujeito perde sua privacidade, liberdade e honra (CHAVES; PEIXOTO, 2019).

Assim, a escola não pode ser unicamente a responsável pela ocorrência de *cyberbullying*, os pais são responsáveis pela educação e bem-estar dos filhos menores por qualquer ato ilícito cometido pelos filhos que estiverem sob sua autoridade. Segundo o artigo 932, inciso I do Código Civil, os pais têm o dever de vigilância sobre os filhos (CÓDIGO CIVIL, 2002).

Para a prática do *cyberbullying*, é necessária a utilização de computador ou de *smartphone* com acesso à Internet, por isso, os pais são responsáveis, ou seja, o vínculo de responsabilidade é dos pais. Dentro de casa se caracteriza culpa por omissão de orientação e a educação que o adolescente deveria receber de seus pais o levou a cometer condutas delinquentes e danosas contra outrem (AQUINO;

DANTAS, 2014).

Oriol, Varela e Miranda (2021) em seu estudo descrevem que o tempo que os adolescentes passam na escola é um indicador relevante de bem-estar subjetivo e, nesse contexto, os efeitos do *cyberbullying* estão diretamente relacionados à satisfação com a vida e com a escola, ao sofrer *cyberbullying*, o adolescente tem uma relação negativa com a satisfação escolar, quando o adolescente é vítima de *bullying* e *cyberbullying*, aumenta as probabilidades de experimentar uma diminuição na satisfação com a vida durante a adolescência.

Os adolescentes que tiverem a diminuição da satisfação com a vida podem cometer atos extremos, com pensamentos suicidas e a cibervitimização está relacionada à ideação suicida (GEEL; VEDDER; TANILON, 2014). Nesse contexto, a vitimização do *cyberbullying* está associada a problemas como a baixa autoestima e depressão. O *cyberbullying* causa nas vítimas dano intencional que se repete com um ou mais pares no ciberespaço, com efeitos que vão desde a redução da segurança, menor escolaridade, piora na saúde mental e maior infelicidade (ZHU et al., 2021).

Romera et al. (2017) descrevem que tanto a vítima quanto o agressor têm alta tendência a se envolver em práticas intimidatórias, utilizando-se de dispositivos digitais. Para minimizar essas consequências, faz-se necessária a adoção de políticas de prevenção e educação voltadas para a gestão dos dados pessoais de adolescentes divulgadas no ciberespaço.

Segundo Kang, Kang e Kim (2021) descrevem que os perpetradores de *cyberbullying* incentivam outras pessoas a participar, podem causar vários problemas, como adaptação social, aumento da vitimização do *cyberbullying* e graves distúrbios de saúde, como deterioração psicológica decorrente de ameaças.

Desse modo, a angústia vivida pelas vítimas de *cyberbullying* pode levar o adolescente a desenvolver problemas mentais, associados à depressão, ao comportamento suicida, à ideação suicida e à tentativa de suicídio, tendo em vista que a adolescência é marcada por conflitos internos, caracterizados pela aceleração e desaceleração do crescimento físico, mudanças da composição corporal, hormonal e evolução da maturação sexual (BRASIL, 2007).

A propagação de mensagens decorrentes dessa modalidade de violência pode atingir um grande número de pessoas. Isso coloca o *cyberbullying* como influenciador nas tentativas de suicídio que também é um grave problema de saúde pública. Segundo Zhu et al. (2021), ao se tornar um perpetrador de *cyberbullying*, o

adolescente pode se sentir mais poderoso com sentimento de superioridade, aliviando os sentimentos de desamparo e tristeza produzidos por experiências anteriores de vitimização.

Segundo Bortman, Patella e Almeida (2018, p. 223), os adolescentes vítimas de *cyberbullying* já estão com o psíquico alterado e buscam amenizar os sentimentos negativos, decorrentes da agressão, por meio do uso “de substâncias psicoativas, álcool e drogas, podem incentivar adolescentes com ideação suicida, aumentando os comportamentos de automutilação”.

A pesquisa de Shain (2007) mostra que dentre alunos do 7^o ao 12^a ano, 28,1% dos meninos e 20,5% das meninas relataram que já haviam tentado de suicídio. Na pesquisa de Comportamento de Risco da Juventude de 2003, com alunos do 9^a ao 12^a ano, nos Estados Unidos, identificou-se que 28,6% dos alunos se sentiam tristes ou desesperados quase todos os dias, por pelo menos 2 semanas consecutivas, 16,5% já planejaram tentativa de suicídio, 8,5% haviam tentado suicídio.

Nesse sentido, a violência sofrida pelo adolescente não está restrita somente ao espaço individual, ela se torna um fenômeno social, que necessita de políticas públicas educacionais para serem enfrentadas, desenvolver a consciência e a emancipação do adolescente.

Quanto ao resultado da pesquisa sobre *cyberbullying* praticado por alunos contra professores, 33,3% responderam ter sofrido ameaças por meio das mídias sociais e, segundo Matos e Gomes (2012), é possível comprovar a existência de *cyberbullying* sobre os docentes, praticado por alunos, pais ou responsáveis e outros. Descreve que o *cyberbullying*, quando perpetuado contra professores, faz que percam sua dignidade, sua integridade pessoal e profissional, com sentimento de incapacidade ao abordar o assunto. Nessa linha, *cyberbullying* contra professores nas redes sociais, utilizando mensagens do Twitter, Castro et al. (2012) constataram que grande parte das mensagens relativas a professores com teor negativo possui uma maior frequência nos dias de aulas.

O resultado da pesquisa mostra que mais da metade dos professores das escolas públicas participantes da pesquisa não tem sido vítima de *cyberbullying* contrariando a pesquisa de Matos e Gomes (2014), os quais descrevem que um terço dos professores declararam já ter sido alvo de *cyberbullying* por alunos, pais, docentes e por anônimos.

Os professores também alegaram ter conhecimentos de casos ocorridos e

afirmam ser uma realidade, com dimensões que não podem ser ignoradas. Segundo Pereira, Amado e Pessoa (2012), um terço dos professores se sentem confiantes na sua capacidade de identificar situações de *cyberbullying*.

Nesse contexto, existe a possibilidade de que os professores não queiram se envolver nessas questões, como apresenta Zequinão et al. (2016, p. 188), em seu estudo, relato de alunos sobre participação de professores e funcionários nas questões de violência escolar, “os professores e funcionários nunca ou quase nunca fazem nada para impedir que um aluno faça mal ao outro”.

Segundo Assis e Marriel (2010), alguns dos problemas enfrentados pela escola são decorrentes da crise de “autoridade na sociedade contemporânea”, pois, no ponto de vista dos autores, perdeu-se o elo da tradição de transmissão de conhecimentos técnicos e valores fundamentais da vida em sociedade. Essa perda se iniciou na esfera política e afetou a esfera privada, a família e a escola. E como reflexo, a escola diminuiu a atenção individualizada, a discrepância de valores culturais, étnicos ou religioso e até mesmo os valores da escola, além de fragilizar as relações interpessoais entre alunos e educadores (ASSIS; MARRIEL, 2010).

As escolas são responsáveis por violações de direitos dos adolescentes dentro do espaço escolar, ou seja, qualquer violência praticada por alunos, professores, pais ou terceiros precisa ser notificada para que as devidas providências sejam tomadas, em casos de menor gravidade, poderá ser resolvido apenas administrativamente, ou por meio da mediação escolar (SILVA, 2021).

Quando o aluno se torna vítima de violência dentro da escola, existe também a possibilidade de que essa violência seja reproduzida, causando o mesmo sofrimento que lhe fora provocado, isso pode afetar o desenvolvimento escolar dos envolvidos (BARBIERI; SANTOS; AVELINO, 2021).

O resultado apresenta a ocorrência de *cyberbullying* dentro do ambiente escolar, os professores têm conhecimento dessa modalidade de violência, nesse sentido, Pereira, Amado e Pessoa (2012) buscaram entender o quanto os professores estão preocupados com *cyberbullying*, 68% dos professores acreditam que o *cyberbullying* é um problema nas escolas, esses dados se assemelham aos dados apresentados por Ylmaz (2010), 85,9% dos professores reconheciam o *cyberbullying* como um problema escolar.

Em conformidade com o objetivo identificar o papel da escola em relação a casos *cyberbullying*, Pereira, Amado e Pessoa (2012) apresenta que os professores

em sua maioria consideram que a escola deve promover políticas de prevenção do *cyberbullying* de forma mais detalhada, promovendo formação na escola de professores e funcionários, bem como incluir o *cyberbullying* no currículo, dentre outros.

O resultado da pesquisa apresenta que existe uma falta de informação dentro da escola, alguns professores responderam que sim, outros responderam que não, quando perguntado se existe um setor ou profissional na escola em que trabalha para auxiliar alunos vítimas de violência escolar, mais de 50% dos professores responderam que não existe, e a escola não presta assistência aos alunos nem aos familiares dos envolvidos em casos de *cyberbullying*, os professores não têm conhecimento quando ocorre essa modalidade de violência dentro da escola. Contrariando a ideia de que a escola deve abrir espaço para que o aluno busque ajuda ou orientação, permitindo o diálogo e a resolução dos problemas frente aos acontecimentos violentos (SENA et al., 2021).

A escola tem a responsabilidade de educar, ou seja, socializar o conhecimento e promover uma construção moral e ética nos alunos. Isso torna as pessoas conscientes, críticas, autônomas.

Nesse contexto, fica evidente a importância do envolvimento da escola na abordagem da violência por *cyberbullying*. E diante da ocorrência dessa modalidade de violência, como descrevem os resultados desta pesquisa, o professor não pode ser omissos ou alegar que não consegue discernir de forma adequada o que é indisciplina, e o que são brincadeiras consentidas entre os alunos (SILVA et al.; 2014).

Nesse sentido, Chen, Wang e Sung (2018) descrevem que a interpretação errada dos professores sobre a contextualização da violência pode impactar na identificação desses incidentes dentro do ambiente escolar. Descreve que as experiências dos professores também afetam suas percepções sobre o *bullying* e *cyberbullying*. De modo que os professores com mais anos de experiência são menos propensos a apoiar as vítimas, podendo expressar atitudes negativas quando se tratar dessa modalidade de violência escolar (CHEN; WANG; SUNG, 2018).

O resultado da pesquisa apresenta que o Estado está empenhado no combate ao *cyberbullying* escolar, contudo, com o advento da pandemia e as consequências do isolamento, as aulas *online* potencializaram esse comportamento entre adolescentes.

8 CONCLUSÃO

Ao analisar o *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, chegou-se à seguinte conclusão:

Atendendo ao objetivo conhecer a quantidade de *cyberbullying* nas escolas públicas de Campo Grande, MS, como apresenta o resultado, foi possível identificar pelas respostas dos professores a quantidade e ocorrência de *cyberbullying* nas escolas públicas municipais em que a pesquisa foi realizada.

Nesse processo de compreensão do fenômeno do *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas municipais de Campo Grande, MS, analisou-se de forma teórica o modo de interação *online* entre os alunos. Apresentou-se ainda formas de como o professor pode trabalhar esse processo de compreensão em sala de aula, deixando claro que brincadeiras, quando ultrapassam os limites éticos e se tornam ofensivas, passam a ser consideradas *cyberbullying*. Essa violência provoca graves consequências aos envolvidos. Nesse contexto, os pais, responsáveis e professores devem estar atentos para intervir, visando minimizar os riscos e as consequências na vida dos envolvidos. Por isso, faz-se necessária a interação entre aluno escola e família para conscientizar e combater essa modalidade de violência.

Seguindo os objetivos estabelecidos nesta pesquisa, e em conformidade com os resultados, os dados descritos e analisados nas tabelas e gráficos, têm-se:

As características gerais dos professores, mais da metade dos professores são do sexo feminino 55,6%; 44,4% do sexo masculino com idade até 40 anos; 55,6% mantêm uma ótima relação com os alunos; 22,2% são graduados; 66,7% são especialistas, 11,1% são mestres.

Como estabelecido no objetivo: analisar o *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas de Campo Grande, o resultado apresenta que existe a ocorrência de *cyberbullying* dentro do ambiente escolar, com conhecimento dos professores dessa modalidade de violência entre os alunos. Quanto aos professores que presenciaram ou ficaram sabendo de alunos com essa prática, o resultado apresenta que:

Dos professores, 77,8% sabiam de alunos que fizeram insultos a colegas *online*; escreveram piadas, boatos, mentiras ou comentários na Internet, para ridicularizar o outro e espalharam segredos ou imagens de colegas pelas mídias sociais e outros meios; 22,2% dos professores responderam que nunca tiveram conhecimento sobre essa modalidade de violência.

Ainda, 66,7% dos professores presenciaram ou ficaram sabendo de alunos que enviaram mensagens com ameaças ou insultos, postaram imagens de conhecido/a ou de colega na Internet, com o intuito de humilhá-la, e enviaram vídeos ou fotos de colegas sendo ridicularizados diante de outras pessoas; enquanto 33,3% nunca viram ou presenciaram tais comportamentos.

Os professores que viram alunos enviar *fake news* muitas vezes somam 11,1%; às vezes, 66,7%; nunca viram ou presenciaram 22,2%.

Ainda nesse contexto de violência, 11,1% dos professores viram ou ficaram sabendo muitas vezes de alunos que excluíram intencionalmente colegas de um grupo *online*, enviaram mensagens intimidatórias a colegas, utilizando-se das mídias sociais e outros meios; 55,6% às vezes ficaram sabendo; 33,3% nunca ficaram sabendo.

55,6% dos professores responderam que nunca viram ou ficaram sabendo de alunos que enviaram *links* de imagens humilhantes de colegas a outras pessoas, utilizarem a senha de colega de sala para enviar mensagens em seu nome, gravar vídeos ou tirar fotos de alguém sendo forçado a fazer algo humilhante, 44,4% responderam que às vezes viram ou ficaram sabendo.

O resultado apresenta que 66,7% dos professores não foram vítimas de *cyberbullying* praticado por alunos; 33,3% dos professores responderam que receberam ameaças ou mensagens com insultos por meio das mídias sociais.

De acordo com o objetivo identificar o papel da escola em relação a casos de *cyberbullying*, o resultado da pesquisa apresenta que 55,6% dos professores responderam que na escola não existe setor nem profissional para auxiliar alunos vítimas de violência escolar; 44,4% dos professores responderam que existe esse setor.

Quanto à prestação de assistência aos alunos vítimas de *cyberbullying*, 55,6% responderam que a escola não presta esse tipo de assistência; 22,2% responderam que sim; 22,2% responderam que presta auxílio de forma parcial.

Seguindo o resultado da pesquisa, 44,4% dos professores responderam que parcialmente eles têm conhecimento quando ocorre *cyberbullying* dentro da escola; 33,3% responderam que não ficam sabendo; 22,2% responderam que ficam sabendo.

Um total de 87,5% dos professores respondeu que os alunos não desempenham um papel central na ocorrência de *cyberbullying*; 12,5% responderam que sim.

Diante da ocorrência de *cyberbullying*; 55,6% dos professores responderam que a escola não presta suporte aos alunos e familiares envolvidos nessa modalidade de violência; 33,3% dos professores responderam que, de forma parcial, a escola presta esse suporte; 11,1% dos professores responderam que a escola presta esse suporte.

Quanto ao envolvimento do Estado na prevenção e combate ao *cyberbullying*, 66,7% dos professores que responderam que sim; 11,1% que não; 22,2% responderam que parcialmente.

Em síntese, o resultado da pesquisa mostrou que existe a ocorrência de *cyberbullying* nas escolas públicas municipais de Campo Grande, MS. Os professores, em sua maioria, têm conhecimento da ocorrência dessa modalidade de violência entre adolescentes. O resultado apresenta que existe uma omissão da escola no combate ao *cyberbullying* escolar, por não envolver os professores e familiares no combate a essa modalidade de violência escolar.

Nesse contexto, o combate ao *cyberbullying* escolar entre adolescentes, para ser eficaz, depende de conscientização de toda sociedade envolvida. Considerando que a adolescência é a fase em que o sujeito está em formação, a ocorrência dessa violência na vida dos adolescentes pode afetar negativamente as cibervítimas.

Assim, como sugestão para futuras pesquisas, seria importante uma investigação sobre a relação da escola com alunos envolvidos em casos de *cyberbullying* de forma mais ampla, a fim de discernir melhores mecanismos de funcionamento e interação entre escola, alunos e família.

REFERÊNCIAS

ABT, T. P. Towards a framework for preventing community violence among youth. **Psychology health & medicine**. v. 22, sup. 1, p. 266-285, 2017.

ALBALADEJO-BLÁSQUEZ, N.; *et al.* Health-Related Quality of Life and Mental Health of Adolescents Involved in School Bullying and Homophobic Verbal Content Bullying. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 14, p. 2622, July, 2019.

ANDERSON, C.A. *et al.* Screen violence and youth behavior. **Pediatrics**, v. 140, (Suppl 2): S142-S147, Nov. 2017.

ANDRADE, S. M. O.; PEGOLO, G. E. **A pesquisa científica em saúde: concepção, execução e apresentação**. 3. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2020.

ARHUIS-INCA, W.; *et al.* Violence at School and Bullying in School Environments in Peru: Analysis of a Virtual Platform. **Frontiers Psychology**, v. 11, Jan. 2021.

ASSIS, S.G.; AVANCI, J. Q.; SERPELONI, F. O tema da adolescência na saúde coletiva- revisitando 25 anos de publicações. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 25, n. 12, p. 4831- 4842, Dez. 2020.

ASSIS, S. G.; MARRIEL, N. S. M. Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola. *In: Impactos da violência na escola*. (org). Simone Gonçalves de Assis, Patrícia Constantino e Joviana Quintes Avanci. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. p. 41-64.

BALOCCO, Anna Elizabeth. O flaming (ou violência verbal em mídia digital) e suas funções na esfera pública. **Linguagem em (Dis)curso- LemD**, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 503-521, set./dez. 2016.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística para as Ciências Sociais**. 7 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

BARBIERI, B. C.; SANTOS, N. E.; AVELINO, W. F. Violência escolar: uma percepção social. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 7, 2 de março de 2021.

BARBOZA, G. A Secondary Spatial Analysis of Gun Violence near Boston Schools: a Public Health Approach. **J Urban Health**, v. 95, n. 3, p. 344-360, Apr. 2018.

BARCELOS, R. H.; ROSSI, C. A. V. Social media and adolescents: An analysis of ambivalent consequences and consumption strategies. **Revista Base UNISINOS**, v. 11, n. 2, p. 93-110, 2014.

BARLLET, C. P. *et al.* Cross-cultural similarities and differences in the theoretical predictors of cyberbullying perpetration: Results from a seven-country study.

Aggress Behav. v. 47, n. 1, p. 111-119, jan. 2021

BASBAUM, S. R. **O primado da percepção e suas consequências no ambiente midiático.** 2005. Tese (Comunicação e Semiótica) - Faculdade de comunicação, Pontifícia Universidade Católica - PUC, São Paulo: 2005.

BELUCE, A. C.; RONQUI, D. D.; OLIVEIRA, K. L. Cyberbullying entre estudantes: um modelo para compreensão. *Revista IMPA, Fortaleza*, v. 2, n. 2, p. 1-19, 2021.

BECKER, D. **O que é adolescência.** São Paulo: Brasiliense, 2017.

BORTMAN, R.; PATELLA, K.; ALMEIDA, R. L. P. F. Bullying e Cyberbullying: A relação com o suicídio na adolescência e suas implicações penais. **Unisanta Law and Social Science**, v. 7, n. 3, p. 219-235, 2018.

BOUTANG, Y.M. Wikipolítica e economia das abelhas. Informação, poder e política em uma sociedade digital. (org.) MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. *In: Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social.* Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p.41-66.

BRAGA, L.; DELL'AGLIO, D. D. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 413-420, set./dez. 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.** Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio

- Teixeira. **Censo da educação básica 2020**. Brasília: Inep, 2021.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. (org.) MORESCHI, M. T. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.
- BRASIL. **Professores da educação básica no Brasil: condições de vida, inserção no mercado de trabalho e remuneração**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- BROWNE, K. D.; HAMILTON-GIACHRISTIS. The influence of violent media on children and adolescents: a public-health approach. **The Lancet**, v. 365, n. 9460, p. 702-710, Feb. 2005.
- BUENAÑO, J. J. E.; SÁNCHEZ J. A.; PAREDES L. M. A. Violencia y mediación escolar en adolescentes ecuatorianos. **Dilemas contemporáneos: educación, política y valores**, v. 8 n. 3, p. 1-20, mayo/agosto 2021.
- CASTRO, C.; FIORINI, V.; CONTE, E.; HABOWSKI, A. C. A prática de cyberbullying contra professores: a autoridade em tempos de concentração dispersa. **REVASF**, Petrolina-Pernambuco, v. 10, n. 22, p. 708-717, set./dez. 2020.
- CEDCA. **Educar ou punir? a realidade da internação de adolescentes em Unidades Socioeducativas no Estado de Pernambuco**. Recife: Via Design Publicações, 2017.
- CHAVES, C. A.; PEIXOTO, M. M. C. **Cyberbullying: violação dos direitos da personalidade e o vitupério ao direito do esquecimento**. EIICS, 2019.
- CHEN, L.-M.; WANG, L.-C.; SUNG, Y-. Teachers' recognition of school bullying according to background variables and type of bullying. **Journal of educational cultural and psychological studies**, v. 18, p. 147 -146, 2018.
- CONTE, C. P.; ROSSINI, A. E. S. Aspectos jurídicos do cyberbullying. **Revista FMU Direito**, São Paulo, ano 24, n. 34, p.46-65, 2010.
- COOLEY-STRICKLAND, M. R. Urban African American youth exposed to community violence: A school-based anxiety preventive intervention efficacy study. **J Prev Interv Community**, v. 39, n. 2, p. 149–166, Apr. 2011.
- CORIÉ, M. K.; KASTELAN, A. Bullying through the internet - cyberbullying, **Psiquiatria Danubina**, v. 32, Suppl. 2, p. 269-272, 2020.
- DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência - um problema global de saúde pública. *In*: Relatório mundial sobre violência e saúde. Geneva: World Health Organization, 2002.

DANTAS, L. G.; DANTAS, C. R. V. Bullying: A responsabilidade civil dos pais e das instituições de ensino. 2014. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/bullying-a-responsabilidade-civil-dos-pais-e-das-instituicoes-de-ensino/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DERKS, J.; LEE, N. C.; KRABBENDAM, L. Adolescent trust and trustworthiness: Role of gender and social value orientation. **Journal of Adolescence**, v. 37, p. 1379-1386, 2014.

EARLES, K.A.; at al. Media influences on children and adolescents: violence and sex. **J Natl Med Assoc**, v. 94, n. 9. p. 797-801, set. 2002.

FANTE, C . Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para paz. Campinas: Versus Editora, 2005.

FARIA, C. S.; MARTINS, C. B. G. Violência entre adolescentes escolares: condições de vulnerabilidades. **Enfermeira Global**, v. 1, n. 42, p. 171-184, abr. 2016.

FERREIRA, T.R. S.C.; DESLANDES, S. F. Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3369-3379, 2018.

FONTANIVE, N. S. *et al.* O que o PISA para Escolas revela sobre uma Rede de Ensino no Brasil? A experiência da Fundação Cesgranrio em 2019. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 110, p. 6-34, jan. 2021.

FOWLER, P.; *et al.* Community violence: A meta-analysis on the effect of exposure and mental health outcomes of children and adolescents. **Development and Psychopathology**. v. 21, n. 1, p. 227-259, 2009.

FRANCISCO, M. V.; LIBÓRIO, R. M. C. Um Estudo sobre Bullying entre Escolares do Ensino Fundamental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 2, p. 200-207, 2009.

FUCK, M. P.; VILHA, A. M. Inovação tecnológica: da definição a ação. **Revista artes e humanidades**, n. 9, p. 1-21, nov./ abr. 2012.

FUNK J.B. **Exposure to Violent Video Games and Desensitization to Violence in Children and Adolescents**. Department of Psychology, MS 948, University of Toledo, 2801 West Bancroft, Toledo, OH, USA. 2006. Disponível em: <https://dl.ifip.org/db/conf/iwec/icec2006/Funk06.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

GAFFORELLI, C. D.; SANTANA, S.M.L. A docência nos dizeres de professores/as da Educação de Jovens e Adultos. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 429-443, mai./ago. 2021.

GALAN JIMÉNEZ. S. F. J.; SERRANO, P. Desensibilización a la violencia una revisión teórica para la delimitación de Violence desensitization: delimitating a construct through a theoretical revision. **Uaricha**, v. 11, n. 25, p. 70-81, 2014.

- GALAN JIMÉNEZ, S. F. J. Exposición a la violencia en adolescentes: desensibilización, legitimación y naturalización. **Perspectivas en Psicología**, v. 14, n. 1, p. 55-67, enero /jun. 2018.
- GALLEGO-JIMÉNEZ, M. G.; OTERO RODRÍGUEZ, L. M.; GARCÍA SOLÍS, P. El bullying en el marco de la escuela inclusiva: revisión sistemática. **Páginas de Educación**, v. 14, n. 1, p. 26-51, enero/jun. 2021.
- GARAIGORDOBIL, M. MARTÍNEZ-VALDERREY, V. Technological Resources to Prevent Cyberbullying During Adolescence: The Cyberprogram 2.0 Program and the Cooperative Cybereduca 2.0 Videogame. **Frontiers in psychology**, v. 9, n. 745. 16 May. 2018.
- GEEL, M. V.; VEDDER, P.; TANILON, J. Relationship Between Peer Victimization, Cyberbullying, and Suicide in Children and Adolescents A Meta-analysis. **JAMA Pediatr.** v. 168, n. 5, p.435-442. March 2014
- GIORDANI, J. P.; SEFFNER, F.; DELL'AGLIO, D. D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 1, p. 103-111, jan./ abr. 2017.
- GONZALES-CALATAYUD, V.; ESPINOSA, M. P. P. Role-Based Cyberbullying Situations: Cybervictims, Cyberaggressors and Cyberbystanders. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 18, n. 16, p. 1-9, Aug. 2021.
- GROEP, S. V. *et al.* Developmental Changes and Individual Differences in Trust and Reciprocity in Adolescence, **Journal of research on adolescence**, v. 30, Sup. 1, p. 192–208, 2020.
- HORTA, C.L. *et al.* Bullying e uso de substâncias psicoativas na adolescência: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p:123-139, 2018.
- HUANG, J. *et al.* Cyberbullying in Social Media and Online Games among Chinese College Students and Its Associated Factors. **Int J Environ Res Public Health**. 2021 May; v. 18, n. 9, p. 4819. Published online 2021 Apr 30
- HUESMANN, L. R. Nailing the coffin shut on doubts that violent video games stimulate aggression: comment on Anderson *et al.* (2010). **Psychological Bulletin**, v. 136, n. 2, p. 179-181, 2.010.
- IBM SPSS Statistics 21. IBM. 2012. Software. Disponível em: <http://www01.ibm.com/software/analytics/spss/products/statistics/>
- KANG, K.; KANG. K.; KIM. C. Fatores de risco que influenciam a perpetração de cyberbullying entre alunos do ensino médio na Coreia: análise usando o modelo de regressão binomial negativo inflacionado de zero. **Jornal Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública**, v.18, n. 5, p. 2224, 2021.
- KEMP, S. **Digital 2021: global overview report**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-overview-report>. Acesso em: 18

de nov. 2021.

KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 2. ed. Campinas: Papirus, 2007.

KRUG, E.G.; *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Organização Mundial da Saúde, Genebra: 2002.

JESUS, D. **Parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio – arts. 121 a 183 do CP**. Direito penal vol. 2, 36. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

JOÃO; A. L. S.; JOÃO, B. M. S.; PORTELADA, A.F.S. Cyberbullying: a agressão através das novas tecnologias. **Revista de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 127-134, mar. 2011.

LOPES NETO, A. A. Bullying comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, n. 5, (Supl), 2005

LORENZETTI, J. *et al.* Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária. **Texto & Contexto enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 432- 439, abr./ junh. 2012.

LUCAS, S.; *et al.*; Bully, bullied and abused. Associations between violence at home and bullying in childhood. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 44, n.1, p. 27-35, 2015.

MACEDO, R. T. *et al.* **Redes de computadores**. 1 ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

MALAEB, D. *et al.* Bullying victimization among Lebanese adolescents: The role of child abuse, Internet addiction, social phobia and depression and validation of the Illinois Bully Scale. **BCM Pediatrics**, v. 20, n. 520, p.2-11, 2020.

MARTINS, P. D. N.; LEMOS, E.; FERREIRA, A. Impacto da violência na saúde, família e trabalho no estado da Bahia, Brasil 2016. **REVISTA CIENCIA, SALUD, EDUCACIÓN Y ECONOMIA**, n. 11, p. 20- 31, 2017.

MARTÍNEZ-LÓPEZ, *et al.* Apoyo social en universitarios españoles de primer año: propiedades psicométricas del Questionário de Suporte Social - Curto Forma y el Escala de Provisiones Scale. **Revista Latinoamericana de psicología**, v. 46, n. 2, p. 102-110, Apr. 2014

MATOS, J. P.; GOMES, M. J. Cyberbullying sobre os professores - uma realidade escondida. **II Congresso Internacional TIC e Educação**: Universidade de Lisboa, 2012.

MCGINTY, E. *et al.* News media framing of serious mental illness and gun violence in the United States, 1997-2012. **Am J Public Health**, v. 104, n. 3, p. 406-13, Mar. 2014.

MCCLOUGHLIN, L.T.; LAGOPULOS, J.; HERMES, D.F. Cyberbullying and Adolescent Neurobiology. **Frontiers in Psychology**, v.11, n. 1511, p.1-7, Jun. 2020.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. de: 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 4, n. 3, p: 513-531, nov. 1997-fev. 1998.

MISES, L. V. O que realmente é a sociedade. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1764>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MONTERO-CARRETERO, C. BARBADO, D.; CERVELLÓ, E. Predicting Bullying through Motivation and Teaching Styles in Physical Education. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 1, p. 87, Jan. 2017.

MORETTI, C.; HERKOVITS, D. De víctimas, perpetradores y espectadores: una meta-etnografía de los roles en el ciberbullying. **Cadernos de saúde pública**, v. 37, n. 4, p. 1-18, Dec. 2020.

MRUG, S.; MADAN, A.; WINDLE, M. Emotional Desensitization to Violence Contributes to Adolescents' Violent Behavior. **J Abnorm Child Psychol**, v. 44, n. 1, p.75-86, jan. 2016.

NEWMAN, K., Fox C, Roth W. **Rampage: The Social Roots of School Shootings**. New York, NY: Basic Books; 2005.

NÓBREGA, T. P. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. *Estudos de Psicologia*. v. 13, n. 2, p.141-148, 2008.

NUCCI, G. S. **Curso de direito penal: parte especial: arts. 121 a 212 do Código Penal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global status report on violence prevention 2014**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>. Acesso em: 28 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World report on violence and health (Relatório Mundial sobre violência e saúde), 2002**. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021

OUR, I.; CALVETE, E. Adaptación y Validación de la Escala Multidimensional de Apoyo Social Percibido. **Revista de Ansiedad y Estrés**, v. 8, n. (2- 3), p.173-182,

2002.

ORIOLO, X.; VARELA, J.; MIRANDA, R. Gratitude as a Protective Factor for Cyberbullying Victims: Conditional Effects on School and Life Satisfaction. **J. Environ. Res. Public Health**, v. 18, n. 5, p. 1-15, March. 2021.

PATIAS, N. D.; HEINE, J. A.; DELL'AGLIO, D. D. Bem-estar subjetivo, violência e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em adolescentes. **Avaliação Psicológica**, v. 16, n. 4, oct./dic., 2017, p. 468-477, 2017.

PEREIRA, B. O.; *et al.* Prevenção do Bullying no Contexto Escolar: Implementação e Avaliação de um Programa de Intervenção. *In: Perspectivas de Desenvolvimento num Mundo Globalizado*. Porto: Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto. p. 535-544.

PEREIRA, S.; AMADO, J.; PESOA, T. Cyberbullying: estudo exploratório sobre as percepções dos professores. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 13, p.107-128, 2012.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução Elzon L. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

PICCOLI, L. M.; LENA, M. S.; GONÇALVES, T. Violência e sofrimento social no contexto escolar: um estudo de caso em Porto Alegre/RS. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 28, nº 4, p. 174-185, out./dez. 2019.

PIERE, R. **Retratos da educação no Brasil**. São Paulo: 2018.

PIROSTE, C. D. O adolescente e a internet: laços e embaraços no mundo virtual. 2013. Tese (Doutorado – Psicologia e Educação), Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013.

RODRÍGUEZ-ENRÍQUEZ, M. *et al.* Cybervictimization among secondary students: social networking time, personality traits and parental education. **BMC Public Health**, v.11. n. 1, p. 1499, nov. 2019.

RODRÍGUEZ-HIDALGO, A. J.; PANTALEÓN, Y.; CALMAESTRA, J. Psychological Predictors of Bullying in Adolescents From Pluricultural Schools: A Transnational Study in Spain and Ecuador. **Front. Psychol.**, v. 10, p. 1-11, Jun. 2019.

ROMERA, E.M. *et al.* Multidimensional Social Competence, Motivation, and Cyberbullying: A Cultural Approach With Colombian and Spanish Adolescents. **Journal of Cross-Cultural Psychology**, v. 48, n. 8, p. 1183-1197, Aug. 2017.

RONDINA, J. M.; MOURA, J. L.; CARVALHO, M. D. Cyberbullying: o complexo bullying da era digital. **Revista Saúde Digital**, v. 1, n. 1, p. 20-41, jan./jul. 2016.

ROSA, M. J.A. Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o processo ensino aprendizagem. **Revista Forum Identidade**, Itabaiana, Ano 4, v. 8, p. 143-158, jul./dez. 2010.

- RUFINO, A. F.; RODRIGUES, T. H.; NUNES, J. V. Redes sociais: surgimento e desenvolvimento dos micro-bloggings. *In: CONGRESSO TECNOLÓGICO TI & TELECOM INFOBRASIL*, 3, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: InfoBrasil, 2010, 7p.
- RY, M.; JAT, K.R. Effect of electronic media on children. **INDIAN PEDIATRICS**, v 47, p. 561-568, jul. 2010.
- SALAS, P. **Cuidado com a fábrica de mentiras**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11701/cuidado-com-a-fabrica-de-mentiras>. Acesso em: 8 dez. 2021.
- SALDANHA, C. C.; ZAMPRONI, E. C. B.; BATISTA, M.L.A. Estilos de aprendizagem. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/julho_2016/dee_anexo1.pdf. Acesso em: 12 janeiro 2021.
- SASS, S. D. A tecnologia no mundo contemporâneo: promessas e desafios. **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 27, n. 40, p. 219-243, jan./abr. 2015.
- SATTLER, L. J.; THOMAS, K. A.; CADET, T.L. Reactive Protection? Fear, Victimization, and Fighting Among U.S. High School Students. **J Interpers Violence**, v. 34, n.17, p. 3666-3690, Sep. 2019.
- SCHREIBER, F. C. C.; ANTUNES, M. C. Cyberbullying: do virtual ao psicológico. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**. v. 35, n. 88, p. 106-125, jan. 2015.
- SENA, *et al.* Prática de bullying. (org.) SENA, M. C.; SILVA, G.; SILVA, A. F. *In: Do bullying e do cyberbullying ao suicídio*. São Luís, MA: Expressão/Feminista, 2021.
- SERDYUKOV, P. Innovation in education: what works, what doesn't, and what to do about it? **Journal of Research in Innovative Teaching & Learning**, v. 10, n. 1, p. 4-33, 2017
- SHAIN, B. N. Suicide and suicide attempts in adolescents. **Pediatrics**, v. 120, n. 3, p. 669-676, Sep. 2007.
- SILVA, E. H. B.; NEGREIRO, F. Violência nas escolas públicas brasileiras: Uma revisão sistemática da literatura. **Rev. Psicopedagogia**, v. 37, n. 114, p. 327-340, 2020.
- SILVA, E. B. *et al.* Violência escolar na perspectiva de adolescentes: potencialidades para o enfrentamento. **Cogitare Enferm**, v. 19, n. 1, p. 20-26, jan./mar. 2014.
- SILVA, F. M. F. Atuação dos professores, das escolas, dos pais e dos alunos nos casos de violência escolar. (org.) SENA, M. C.; SILVA, G.; SILVA, A. F. *In: Do bullying e do cyberbullying ao suicídio*. São Luís, MA: Expressão/Feminista, 2021.

SILVA, J. A. et al. Sensação e percepção no contexto dos estudos em Epistemologia Genética. *Revista de psicologia e epistemologia genéticas*. v. 6, n. 2, p. 51-67, ago./dez. 2014.

SOUZA, S. B.; SIMÃO, V.; CAETANO, A.P. Cyberbullying: Percepções acerca do Fenômeno e das Estratégias de Enfrentamento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, n. 3, p. 582-590, 2014.

TORRES, H, G. *et al.* Perfis do professorado da rede pública de São Paulo: a interação entre espaço, regras institucionais e escolhas individuais no resultado de uma política pública. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 125-158, 2010.

TRENTIN, T. R. D.; AXT, B. C. Cyberbullying: violência virtual. (Org.) OLIVEIRA, M.; AUGUSTIN, S. In: **Direitos humanos: emancipação e ruptura**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2013.

UNICEF. Comunicado de Imprensa. **Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>. Acesso em: 03 nov. 2021.

UNICEF. **Pesquisa do UNICEF: Mais de um terço dos jovens em 30 países relatam ser vítimas de bullying online**. nov. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>. Acesso em: 20 abr. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Violência: definições e tipologias**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

VIEIRA JUNIOR, F. U.; VIEIRA, K.M R.; MORETTI, A. C. Bullying com adolescentes escolares em diferentes contextos educacionais. **Revista de Enfermagem on line**, v. 14, e.243622, p. 1-9, 2020.

WONG, C. A.; MERCHANT, R. M.; MORENO, M.A. Using social media to engage adolescents and young adults with their health. **Healthc (Amst)**, v. 2, n. 4, p. 220-224, 2014.

YOUTUB. **Psicologia também é ciência**. Disponível em: <http://bit.ly/291n0dH>. Acesso em: 08 dez. 2021.

YILMAZ, H. An Examination of Preservice Teachers' Perceptions about Cyberbullying. *Eurasia Journal of Mathematics, Science & Technology Education*, v. 6, n. 4, p. 263-270, 2010.

YUDES, C.; REY, L.; EXTREMERA, N. Predictive Factors of Cyberbullying Perpetration amongst Spanish Adolescents. *Int. J. Environ. Res. Public Health*, v. 17, n. 11, p. 1-14, Jun. 2020.

ZEDNIK, H. et al. Os Desafios da Escola no Enfrentamento e na Prevenção do Cyberbullying. V Congresso brasileiro de informática na educação. **Anais do XXII workshop de informática na escola**, p. 727-736, 2016.

ZEQUINÃO, M. A.; *et al.* Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 181-198, jan./mar. 2016.

ZEQUINÃO, M.A.; *et al.* Desempenho escolar e bullying em estudantes em situação de vulnerabilidade social. **Journal of Human Growth Development**. v. 27, n. 1, p. 19-27, May. 2017.

ZHANG, X.; HAN, Z.; BA, Z. Cyberbullying Involvement and Psychological Distress among Chinese Adolescents: The Moderating Effects of Family Cohesion and School Cohesion. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 17, n. 23, Dec. 2020.

ZHU, C.; HUANG, S.; EVANS, R.; ZHANG, E. Cyberbullying Among Adolescents and Children: A Comprehensive Review of the Global Situation, Risk Factors, and Preventive Measures. **Front. Public Health**, v. 9, n. 634909, mar. 2021.

APÊNDICES

Apêndice A – Capítulos de livro publicado

O QUE É VIOLÊNCIA?

GRACIELE SILVA

Graduada em Direito. Especialista em Direito. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: gracieleesilva@yahoo.com

MICHEL CANUTO DE SENA

Graduado em Direito. Especialista em Direito. Mestre. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor de Direito Civil e Bioética. Faz parte da Academia Paulista de Direito (SP). Bolsista CAPES. E-mail: canuto.fadir.ufms@gmail.com

ADY FARIA DA SILVA

Graduado em Direito. Especialista em Direito. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: adyfaria@hotmail.com

PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Paulo. Pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: phaidamus43@gmail.com

INTRODUÇÃO

A palavra violência pode ser definida como utilização da força física ou do poder, real ou em ameaça, que resulte em lesão, morte, dano, deficiência de desenvolvimento ou privação, que nas palavras de Harlem Brundtland no mundo, a violência invade a vida de várias pessoas sob diversos ângulos e leva muitos a pensar que ficar a salvo é trancar portas, janelas e evitar o convívio social. Para outros, a ameaça da violência está atrás dessas portas, bem escondida da vista pública. E, para aqueles que vivem no meio de guerras e conflitos, a violência permeia todos os aspectos da vida (OMS, 2002, p. 11).

No início do século XXI a violência passa ser problema de saúde pública em diversos países. No mundo, a violência é uma das maiores causas de morte e muitas pessoas sofrem ferimentos resultantes de autoagressão, agressão interpessoais ou de violência coletiva tornando-se uma das principais causas de morte de pessoas (ROSA et al., 2010). No mesmo sentido:

[...] É claro que as análises psicológicas da violência refletem, à sua maneira, as contradições existentes na realidade: o crescimento das tendências anti-sociais, o

isolamento, o medo coletivo e individual, o estado de intolerância, a alienação dos indivíduos e a espetacularização dos dramas particulares. Seria incorreto negar o mundo subjetivo em que se baseia toda a vida social e privada. É necessário enxergar no processo de atividade vital não a supremacia de uma esfera sobre outra, mas a singular unidade dialética do natural, do individual e do social, do hereditário e do adquirido. (MINAYO; SOUZA, 1997, p. 517).

A violência destrói vidas, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) no mundo, quase meio milhão de pessoas são assassinadas a cada ano, milhões de crianças, mulheres e homens sofrem as consequências da violência em casa, escola e comunidades. E como consequência a violência destrói a vida das pessoas e pode levar ao alcoolismo, drogas, depressão, suicídio, abandono escolar, desemprego e dificuldades de relacionamentos, pode dificultar a recuperação de traumas e potencializar as divisões sociais. A violência possui altos custos para o desenvolvimento econômico, corrigido por gastos com respostas de saúde, justiça criminal e bem-estar social para violência (OMS, 2014).

O relatório global sobre a prevenção da violência de 2014 feito pela OMS, revela lacunas globais sobre a prevenção da violência que necessitam ser preenchidas tais como: lacunas no conhecimento sobre a extensão do problema; na qualidade e alcance de programas de prevenção; no acesso aos serviços para as vítimas; na aplicação das leis existentes; e em mecanismos para coordenar o trabalho multissetorial (OMS, 2014).

Assim, a colaboração entre setores é um ponto de partida necessário para preencher essas lacunas (OMS, 2014). O setor de saúde deve expandir seu papel na prevenção da violência, aumentar os serviços para as vítimas e melhorar a coleta de dados sobre violência. A justiça e demais setores colaboradores devem garantir que as leis fortaleçam a prevenção da violência e sejam rigorosamente aplicadas e cada vez seja mais interligada com programas de prevenção da violência. Representação social da violência na adolescência Representação social pode ser definida como o conteúdo de pensamento e de ideias com simetria nas crenças religiosas e políticas criadas espontaneamente possibilitando classificar pessoas e objetos, assim como comparar comportamentos no contexto social (MOSCOVICI, 1978).

Nesse contexto a representação social permite compreender o ato de representar um pensamento do sujeito ao relacionar-se com outro, ou seja, é um modo de conhecimento elaborado e compartilhado socialmente com uma orientação prática que ajuda na construção de um conjunto social (JODELET, 1989). A violência se apresenta com múltiplas formas na sociedade, e se manifesta por diversos ângulos como social, político, individual, moral e psicológico. Ainda a violência pode ser: direta se caracteriza com agressividade e dono físico; indireta se configura como coerção psicológica, moral e emocional, e a violência simbólica está relacionada à relação de poder, dominação minando a consciência do indivíduo (OLIVEIRA et

al., 2010).

Os indivíduos que sofrem essa espécie de violência “ficam com sua consciência adormecida, subjugada por aqueles ditos mais poderosos, cerceando as possibilidades de crescimento, de melhores condições de vida do indivíduo ou de grupos” (OLIVEIRA et al., 2010, p. 264). Nesse contexto, a violência não se restringe somente ao espaço individual, pois torna-se um fenômeno social que deve ser enfrentado com políticas públicas educacionais que promovam a consciência e emancipação respeitando as peculiaridades de cada ser humano como sujeito único.

A representação social no Brasil é decorrente da construção histórica, como demonstrado em relatórios e pareceres oficiais que qualificaram pobres como:

[...] degenerados anormais, selvagens, ignorantes, incivilizados, feios, desordeiros, rudes grevistas, incapazes, preguiçosos, boêmios, anarquistas, brutos, irresponsáveis, desregrados, perniciosos, bêbados, farristas, decaídos, nocivos, arruaceiros, desocupados, marginais, deletérios, animais, simiescos, medíocres, sujos, libertinos, trapaceiros, parasitas, vadios, viciados, ladrões, criminosos. Rótulos pejorativos atingiam também as famílias das classes populares; baseados em *Le crime dans la famille*, da autoria de um juiz francês encarregado de processos de menores e estudioso das relações entre dissolução e desorganização familiar e delinquência infantil e juvenil, os nossos especialistas falavam em “pais imprestáveis” e classificavam-nos em três grupos: negligentes, incapazes e indignos. A ciência afirmava que os vícios, tal como as doenças do corpo, encontravam terreno mais propício em certas nacionalidades e em determinadas raças, tidas como biologicamente inferiores. (PATTO, 1999, p. 184).

Em decorrência desse novo argumento criou-se o Código de Menores do Brasil, em 1927 que consolidada como lei de assistência e proteção a menores, que passou a estabelecer que o menor de 18 anos abandonado ou delinquente seria submetido pela autoridade competente as medidas de assistências e proteção estabelecidas pelo código (BRASIL, 1927).

Nos termos do Código de Menores, eram considerados abandonados os que não possuíam habitação certa, nem os meios de subsistência por terem os pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos e não possuírem tutores. Ainda, os menores de idade que não obedeciam aos pais ou responsáveis, não queriam trabalhar e viviam andando nas ruas eram taxados pela lei como vadios (BRASIL, 1927).

Ainda, como delinquente o Código determinava que o menor de 14 anos, autor ou cúmplice de fato qualificado como crime ou contravenção, não seria submetido a processo penal, pois cabia à autoridade competente colher informações necessárias, que registrassem o fato punível e seus agentes, assim como o estado físico, mental e moral do menor de idade, situação social, moral e econômica dos pais ou tutores (BRASIL, 1927).

O código de menores de 1979 não fez modificações na diferenciação entre crianças e

adolescentes abandonadas ou delinquentes, ou seja, continuaram sendo vistos como vítimas de negligência e abusos, sem diferenciar menor de idade vítima de abandono ou delinquente, consolidando a associação entre pobreza e criminalidade.

Com advento da Constituição Federal de 1988, foi elaborado um novo Estatuto da Criança e do Adolescente visando melhorar a compreensão sobre a condição da criança e do adolescente. Contudo, o estigma do jovem pobre abandonado ser considerado como bandido ainda persiste até os dias atuais. E somente com o Estatuto da Criança e do Adolescente universalizou-se que adolescente é o indivíduo com idade entre 12 e 18 anos. Estabeleceu ainda que as crianças e adolescentes possuem todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei todas as oportunidades e facilidades, visando promover o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990). Nesse sentido:

[...] Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 1990, p. 1).

A relação entre violência e pobreza ainda existe na sociedade que tenta de modo incessante justificar a causalidade entre atos violentos e ausência de recursos, que no imaginário social, esses dois fenômenos caminham lado a lado. Mesmo sendo a violência um fenômeno mais abrangente e complexo, que pode ser vivenciado por indivíduos com extratos socioeconômicos mais elevados, porém, essa junção persiste e faz parte das mazelas sociais (PAIXÃO et al., 2012).

Todavia, mesmo com o rol de direitos e novos conceitos estabelecidos pelo ECA, a marginalização persiste entre os jovens de comunidades carentes. “A representação do adolescente carente pelos jovens está amplamente compreendida pela ideia de falta” (PAIXÃO et al., 2012, p. 287) ou seja, “a falta material e emocional vivida por “adolescentes carentes” é decorrente da pobreza”. A precariedade na vida de um adolescente carente pode deixá-lo solitário, fazendo com que possa perder algumas características da adolescência e isso pode provocar graves consequências na vida desse indivíduo. No mesmo sentido:

[...] suicídio entre adolescentes, em que os participantes moradores da região urbana indicaram que a ideia de solidão aproxima os adolescentes do suicídio, para estes a socialização entre os pares e o apoio familiar são imprescindíveis para que os adolescentes vivam bem. Seriam, portanto, fatores de risco relacionados ao suicídio os problemas familiares, como a separação dos pais, os maus tratos, a negligência

parental, além de dificuldades de relacionamento advindos de um rebaixamento da autoestima e síndromes psiquiátricas. (PAIXÃO et al.; 2012, p. 287).

Assim sendo, as diferenças e desigualdades sociais, econômicas e políticas, tendem a agravar as desigualdades que possuem como consequência a violência estrutural (ARAÚJO; VIEIRA; COUTINHO, 2010). A representação social refere-se à maneira do indivíduo pensar e interpretar o cotidiano e dar sentido à vida e o funcionamento de uma representação pode ser compreendido como processos de objetivação que compreendem a articulação entre a atividade cognitiva e as condições sociais das quais decorrem as representações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é um fenômeno mundial e que não pode ser atrelado com a condição social da pessoa. Assim, taxar uma pessoa pela sua condição social é ceifar oportunidades de crescimento pessoal, estudantil e até mesmo profissional.

No Brasil, o direito à educação é recente, mas ainda apresenta insuficiência quando tratado sobre o prisma das pessoas desfavorecidas financeiramente ou de outros grupos que sofrem preconceito também. Tristemente, a desigualdade social nem sempre é contornada pelo otimismo de alguns professores e escola, pois em grande parte a pobreza se traduz em desigualdade escolar.

Frente ao exposto, em uma sociedade onde a pobreza tornou-se evidente surge a preocupação não apenas sobre a injustiça social, mas das consequências que a desigualdade social possa causar. Ainda mais em fases estruturais como é o caso das crianças e dos adolescentes, que em muitos casos, não possui sequer o mínimo de alimentos para a manutenção do dia a dia.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. C.; VIEIRA, K. F. L.; COUTINHO, M. P. L. Ideação suicida na adolescência: um enfoque psicossociológico no contexto do ensino médio. **Psico-USF**, v. 15, n. 1, p. 47-57, jan./abr. 2010.

BRASIL. **Decreto n. 17.943-a de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.

DE OLIVEIRA RIBEIRO, Cléa Regina; ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. Pobreza, bioética e pesquisa. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 15, 2007.

JODELET, D. **Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie**. In: MOSCOVICI, S. (ed.). *La psychologie sociale*. 4 ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1992. p. 357-389.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1997.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em Psicologia Social**. Tradução: Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World report on violence and health (Relatório Mundial sobre violência e saúde)**, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global status report on violence prevention 2014**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>. Acesso em: 26 abr. 2021.

OLIVEIRA, A. L.; CHAMON, E. M. O. Q.; MAURICIO, A. G. C. Representação social da violência. **Educar**, Curitiba, n. 36, p. 261-274, 2010.

PAIXÃO, D. L. L.; ALMEIDA, A. M. O.; ROSA-LIMA, F. Representações sociais da adolescência por adolescentes e jovens. **Psicologia e Saber Social**, v. 1, n. 2, p. 278-294, 2012.

PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 167-198, 1999.

ROSA, R. et al. Violência: conceito e vivência entre acadêmicos da área da saúde. *Interface - Comunic.*, **Saúde, Educ.**, v. 14, n. 32, p. 81-90, jan./mar. 2010.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM EDUCAÇÃO

GRACIELE SILVA

Graduada em Direito. Especialista em Direito. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: gracieleesilva@yahoo.com

MICHEL CANUTO DE SENA

Graduado em Direito. Especialista em Direito. Mestre. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor de Direito Civil e Bioética. Faz parte da Academia Paulista de Direito (SP). Bolsista CAPES. E-mail: canuto.fadir.ufms@gmail.com

ADY FARIA DA SILVA

Graduado em Direito. Especialista em Direito. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: adyfaria@hotmail.com

PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Paulo. Pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: phaidamus43@gmail.com

INTRODUÇÃO

As novas tecnologias apresentam como característica a velocidade com que se produz a informação e viraliza nas mídias sociais. Essa nova ferramenta tornou-se um recurso indispensável na vida dos seres humanos, pois possibilita construir novos conhecimentos (BORY; FLORES; DÍAZ, 2020).

Desse modo, as antigas infraestruturas de mídias globais como televisão, rádio, jornal impresso começam a ser transformadas pelas grandes empresas de tecnologias. Dentre essas mudanças, estão as plataformas sociais digitais e mecanismos de busca na Internet que propiciam maior comodidade aos cidadãos. Essas mudanças são influenciadas pela revolução tecnológica e em determinados momentos se apresentam como indícios de uma sociedade de controle com nova configuração social, exercida a partir de um poder constante e de uma comunicação rápida e contínua (LEITZKE; RIGO, 2020).

As tecnologias digitais estão globalmente difundidas com notável expansão da Internet móvel e passaram a ocupar esferas da vida pública e privada, com natureza social ou pessoal, moldando comportamentos e, ao mesmo tempo, apresentam-se como condições que influenciam as relações dos sujeitos com o mundo (CALDAS; CALDAS, 2019).

Com essas mudanças, surgiram novas preocupações com os dados pessoais que ficam registrados e se tornam propriedade das plataformas que estão disponibilizando o acesso, ou

seja, essas implicações colocam em xeque a liberdade humana (COULDRY; MEJÍAS, 2020).

No mesmo sentido:

[...] As condições de emergência da sociedade de controle, além de no desenvolvimento tecnocientífico, estão no êxito das estratégias disciplinares e na crise das instituições de confinamento, ambas típicas da anterior sociedade disciplinar, desenvolvida desde meados do século XVII. Na sociedade disciplinar, o modelo de vigilância é executado a partir do sequestro dos corpos para dentro das instituições de confinamento - fábricas, hospitais, exércitos, escolas -, onde são classificados e tornam-se objeto para a produção de novos saberes. Com o aperfeiçoamento desse processo - sequestro, classificação e produção de saberes -, passa-se do homem-corpo ao homem-espécie; de uma anátomo-política do corpo a uma biopolítica da população, o que ocasiona um refinamento das estratégias de governamentalidade (LEITZKE; RIGO, 2020, p. 2).

As mudanças advindas com a tecnologia impactam o processo social que está sendo transformado pela dataficação, convertendo o fluxo da vida em dados armazenados, levantando interesses sobre a privacidade de determinados grupos. Nesse contexto, os interesses sobre dados obtidos com acesso às plataformas digitais vão ao encontro do direito do indivíduo, pois é uma garantia fundamental de que, ao acessar a Internet, seus dados sejam resguardados, que, segundo a comissária de Direitos Humanos da ONU, Michele Bachelet, a "revolução digital" (da qual a dataficação 'em escala industrial' é inequivocamente parte) "é uma grande questão global de direitos humanos" (COULDRY; MEJÍAS, 2020).

O acelerado desenvolvimento das capacidades de processamento e armazenamento de dados vem, progressivamente, expandindo as possibilidades para a aplicação dessas tecnologias nas mais diversas áreas do conhecimento teórico e prático. Entre as transformações, estão a implantação e utilização dos TICs no contexto escolar durante o período de pandemia no Brasil (CALDAS; CALDAS, 2019).

Nesse contexto, o relatório de 2019 da We Are Social e da Hoostsuite aponta que, no último ano, aumentou o número de pessoas utilizando a Internet, constando mais de um milhão de pessoas online pela primeira vez diariamente, desde janeiro de 2018. Em 2020, mais de 4,5 bilhões de pessoas usaram a Internet, a passo que os usuários de mídia social ultrapassaram a marca de 3,8 bilhões. Nesse contexto, 60% (por cento) da população mundial já está online e as últimas tendências sugerem que mais da metade da população total do mundo usará as redes sociais, e 5,19 bilhões de pessoas usam telefones celulares, esse número de usuário foi aumentado em 124 milhões, 2,4% em relação a 2019 (KEMP, 2020).

Esse relatório aponta que um usuário de Internet fica em média seis horas e 43 (quarenta e três) minutos online diariamente, nesse contexto, "se permitirmos cerca de 8 horas por dia para dormir, isso significa que atualmente passamos mais de 40% de nossas vidas acordadas

usando a Internet”. Quando analisa a quantidade de tempo que as pessoas passam online, o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking de países, atrás das Filipinas que, em média, ficam na Internet 9 (nove) horas e 45 minutos; África do Sul com 9 horas e 22 minutos e Brasil com 9 (nove) horas e 17 minutos (KEMP, 2020, p. 1).

A sociedade contemporânea busca novas formas de sociabilidade emergentes, a partir das inovações tecnológicas, configurado em um fluxo de trocas de informações impulsionadas pelo acesso à Internet e a mídias sociais, implicando uma nova forma de convivência, advinda da mediação tecnológica e, direcionada a ampliar relações entre os indivíduos, está consolidada no ciberespaço que possibilita a disseminação da informação de maneira instantânea e sem barreiras (BRIGNOL, 2010).

A tecnologia digital provocou mudanças radicais tornando possível acessar, representar e processar qualquer informação. Nessa nova era digital, os aparelhos estão interligados e conectados à Internet, seja celular, televisão, computador dentre outros, além de propiciar a comunicação simultânea das pessoas. O planeta passou a ser interligado por conexões que rompem barreiras e influenciam pessoas e comunidades em âmbito global (KENSKI, 2007).

A Internet permitiu que as informações estejam à disposição e sejam compartilhadas por seus usuários, abrindo a possibilidade para transações online, reuniões de negócios, e possibilitou uma nova forma de interação social, ou seja, os indivíduos passaram a viver duas realidades paralelas, que se configura no sujeito vivendo sua rotina diária fisicamente e o sujeito virtual descolado. Ao acessar a Internet, o sujeito possui à sua disposição diversas opções, dentre elas, ler um livro, assistir a um filme, entrar em salas de bate-papo, participar de eventos online, estudar, jogar, fazer negócios dentre outros. Estão à disposição diversas possibilidades (KENSKI, 2007).

O avanço das tecnologias digitais define novos poderes com base nas condições e velocidade de acesso às informações que são incorporadas e influenciam mudanças de comportamento (KENSKI, 2007; CARAMORI et al, 2020).

A consolidação da tecnologia da informação produz mudanças no comportamento humano, social e na educação, assim como em outras áreas do conhecimento, as quais necessitam estar constantemente sendo reinventadas para readaptar e se ajustar às novas exigências da prática profissional. Para muitos especialistas em educação, os estudantes estão envolvidos nessa transformação e têm sido vetores dessas mudanças por estarem imersos nessa nova realidade de conexão e inovação.

NOÇÕES DA UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA DO QUADRO

NEGRO AO DIGITAL

O quadro-negro em sala de aula passa a ser utilizado no final do século XIX e ocupa, então, espaço central na sala de aula; gradualmente, consolidou-se como sistema básico para instrução, que fora ampliado com mobiliário e material escolar (OLIVEIRA et al., 2013).

Nesse período, os alunos eram alfabetizados escrevendo em pedras, eram “pequenas placas escolhidas entre placas mais ou menos regulares e com a superfície lisa. Cortadas regularmente e aplainadas nas bordas, um lápis também em ardósia permite marcar nela traços suficientemente visíveis”. Para posteriormente escrever com pena e tinta (DE SOUZA KINCHESCKI; DE SOUSA, 2019, p. 15).

O quadro-negro, para o professor, e a lousa, para os alunos, eram o principal meio para desenhar as letras e um meio com mais eficiência para ensinar a escrever e a ler ao mesmo tempo. O quadro negro permitia que os alunos interagissem entre si, expressando opiniões e fazendo brincadeiras (DE SOUZA KINCHESCKI; DE SOUSA, 2019).

Frente a essa nova realidade, o desenvolvimento de materiais escolares é decorrente do aperfeiçoamento dos métodos de ensino. “O método de ensino mútuo/ monitorial inaugura uma arquitetura do espaço escolar nesse período, onde o mobiliário e o material passam a ser necessários para o sucesso do método” (OLIVEIRA et al., 2013, p. 5).

Para ampliar o desenvolvimento da escrita, foram necessários o desenvolvimento de salas de aula, contemplando carteiras adaptadas à estatura do aluno e fixas ao chão para evitar mobilidade, e o uso de ardósias para a aprendizagem inicial do escrever. Durante o século XX, o quadro negro assumiu novos formatos, mas continuou como peça central na sala de aula. O quadro negro foi adaptado a novos materiais, mais baratos e fáceis de manusear e se popularizou na cor verde, por destacar melhor as cores do giz (OLIVEIRA et al., 2013).

Nesse processo de inovação da educação em sala de aula, por volta de 1950, foi adaptado um novo equipamento que permitia projetar fotos em transparência emolduradas que eram chamadas de slides. Para o funcionamento, utilizava-se de uma fonte de luz para projetar as imagens (OLIVEIRA et al., 2013).

Já na década de 1980, a tecnologia da informação e comunicação passa a facilitar a transmissão de conhecimento por computadores, o que promove melhoria na qualidade de ensino e na transmissão de conhecimento. Com a popularização dos computadores, surge o projetor multimídia, conhecido como Datashow que reproduz a imagem do monitor reproduzindo slides, vídeos, fotos e outros conteúdos que o professor queira apresentar na sala de aula. Todo esse processo tecnológico, desenvolvido ao longo do século XX, permitiu inovar

no processo de ensino-aprendizagem (SOBRAL; GIMÉNEZ, 2018). Nesse sentido:

[...] Com o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem baseados na web em meados da década de 1990, a comunicação textual, embora digitalizada, passou a ser, pelo menos por um breve período de tempo, o principal meio de comunicação para a aprendizagem baseada na Internet, apesar de a videoaula estar agora modificando isso (BATES, 2016, p. 240).

Ainda, na década de 1990, começou a popularizar-se a criação de vídeo devido à compressão digital que reduziu custos, à medida que aumentava a velocidade e o acesso à Internet. A gravação de vídeo e sua disponibilização online permitem que os alunos possam rever as aulas em qualquer lugar e momento (BATES, 2016).

A primeira instituição a gravar vídeos e deixar à disponibilidade dos alunos, gratuitamente, foi o Massachusetts Institute of Technology (MIT) com seu projeto Open Course Ware em 2002. Em 2005, o YouTube foi comprado pelo Google e, em 2006, passou a disponibilizar cliques educacionais curtos que podem ser baixados e integrados em cursos online (BATES, 2016).

O lançamento da World Wide Web, em 1991, possibilitou que usuários finais criem e liguem documentos, vídeos ou outras mídias digitais sem a necessidade de transcrever tudo em algum tipo de código de computador (BATES, 2016). Em 1995, a Web permitiu o desenvolvimento dos primeiros ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs), tais como o WebCT. Os AVAs oferecem um ambiente de ensino online em que o conteúdo pode ser carregado e organizado e proporcionam “espaços” para objetivos da aprendizagem, atividades dos alunos, lições e fóruns de discussão (BATES, 2016).

As mídias sociais são definidas como um conjunto de aplicações que permitem criar e compartilhar conteúdos gerados ou não pelo usuário, com base na interação entre as pessoas. Além de possuir uma abrangência que inclui blogs, wikis, vídeos do YouTube, dispositivos móveis (como smartphones e tablets), Twitter, Skype e Facebook (BATES, 2017).

A lousa digital é uma plataforma sensível ao toque, que funciona como um monitor que exhibe arquivos de fotos e de vídeos preparados pelo professor, e também pode receber informações escritas diretamente na tela. Além disso, a lousa digital pode estar conectada em rede com o computador dos alunos, para que visualizem a aula. Por volta de 1990, a digitalização da informação permitiu que fosse possível misturar bits de arquivos de áudio, vídeo e dados, criando um tipo de informação (OLIVEIRA et al., 2013).

A lousa digital interativa está configurada com a linguagem digital, articula-se com as tecnologias de informação e comunicação que engloba aspectos da oralidade e da escrita em

novos contextos e vem para potencializar a realização de atividades, que o professor realizará no quadro convencional (OLIVEIRA et al., 2013). No mesmo sentido:

[...] Se estamos interessados em escolher tecnologias apropriadas para o ensino e aprendizagem, não devemos apenas olhar para as características técnicas de uma tecnologia, nem o sistema mais amplo de tecnologias em que ela está localizada, nem mesmo as crenças educacionais que trazemos como professores de sala de aula. Precisamos também examinar as características específicas das diferentes mídias em relação a seus formatos, sistemas de símbolos e valores culturais. (BATES, 2017, p. 254).

Assim, a educação se adaptou à tecnologia e à ampliação dessas, permitiu que a escola deixe disponíveis aos alunos conteúdos, vídeos, imagens para complementar seu aprendizado. Nesse contexto, o que distingue a era digital de todas as anteriores é o desenvolvimento da tecnologia em ritmo acelerado de base tecnológica e sua inclusão na vida diária dos indivíduos, impactando sobre a educação como uma mudança de paradigma, em termos de tecnologia educacional.

INOVAÇÃO EDUCACIONAL TECNOLÓGICA

A utilização de ferramentas digitais altera comportamentos, amplia e banaliza o uso de determinada tecnologia, impondo mudanças no comportamento individual e do grupo social. Partindo do pressuposto que o conhecimento na sociedade atual está dividido em: oral, escrito e digital, fica evidente que diferentes comportamentos influenciam o modo de aprendizagem (KENSKI, 2007).

A forma mais antiga de expressão do conhecimento é a fala, que permitiu a transmissão de informações, definindo a cultura e delimitando o mundo à sua volta. A linguagem oral é a principal forma de comunicação. Por outro lado, o uso da linguagem escrita surge quando os homens passam a ocupar determinados espaços. Contrariando as sociedades orais em que era predominante a memorização; na sociedade escrita era necessária a compreensão graficamente daquilo que estava sendo falado. A linguagem digital se articula com as tecnologias eletrônicas de comunicação e informação, essa tecnologia rompe com as formas narrativas circulares e repetidas da oralidade e se apresenta como “descontínuo, fragmentado e, ao mesmo tempo, dinâmico, aberto e veloz” (KENSKI, 2007, p. 32).

Inovações tecnológicas podem ser compreendidas como uma combinação que utiliza o desenvolvimento de novas tecnologias como possibilidade de crescimento, as inovações tecnológicas geram resultado econômico, ou seja, podem ser entendidas como

aperfeiçoamentos contínuos e graduais que envolvem a integração de funções tais como: a busca pela coordenação, mobilização e integração dos recursos com atores internos com os atores externos (ECHALAR; LIMA; OLIVEIRA, 2020; FUCK; VILHA, 2012).

A tecnologia pode ser entendida como uma ferramenta que visa à melhoria das condições de vida da humanidade. A utilização de tecnologias na escola, requer que o professor domine o saber relativo às tecnologias tanto em termos de valorização quanto de utilização, configurando-se em uma extensão do ambiente escolar. No espaço escolar as novas e velhas tecnologias coexistem, sendo necessário saber trabalhá-las de modo que atenda os dois propósitos (PADILHA, 2014).

As tecnologias tornaram-se aliadas dos novos paradigmas de educação, permitindo a construção de um novo modelo no ambiente de ensino e aprendizagem, e se apresentando como alternativas educacionais. “As tecnologias educativas são ferramentas que estão disponíveis e, quando bem utilizadas, produzem transformações significativas no processo de ensino e aprendizagem” (SILVA, 2020, p.6). Essas novas tecnologias permitem que professores se renovem e reinventem seu papel diante dos novos desafios, consolidando uma nova forma de ensinar. Nessa nova versão de ensino, o trabalho em equipe ganha força, passa a valorizar a interdisciplinaridade e autonomia, ao passo que estimula o protagonismo dos estudantes, favorecendo o aprendizado, as relações interpessoais, aquisição de habilidades de comunicação e desenvolve a responsabilidade social do estudante (CARAMORI et al., 2020). Nesse sentido:

A educação escolar na era da informação deve formar cidadãos críticos capazes de identificar e compreender as teorias que norteiam o paradigma tecnológico da comunicação e informação e vêm provocando mudanças radicais no universo do trabalho e da educação. Isto significa que o papel da escola não se limita a desenvolver metodologias para erradicar o “analfabetismo tecnológico”, mas também oferecer instrumentos para analisar criticamente os recursos do ciberespaço, no sentido de privilegiar a formação ética, incentivando a participação coletiva no processo de construção da nova sociedade verdadeiramente democrática, ou seja, um mundo onde todas as pessoas usufruam dos benefícios das conquistas científicas (TERUYA, 2000, p. 117).

Nesse contexto, a combinação de recursos tecnológicos e ferramentas tecnopedagógicas permite a integração da aprendizagem presencial com experiências online. Essa aprendizagem combinada permite uma transformação crítica do processo de ensino, que desloca o ensino centrado no professor para o modelo em que o aluno assume um papel ativo no processo de aprendizagem. No espaço virtual, o aluno tem a possibilidade de revisar conceitos para reconstruir seus conhecimentos e socializar sua aprendizagem (GIJON; BARRERA, 2021). Nesse diapasão:

[...] Vivemos em um novo momento tecnológico, em que as redes digitais tornadas possíveis graças ao aumento da velocidade de acesso e ampliação da largura da banda de transmissão de dados, voz imagens etc. e, principalmente, a internet exercem um papel social fundamental na movimentação das relações financeiras, culturais e de conhecimento. Em relação à educação, as redes de comunicação trazem novas diferenciadas possibilidades para que as pessoas possam se relacionar os conhecimentos e aprender. (KENSKI, 2007, p. 46-47).

Desse modo, a inovação tecnológica permite que o aluno participe do processo de ensino no seu o tempo, com suas regras e horário, tendo a oportunidade de rever continuamente os conteúdos e atividades orientadas, garantindo o aprendizado no seu ritmo (HERNÁNDEZ; RODRÍGUEZ, 2020).

A Internet é uma tecnologia que pode facilitar a motivação dos alunos, em decorrência das diversas possibilidades disponíveis na rede, e melhorar o aprendizado dos alunos se o professor proporcionar confiança e técnica, quando utilizar essa ferramenta para estabelecer relações de equilíbrio, competência e simpatia. A Internet não modifica, sozinha, o processo de ensinar e aprender, entretanto, exerce influência nas atitudes básica pessoal e institucional diante da vida, do mundo, de si mesmo e do outro (MORAN, 2007; MORAN, 1997, p. 4).

Assim, tecnologias da inteligência que existem no ciberespaço ampliam, exteriorizam e modificam as funções cognitivas humanas, a memória humana passa a existir como função do cérebro e como rede de informação acessível em diferentes suportes tecnológicos. Em um momento da civilização em que as informações não param de crescer, a memória humana assume também a importante função de apagar dados inúteis, deletar informações e esquecer. Contudo, essas transformações alteram o comportamento das novas gerações, permitindo que falem de igual para igual (KENSKI, 2007).

A VIOLÊNCIA ESCOLAR DIANTE DA POTENCIALIDADE DAS MÍDIAS SOCIAIS

A violência escolar deve ser entendida como um fenômeno sócio histórico, que vai além dos limites da escola construído pela realidade social que impacta não somente no processo de ensino-aprendizagem, mas em todos os âmbitos da vida, inclusive, na saúde (KAPPEL et al., 2014). No mesmo sentido:

[...] as possibilidades do enfrentamento à violência escolar, especialmente no contexto do ensino público, cenário deste estudo, estão diretamente relacionadas às políticas educacionais e ao impacto destas nas condições de trabalho de professores e gestores, uma vez que a precariedade vivenciada limita a participação destes atoreschave neste processo. Finalmente, a violência escolar configura-se como um fenômeno cujo enfrentamento perpassa, também, por mudanças mais amplas, não só nas políticas educacionais, mas, também, nas políticas sociais, no sentido de fortalecimento da família enquanto fonte de suporte social para as crianças e os adolescentes. (KAPPEL et al., 2014, p. 733).

Como a violência é algo mutável e dinâmico, com adaptações à medida que a sociedade se transforma, é a partir de sua posição social que o indivíduo estrutura seus pensamentos, percepções e ações (STELKOPEREIRA; WILLIAMS, 2014).

Nesse contexto, a violência que se utiliza da Internet para ser praticada pode ocorrer em qualquer relação interpessoal, diminuindo as possibilidades de o indivíduo em determinados casos se defender das acusações a que foi exposto. A tecnologia digital tornou-se uma aliada da escola permitindo diversas formas de compartilhamento de conteúdo e, ao mesmo tempo, utilizar diferentes mídias como complemento desse conteúdo. Entretanto, essa facilidade de acesso às mídias permite maior exposição de adolescentes às diversas formas de violências. As notícias são dos mais variados tipos de violência na sociedade, seja nacional ou internacional, passando a fazer parte do cotidiano de crianças e adolescentes que estão expostos (STELKOPEREIRA; WILLIAMS, 2014).

Nas escolas, crianças e adolescentes cometem infrações caracterizadas por agressões verbais, físicas, pichações, bullyings e furtos, nem todas essas ações e comportamentos encontram justificativas ou até mesmo despertam o interesse de pais e professores em buscar compreender o fenômeno da violência e as motivações que o sustentam. Vale dizer, porém, que um olhar mais atento e observador, quanto aos comportamentos estudantis, suas manifestações e consequências no cotidiano escolar, em muito poderia servir para, no mínimo, auxiliar o agressor e, sobretudo, amparar a vítima. O indivíduo que possui comportamentos agressivos na escola, muitas vezes, sofre ou presencia atos de violência, pois geralmente está cercado por instrumentos e situações que remetem à violência (SOUZA, 2008, p. 127). Assim:

[...] A mídia, por exemplo, é um instrumento que pode contribuir para que crianças e adolescentes reproduzam atos violentos; isso acontece quando se vê na televisão cenas de criminalidade, (inclusive em novelas), de forma empolgante, com distorções significativas da realidade ou nos jogos de vídeo-games, violências e lutas. Percebe-se, portanto, que os meios de comunicações têm colaborado para que a violência seja vista de forma natural. (SOUZA, 2008, p. 127).

A falta de afeto e de valores está relacionada com a frequente ausência dos pais, que deixam seus filhos com irmãos mais velhos ou babás, o que reduz cada vez mais o tempo de convívio familiar entre pais e filhos. Essa mudança nas relações familiares tem várias implicações, na vida dos adolescentes que estão cada vez mais isolados tendo como companhia a Internet (SOUZA, 2008, p. 127).

Essa companhia pode se tornar perigosa quando se tem a sensação de poder em decorrência do anonimato, falsa sensação de que tudo é permitido, a exemplo, o discurso de ódio nas mídias sociais, violência recorrente entre os adolescentes (ANDRADE;

PISCHETOLA, 2016). Tal fenômeno perpassa e inclui o ambiente escolar de maneira crescente e preocupante, o que impulsiona a entendê-lo de maneira mais cautelosa (ANDRADE; PISCHETOLA, 2016).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.; PISCHETOLA, M. O discurso de ódio nas mídias sociais: a diferença como letramento midiático e informacional na aprendizagem. **Revista e-Curriculum**, v. 14, n. 4, p. 1377-1394, out./dez., 2016.

BATES, A.W. (TONY). Educar na era digital design, ensino e aprendizagem. 1 ed. São Paulo: Artesanato digital, 2017.

BRIGNOL, L. D. Migrações transnacionais e usos sociais da internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BORY, E. J. P.; FLORES, G. L. A; DÍAZ, K. G. Percepción profesoral sobre una innovación educativa para mejorar la gestión docente utilizando la plataforma Moodle. **Revista Edumecentro**. v. 13, n. 1, p. 167-183, 2020.

CALDAS, C. O. L.; CALDAS, P. N. Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, p. 196-220, abr./jun. 2019.

CAMORI, U. et al. Projeto Fellows: Habilidades de Educação para Estudantes das Profissões da Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n 1, p. 1-8, 2020.

COULDRY, N.; MEJÍAS, U. A. Health data and global power inequalities: challenging the world data order. RECIIS - **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 14, n. 4, p. 805-811, out./dez., 2020.

DE SOUZA KINCHESCKI, A. P.; DE SOUSA, G. R. Da pedra ao pó: o itinerário da lousa na escola pública paulista do século XIX. **Educar em Revista**, v. 35, n. 76, p. 407-412, 2019.

ECHALAR, J. D.; LIMA, D C. B. P.; OLIVEIRA, J. F. Plano nacional de educação 2014 - 2024 o uso da inovação como subsídio estratégico para educação superior. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 28, n. 109, p. 863-884, out./dez. 2020.

FUCK, M. P.; VILHA, A. M. Inovação tecnológica: da definição a ação. *Revista de Artes e Humanidades*. v. 1, n. 9, p. 1-21; abr. 2012.

KAPPEL, V. B. et al. Enfrentamento da violência no ambiente escolar na perspectiva dos diferentes atores. **Interface Comunicação Saúde Educação**, v. 18, n. 51, p. 723-735, 2014.

LEITZKE, A. T. S.; RIGO, L. C. Sociedade de controle e redes sociais na internet: #saúde e #corpo no instagram. **Revista Movimento**, v. 26, p. 1-14; 2020.

HERNÁNDEZ, Y. L. R.; RODRÍGUEZ, L. M. M. Tecnologías de la información y las

comunicaciones apoyando la educación en tiempos de COVID-19. **Revista Edumecentro**. v. 13, n. 1, p. 167-183, 2020.

MORAN, J. M. Como utilizar a internet na educação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p.1-8, maio/ago. 1997.

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 2. ed. Papirus Educação: Campinas, SP, 2007.

KEMP, S. Digital 2020: Global digital overview. 30 jan. 2020. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-global-digital-overview>. Acesso em: 17 mar. 2020. KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 2. ed. Campinas: Papirus, 2007.

PADILHA, A. S. C. O uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no contexto da aprendizagem significativa para o ensino de ciências. 2014. Dissertação (Mestrado em Formação científica, educacional e tecnológica) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, J. G. S. L. As novas tecnologias digitais: o uso pedagógico e as concepções docentes. 2020, **Anais [...]** VI Congresso Nacional de Educação Conedu [...]. Maceió. 2020.

SOBRAL, M. N. S.; GIMÉNEZ, E. B. O uso de ferramentas tecnológicas modernas no ensino médio. 2018, **Anais [...]** V Congresso Nacional de Educação Conedu [...]. Maceió. 2018.

SOUZA, M. R. **Violência nas escolas: causas e consequências**. Caderno Discente do Instituto Superior de Educação, Aparecida de Goiânia, ano 2, n. 2, 2008.

STELKO-PEREIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia**, v. 18, n. 1, p. 45 – 55, 2010.

PRÁTICA DE BULLYING

MICHEL CANUTO DE SENA

Graduado em Direito. Especialista em Direito. Mestre. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor de Direito Civil e Bioética. Faz parte da Academia Paulista de Direito (SP). Bolsista CAPES. E-mail: canuto.fadir.ufms@gmail.com

GRACIELE SILVA

Graduada em Direito. Especialista em Direito. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: gracieleesilva@yahoo.com

ADY FARIA DA SILVA

Graduado em Direito. Especialista em Direito. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: adyfaria@hotmail.com

PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Paulo. Pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: phaidamus43@gmail.com

INTRODUÇÃO

A prática de bullying afeta o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como os direitos da personalidade, pois a prática reiterada dessa espécie de violência faz que a vítima perca cada vez mais o seu espaço e suas oportunidades nos ambientes escolares e sociais. Afeta, ainda, os direitos da personalidade² que possuem particularidades e são destinados à proteção da pessoa, com o objetivo de assegurar a dignidade como valor fundamental.

A dignidade da pessoa³ humana pode ser entendida como o rol de valores intrínsecos e absolutos pertencentes à pessoa, ou seja, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, ao respeito, dentre outros. Dessa forma, esses valores já nascem com a pessoa, são absolutos, intransmissíveis, imprescritíveis, extrapatrimoniais, impenhoráveis e oponíveis erga omnes. Nesse aspecto, o respeito à dignidade da pessoa humana encontra asilo nas normas constitucionais, bem como nas legislações nacionais e internacionais (SENA et al., 2020).

Portanto, mesmo tendo o princípio da dignidade da pessoa humana como um dos

² [...] E são “aqueles direitos inerentes à pessoa e à sua dignidade. Surgem cinco ícones principais: vida/integridade física, honra, imagem, nome e intimidade. Essas cinco expressões-chaves demonstram muito bem a concepção desses direitos”. (DE OLIVEIRA, J. S.; SANTOS, D. P. DIGNIDADE, DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DA PERSONALIDADE: uma perspectiva garantista para a democracia substancial. Revista Jurídica, v. 2, n. 59, p. 343-358, 2020. p. 359).

³ A noção de dignidade humana evoca duas ideias diferentes, que se entrelaçam, mas não se identificam necessariamente: a dignidade da pessoa humana e a dignidade da espécie humana. Pode-se dizer que a dignidade da pessoa humana pressupõe a da espécie humana, mas que o inverso não ocorre. No conceito moderno de dignidade humana presente nas constituições contemporâneas e nos tratados internacionais sobre direitos humanos, essas duas noções estão presentes. (SARMENTO, 2016, p. 27).

preceitos fundamentais, as relações interpessoais naturalmente resultam em conflitos, estes podem ser entendidos como embate, oposição ou pendência, no vocabulário prevalece o sentido de entrelaço de ideias ou de interesses, em razão dos quais se instala uma divergência entre fatos, coisas ou pessoas em ambientes sociais e escolares (TARTUCE, 2015).

Nesse cenário, surge o conflito que pode ser desenvolvido também em ambiente escolar, ocasionando danos aos envolvidos; para isso, as instituições devem desenvolver técnicas e projetos para diminuí-los, uma das medidas que pode ser implantada é a mediação de conflitos, com foco na pacificação dos conflitos e potencializar os rendimentos dos escolares (TARTUCE, 2015).

Pode-se ainda diferenciar uma simples brincadeira do bullying, pois neste caso, ocorrem agressões verbais ou físicas dirigidas, reiteradas, sádicas, ofensivas e humilhantes, estabelecendo assim um ciclo, no qual o agressor sempre encontra força para continuar atacando a vítima e causando prejuízos psicológicos e sociais.

O bullying, assim como qualquer espécie de violência, fere as relações, pois coloca a pessoa em situação de desproporção e vulnerabilidade. Ainda, pode acarretar danos permanentes e irreparáveis, como a depressão, exclusão social e até mesmo a morte. Portanto, faz-se necessário discutir sobre as teorias em torno dos conflitos e as medidas eficazes para a identificação e a pacificação de violência.

Nesse contexto, como o bullying é enquadrado como violência escolar, os estudos analisados apontam que a moralidade pode auxiliar no convívio escolar. De tal forma, para Piaget (1994), o julgamento moral está ligado ao desenvolvimento cognitivo das crianças que, na fase da terceira infância, podem tecer julgamentos de forma concreta, utilizando como base de análise diversos pontos de vista sobre uma mesma situação.

Dessa feita, no primeiro momento do desenvolvimento, existe a moralidade de restrição, em que o pensamento é resistente, existindo somente uma forma certa e uma errada. Já no segundo momento, ocorre a moralidade da cooperação, momento em que a criança apresenta plasticidade e maleabilidade no seu julgamento moral, em outras linhas, ela combina as suas experiências pessoais com as vividas pelos adultos ao seu redor, possibilitando que formulem novas ideias de moralidade.

Ainda, Piaget (1994) ampliou sua teoria sobre a moral a partir dos jogos de regras, pois por meio deles se pode observar o comportamento das crianças diante de um jogo e o respeito atrelado com a moralidade entre os pares. Ainda, “toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras” (PIAGET, 1994, p. 23).

Deficiência institucional

O estudo de Estellita-Lins e Guimarães e Silva (2012) demonstrou que o bullying pode ser classificado de três maneiras. A primeira delas é o sujeito que pratica o ato, denominado de perpetrador ou agressor, na literatura inglesa é chamado de *bull*, palavra que pode ser traduzida com o sentido de touro, de bravio e de incapacidade de compartilhar o mesmo território com semelhantes. A segunda classificação recai sobre aqueles que sofrem o bullying, são denominados de vítimas. Existe ainda a figura dos espectadores ou testemunhas, que assistem aos episódios de violência calados em função do medo de serem as próximas vítimas do agressor.

Monteiro e Asinelii-Luz (2020) entenderam que a escola é um microsistema, ou seja, ambiente de interação social e familiar. Torna-se inevitável imaginar uma criança ou um adolescente sem o acompanhamento escolar ou até mesmo da interação social que esse ambiente proporciona na evolução estudantil, bem como nas relações fora da instituição.

Nesse âmbito, a escola objetiva a inclusão dos alunos, mas proporciona a exclusão de outros que, de modo geral, não conseguem corresponder às expectativas de interação e de aprendizagem. Surge, nesse contexto, diferentes espécies de violências que afetam as escolas, impedindo que ela exerça sua função social, dentre elas: (I) o bullying; (II) cyberbullying⁴; (III) violência contra a população LGBTQI+⁵; (IV) violência contra a mulher⁶ e (V) violência contra

⁴ [...] cyberbullying é o bullying praticado através da Internet ou qualquer recurso da tecnologia da informação e comunicação, onde o autor expõe, intimida, difama, agride com palavras, humilha e faz piadas ofensivas sobre a vítima, alcançando milhões de pessoas em segundos. (GONÇALVES, Jonas Rodrigo; OLIVEIRA, Livia Rebeca Gramajo. A ineficácia da punibilidade do cyberbullying no Brasil. Revista Educar Mais, v. 4, n. 2, p. 308-319, 2020. p. 312).

⁵ [...] A escassez de indicadores de violência contra LGBTQI+ permanece um problema central. Um primeiro passo no sentido de resolvê-lo seria a inclusão de questões relativas à identidade de gênero e orientação sexual no recenseamento que se aproxima. Paralelamente, é essencial que essas variáveis se façam presentes nos registros de boletins de ocorrência, para que pessoas LGBTQI+ estejam contempladas também pelas estatísticas geradas a partir do sistema de segurança pública. Sem esses avanços, é difícil mensurar, de forma confiável, a prevalência da violência contra esse segmento da população, o que também dificulta a intervenção do Estado por meio de políticas públicas. (CERQUEIRA, D. R. C. et al. Atlas da violência 2020. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10214>. Acesso em: 11 fev. 2021. p. 54).

⁶ [...] Embora 2018 tenha apresentado uma tendência de redução da violência letal contra as mulheres em comparação com os anos mais recentes, ao se observar um período mais longo no tempo, é possível verificar um incremento nas taxas de homicídios de mulheres no Brasil e em diversas UFs. Entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos assassinatos de mulheres. Em alguns estados, a taxa de homicídios em 2018 mais do que dobrou em relação à 2008: é o caso do Ceará, cujos homicídios de mulheres aumentaram 278,6%; de Roraima, que teve um crescimento de 186,8%; e do Acre, onde o aumento foi de 126,6%. Por seu turno, as maiores reduções no decênio ocorreram no Espírito Santo (52,2%), em São Paulo (36,3%) e no Paraná (35,1%). (CERQUEIRA, D. R. C. et al. Atlas da violência 2020. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10214>. Acesso em: 11 fev. 2021. p. 35).

pessoas negras⁷.

A deficiência institucional pode ser um dos motivos para a ocorrência de violência em ambiente escolar, pois nesse caso ocorrem mudanças constantes de diretores, coordenadores e professores, além dos problemas de infraestrutura; leva-se ainda em consideração o modo com que os alunos se relacionam entre si e com os professores.

Por outro lado, a escola pode ser considerada como um dos únicos meios que crianças e adolescentes possuem de interação social, especialmente nas famílias que são de classes sociais menos favorecidas, a tendência é que a interação Infantojuvenil seja deixada de lado. As consequências negativas dessa ausência de interação podem ser ilustradas, como a falta de acesso à cultura, limitações nas relações interpessoais, deficiência no desenvolvimento cognitivo, entre outros prejuízos.

Assim, o ambiente escolar envolve a convivência de crianças, adolescentes e adultos. Diante disso, surge o bullying escolar, que pode ser entendido como um conjunto de comportamentos agressivos, psicológicos e físicos, a título de exemplo, chutar, apelidar, discriminar, excluir e empurrar, são atos que ocorrem entre colegas de forma repetida e sem motivação evidente (ANTUNES; ZUIN, 2008).

Conforme Arrúa et al. (2019), um dos fatores que impulsionam a violência escolar é que as famílias delegam seus papéis para as escolas. Sabe-se que a escola é o grande palco de transformações sociais e, em muitos casos, o único local onde as crianças e adolescentes realizam suas refeições diárias e convivem harmonicamente. Isso mostra a triste realidade em função das estruturas familiares que passam dificuldades nas relações interpessoais e financeiras.

Nota-se que não cabe à escola o papel de substituir os valores de origem familiar, pois a escola não pode ser responsável pela estrutura familiar, orientação dos filhos e ainda orientá-los. Dessa maneira, nos casos em que a família é omissa e delega a sua função para a instituição de ensino, a criança ou o adolescente pode desenvolver comportamentos indesejáveis em ambiente familiar e educacional. O vandalismo é um desses comportamentos, pois o discente concretiza as suas frustrações por meio de atos violentos contra pessoas e objetos contidos na escola.

⁷ [...] Uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra. Enquanto os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam forte crescimento ao longo dos anos, entre os brancos, os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução. (CERQUEIRA, D. R. C. et al. Atlas da violência 2020. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10214>. Acesso em: 11 fev. 2021. p. 47)

Assim, o fracasso escolar pode ser um dos motivos para que a pessoa cometa o bullying. Logicamente que uma decepção pessoal não justifica atos de violência verbal ou física. Na verdade, o insucesso em ambiente escolar pode gerar uma rejeição social pelo grupo ou pela classe.

Destaca-se ainda que a violência escolar pode estar ligada à baixa autoestima, altos índices de ansiedade, desamparo e depressão. Portanto, é preciso analisar os dois lados desse caso, pois os motivos que levam os agressores a cometerem atos agressivos não pode simplesmente ser tolerado. Verdadeiramente, o bullying escolar traz diversas consequências negativas para a vítima. Nesse sentido, se as escolas tratarem o problema violência como algo comum do cotidiano, a tendência será um ciclo cada vez mais violento. Por isso, deve-se exigir formulações de políticas públicas específicas em prol do problema.

Existem os fatores que podem justificar a prática de bullying, dentre eles: (I) a intencionalidade do comportamento, ou seja, o objetivo de provocar mal-estar e ganhar controle sobre uma pessoa; (II) a repetição de comportamentos, visando causar malefícios a outrem; (III) dinâmica de controle, em outras linhas, os agressores veem suas vítimas como um alvo fácil; (IV) o comportamento agressivo não é resultado de uma simples provocação (HUMPEL; BENTO; MADABA, 2019).

De acordo com Alcantara et al. (2019), os acontecimentos no contexto escolar interferem na vivência da vítima no ambiente familiar e social. O estudo aponta que o comportamento violento se apresenta menos tolerável nas escolas privadas, por razões de gestão da instituição. Talvez, as instituições privadas possuam maior sensibilidade no mapeamento e na tomada de decisões, frente às ocorrências de violências (ALCANTARA et al., 2019).

O estudo de Sousa et al. (2019) revela que a prática de bullying está associada aos seguintes fatores: (I) uso de drogas; (II) idade inferior à 12 anos; (III) religião e (IV) estudar em escola de zona urbana. Nota-se que a utilização de drogas entre crianças e adolescentes cresce com o passar dos anos. Assim, percebe-se que as escolas não fiscalizam as atividades que ocorrem fora de seus muros, a título de exemplo, a comercialização e o uso de drogas. Portanto, fica um questionamento sobre isso, o que leva uma pessoa ao consumo de drogas?

O consumo de drogas possui forte influência na história, pois as pessoas buscam por substâncias que produzem alguma alteração de percepção, humor e de suas sensações. Importante destacar que a prevenção deve ser realizada com a finalidade de criar condições para que as crianças e os adolescentes possam utilizar as informações em benefício de sua própria saúde e para o bem-estar da coletividade.

A incidência de bullying na maioria dos casos ocorre com pessoas do sexo feminino, de

cor branca, acima do peso, abaixo do peso e de escola pública. Ainda, a pesquisa de Russo (2020) revela que, na maior parte do tempo, a prática de bullying não ocorre por meio de questões financeiras, mas por motivos relacionados à imagem da pessoa. Ademais essa situação se configura quando um jovem agride o outro que se encontra em posição de vulnerabilidade.

O estudo de Silva et al. (2020) revelou que, nas ocorrências de bullying, o agressor sempre está em maior evidência. Percebeu-se que, independentemente de ser vítima ou agressor, o bullying sempre traz consequências negativas. Uma delas é o isolamento social que a violência pode trazer em função das reiteradas cenas de humilhação e abuso de poder em ambiente escolar. Nesse cenário, notou-se que as escolas precisam adotar em conjunto com as famílias medidas de prevenção e acompanhamento para os casos de violência escolar.

Fatores que influenciam a violência escolar

Pazo (2020) disserta que a violência escolar pode estar relacionada com os fatores econômicos ou até mesmo em função da separação deles. Percebe-se que todos os países possuem uma fatia da população que passa por problemas financeiros e familiares. A violência exercitada em casa em todas as fases da criança e do adolescente refletem de forma negativa, uma vez que os abusos sofridos em casa podem ser reproduzidos em ambiente escolar.

Nota-se que a cultura da violência escolar não pode ser relacionada apenas com os fatores familiares, pois muitas famílias, apesar de não possuírem uma boa condição financeira, mantêm em casa a convivência harmônica.

Por outro lado, apesar de alguns alunos possuírem uma boa convivência familiar, são deparados no ambiente escolar com as diversas espécies de violência, desde o bullying até lesões corporais. Como sobreviver com perseguições e murros? O desenvolvimento humano depende de equilíbrio, da boa convivência e de empatia dos demais. Nesse sentido, o ato de colocar-se no lugar do outro pode ser uma tarefa difícil ou quase impossível para o agressor que atua na necessidade de “marcar território”.

Assim, a delegação não pode estar direcionada apenas à escola, mas aos pais que precisam dar maior atenção aos sinais que a criança ou o adolescente apresenta em casa. Um dos sinais mais recorrentes é o medo e a baixa produtividade, os quais resultam em reprovações ou até mesmo desistência dos estudos em fases iniciais.

Conforme Zequinão et al. (2020), as pessoas de sexo masculino⁸ possuem maior

⁸ [...] Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia, da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o

incidência na prática de bullying em ambiente escolar. Diversos fatores podem ser levados em consideração para essa qualificadora da prática. Uma delas é a cultura do machismo presente nas casas e nas escolas, em que o gênero masculino, por questões culturais, possui necessidade de decisão, de domínio, de chefia, provedor e dominador nas relações entre homens e mulheres. Do mesmo modo, pessoas do sexo masculino geralmente resolvem os seus conflitos com o uso de violência e opressão, como se o diálogo e outras ferramentas mediadoras não existissem e todas as possibilidades de pacificação resultassem em casos de violência.

Outro fator que pode ocasionar a prática de bullying em ambiente escolar é a violência vivida em casa ou até mesmo nos casos em que a criança ou o adolescente a presencia entre seus pais ou representantes. De tal modo, o convívio familiar, baseado em discussão, briga e violência, pode atuar como um mecanismo de replicação de violência, ou seja, os pais resolvem os conflitos e educam seus filhos com base na violência e ameaça. Logo, a vítima de violência doméstica pode utilizar a mesma dinâmica violenta para solucionar os seus litígios na escola.

Outra consequência da prática de bullying nas escolas é o desencadeamento de problemas à saúde dos jovens, principalmente aqueles que possuem dificuldade de verbalizar as ameaças e agressões recebidas e pedir ajuda. Para tanto, faz-se necessário que as instituições possam identificá-los e utilizem as ferramentas para remanejá-los, com o objetivo de reduzir o ciclo de violência. Por outro lado, destaca-se a necessidade de os profissionais estarem devidamente treinados e atualizados sobre os meios de prevenção a violência (PIGOZI; MACHADO, 2020).

Dessa feita, não se pode imaginar as escolas utilizando ferramentas unilaterais e inflexíveis, pois as práticas devem ser baseadas nas diferentes realidades sociais de cada região. Portanto, para que a instituição de ensino alcance o patamar cidadão e democrático, faz-se necessário ir além da prática pedagógica, investir em técnicas interdisciplinares e mecanismos de mediações de conflitos, com o apoio da sociedade e de profissionais habilitados no campo da Psicologia, Direito e Medicina, possibilitando, assim, a identificação e encaminhamento dos casos de conflitos que resultam em violência. Para isso, existe a possibilidade de uma rede extensiva no atendimento ao bullying.

A partir do estudo de Monteiro et al. (2020), observou-se que as pessoas que sofrem essa violência possuem disposição à depressão, ainda, a vitimização pode resultar em sequelas

“naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas. O vocabulário militarista erudito e popular está recheado de expressões machistas, não havendo como separar um de outro (MINAYO, 2005, p. 24).

leves, casos de internações ou depressão. No mesmo estudo, são analisados os mecanismos que podem proteger a vítima de bullying, dentre eles, a manutenção das relações interpessoais, com acesso a uma rede extensiva interdisciplinar com a intenção de auxiliar as vítimas (MONTEIRO et al. 2020).

Assim, a rede extensiva auxiliaria na redução de experiências negativas sofridas pelas vítimas, fazendo que tenham novas possibilidades e instruções após o trauma, afastando, ainda, a solidão e o isolamento. Logo, além desse suporte, faz-se necessário o apoio dos pais, colegas e da escola para o enfrentamento de agressões, inclusive podendo evitar resultados gravosos (MONTEIRO et al. 2020).

Desse modo, a rede extensiva pode ser definida como a família, os professores, os coordenadores, os diretores, os órgãos internos e a sociedade. Importante destacar que os órgãos internos podem auxiliar na pacificação de conflitos, a título de exemplo, a figura do mediador de conflitos. Nesse caso, esse sujeito atua juntamente com as escolas na orientação e no acompanhamento dos casos de violência e demais conflitos escolares (MONTEIRO et al. 2020).

O trabalho de Soares Salgado et al. (2020) demonstrou que a maioria dos diretores, coordenadores e professores acreditam que a ocorrência de bullying é de exclusiva responsabilidade das famílias. Por outro lado, quando a responsabilidade é direcionada exclusivamente para os familiares, a escola deixa de ser um cenário social, pois nela as pessoas interagem e constantemente geram os conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, se a unidade escolar não abre espaço para que o aluno busque ajuda ou orientação, essa instituição fecha as suas portas para a boa convivência e fica de olhos vendados frente aos acontecimentos violentos. Ainda, como recomendação, muitas das escolas deveriam adotar o método de mediação de conflitos, possibilitando uma gestão de portas abertas com a participação de profissionais de outras áreas e inclusive da sociedade.

Nesse método, os alunos teriam espaço para denunciar violência e, sobretudo, para que a escola pudesse traçar um planejamento estratégico para combater a violência institucional, aguçando, assim, a pacificação de conflitos escolares. A não pacificação de bullying em ambiente escolar pode trazer dados irreparáveis para a vítima que não encontra na instituição espaço para ouvir e ser ouvida e, ainda, deixa de ser protagonista de relações saudáveis em seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ALCANTARA, S. C. et al. Violência entre pares, clima escolar e contextos de desenvolvimento: suas implicações no bem-estar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 509-522, 2019.
- ARRÚA, A. L. A. et al. Violência escolar. *Revista Psicologia & Saberes*, v. 8, n. 10, p. 170-177, 2019. ANTUNES, D. C.; ZUIN, A. A. S. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 1, p. 33-42, 2008.
- CERQUEIRA, D. R. C. et al. Atlas da violência 2020. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10214>. Acesso em: 11 fev. 2021.
- DE OLIVEIRA, J. S.; SANTOS, D. P. DIGNIDADE, DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DA PERSONALIDADE: uma perspectiva garantista para a democracia substancial. **Revista Jurídica**, v. 2, n. 59, p. 343-358, 2020.
- ESTELLITA-LINS, C. E. F.; GUIMARÃES, M. C.; SILVA, C. H. Bullying. In: Tratado de psiquiatria da infância e da adolescência. Editores: Francisco Baptista Assumpção Jr., Evelyn Kuczynski. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2012.
- GONÇALVES, J. R.; OLIVEIRA, L. R. Gr. A ineficácia da punibilidade do cyberbullying no Brasil. **Revista Educar Mais**, v. 4, n. 2, p. 308-319, 2020.
- MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, n. 1, p. 23- 26, 2005.
- MONTEIRO, R. P. et al. Valores sociais atenuam sintomas depressivos em vítimas de bullying. **Revista Psico**, v. 51, n. 1, p. 1-9, 2020.
- MONTEIRO, M. P. G.; ASINELII-LUZ, A. Diálogos sobre o bullying escolar e o desenvolvimento humano. **Educação Por Escrito**, v. 11, n. 1, p. e31701-e31701, 2020.
- PAZO, P. J. Entre la violencia familiar y la violencia escolar. **Investigaciones sociales**, v. 22, n. 42, p. 19-36, 2020.
- PIAGET, J. O juízo moral da criança. Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.
- PIGOZI, P. L.; MACHADO, A. L. Os cuidados da Estratégia Saúde da Família a um adolescente vítima de bullying: uma cartografia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 353-363, 2020.
- RUSSO, L. X. Associação entre vitimização por bullying e índice de massa corporal em escolares. **Caderno de Saúde Pública**, v. 10, n. 36, p. 1-12, 2020.
- SOARES SALGADO, F. et al. Bullying in school environment: the educators' understanding. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 30, n. 1, 2020.
- SARMENTO, D. Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- SENA, M. C. et al. Mediação de conflito escolar como ferramenta de prevenção ao bullying:

ação em saúde pública. **Multitemas**, v. 25, n. 60, p. 45-69, 2020.

SILVA, G. R. R. et al. Prevalence and factors associated with bullying: differences between the roles of bullies and victims of bullying. **Jornal de pediatria**, v. 96, n. 6, p. 693-701, 2020.

SOUSA, B. O. P. et al. Uso de drogas e Bullying entre adolescentes brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, 2019.

TARTUCE, F. *Mediação nos Conflitos Cívicos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

ZEQUINÃO, M. A. et al. Sociometric Status of Participants Involved in School Bullying. **Paideia**, v. 30, 2020.

CYBERBULLYING

GRACIELE SILVA

Graduada em Direito. Especialista em Direito. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: gracieleesilva@yahoo.com

MICHEL CANUTO DE SENA

Graduado em Direito. Especialista em Direito. Mestre. Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor de Direito Civil e Bioética. Faz parte da Academia Paulista de Direito (SP). Bolsista CAPES. E-mail: canuto.fadir.ufms@gmail.com

ADY FARIA DA SILVA

Graduado em Direito. Especialista em Direito. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: adyfaria@hotmail.com

PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS

Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Paulo. Pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: phaidamus43@gmail.com

INTRODUÇÃO

O cyberbullying se configura como problema complexo e multifatorial, presente nas escolas entre crianças e adolescentes, e pode acarretar consequências no desenvolvimento social desses indivíduos. Desse modo, as vítimas do cyberbullying podem desenvolver dificuldade de concentração, queda de desempenho escolar e medo de ir à escola, dentre outros. Em determinados casos, o desespero dessas vítimas pode ser canalizado em medo, ou desejo de vingança contra os agressores (SOUZA; SIMÃO; CAETANO, 2014).

Nesse contexto, o cyberbullying tornou-se uma agressão cada vez mais utilizada, em decorrência do anonimato que protege e fortalece o agressor, dando-lhe a sensação de impunidade. A escola tem sido palco para a prática do cyberbullying e violência física, contrariando o discurso de que a escola é somente um espaço de socialização, conhecimento, formação e proteção (ZEQUINÃO et al., 2017).

O Cyberbullying pode ser definido como ato repetido e intencional, a fim de prejudicar outro indivíduo, o que acaba por provocar desequilíbrio de poder entre a vítima e o agressor e, para isso, se utiliza de dispositivos eletrônicos e o ambiente virtual. Esse comportamento conta com a tecnologia com o intuito de excluir a vítima socialmente, ameaçar, insultar ou envergonhá-la (RONDINA; MOURA; CARVALHO, 2016).

As características do ciberespaço atraem novos grupos de agressores que, nas interações

face-a-face e no confronto direto com as reações imediatas das vítimas, ficariam receosos e inibidos. Assim, o cyberbullying possui como principal característica o desequilíbrio de poder, uma vez que, após a divulgação em meios eletrônicos, o dano à vítima é imediato, e um único ato do perpetrador será repetido por outras pessoas, afetando a vítima diversas vezes. Dentre essas características do cyberbullying, estão a perseguição, alta intimidação, ameaças físicas, envio de mensagens de ódio, calúnia e difamação (PIROSTE, 2013; SCHREIBER; ANTUNES, 2015).

No cyberbullying, as ações dependem de como os indivíduos envolvidos nesse circuito de violência se representam e como atuam em um cenário composto pela vítima, espectador, educadores e pais, que em determinadas situações são os últimos a ter ciência do abuso. O cyberbullying é distinto do bullying tradicional em relação à percepção de anonimato por parte dos autores, o agressor possui o controle da situação e perpetua esse comportamento longe da vítima (SCHREIBER; ANTUNES, 2015).

As modalidades de cyberbullying mais frequentes entre adolescentes são as mensagens com provocações em diálogos com membros de grupo, ou entre a vítima e o agressor, iniciam-se de forma educada e se tornam hostis (BARROS et al., 2016). Nesse contexto, configura-se o assédio pelas mensagens enviadas por conhecidos ou anônimos e perseguição virtual, realizada pelo agressor que envia mensagens intimidatórias à vítima atemorizada pela vigilância constante.

CYBERBULLYING ESCOLAR

O advento das mídias sociais revolucionou as formas de comunicação e interação interpessoal, possibilitando, ao mesmo tempo, interligar pessoas e culturas geograficamente distantes, permite isolar indivíduos do contato físico, torna possíveis ferramentas de virtualização e propagação do ódio, presente no mundo real, em escala global. Essa evolução tecnológica possibilitou o fenômeno da globalização, a nível mundial, permitindo maior integração que tornou simples e fácil a comunicação entre culturas e povos (CARDOSO; BONFIM, 2011).

Bullying e cyberbullying possuem similaridade em sua essência, mas com características distintas, dentre elas está o ambiente no qual é praticada a violência, o bullying ocorrerá em ambiente físico, enquanto o cyberbullying é praticado à distância física e emocional entre autor, vítima e o público (AVILÉS, 2013).

O termo bullying vem do inglês bull, que significa touro, representando a força física

ou psicológica do Bully, o autor. Todavia, esse fenômeno caracteriza-se por ações intencionais, repetitivas e agressivas (TOGNETTA et al., 2010).

A violência escolar tem aumentado significativamente dentro das escolas. Assim, o bullying ocorre com frequência na fase da adolescência tanto em ambiente escolar quanto no ciclo de amizade. Podendo também ser entendido como episódios de ações negativas e intencionais desencadeadas em um contexto relacionado ao desequilíbrio de poder, cuja expressão varia por ser de ordem psicológica, física ou sexual. São formas de intimidação entre adolescentes expostos a provocações e ameaças, tornando o ambiente escolar hostil e sujeito a antagonismos (SOUSA et al., 2019).

Nessa perspectiva, a escola tem sido um dos principais ambientes - talvez até o principal deles - para a prática do cyberbullying, o que não corrobora com a imagem de que a escola é espaço de conhecimento, o qual permite a socialização e, sobretudo, oferece proteção ao estudante. Por essa razão, retoma-se a ideia de Faria e Martins (2016) sobre a necessidade de que as instituições busquem mecanismos, a fim de reduzir a violência sofrida por alunos que formam um grupo vulnerável de crianças e adolescentes mais propensos a serem vítimas de cyberbullying.

Não se pode esquecer que o cyberbullying se configura por meio de atos repetidos e intencionais, cujo intuito é prejudicar e expor outro indivíduo; ação que pode acarretar desequilíbrio de poder entre a vítima e o agressor. Quando se trata de agressão pública em redes sociais, potencializa-se a situação, pois imagens publicadas e textos têm o objetivo de diminuir ou ofender agressivamente a vítima, expondo-a. Face a essa realidade, o cyberbullying se caracteriza pela busca do desequilíbrio do poder, haja vista que, diante da divulgação de textos e imagens em meios eletrônicos, a vítima se fragiliza, pois o dano a ela causado é imediato e se propaga rapidamente, por ser repetido por outras pessoas. Retomando as observações de Schreiber e Antunes (2015), o agressor se vale de alta intimidação, de ameaças físicas, envio de mensagens de ódio, calúnia e difamação.

Verifica-se que as ações no cyberbullying são dependentes do modo como os indivíduos, inseridos nesse circuito de violência, atuam em um cenário que envolve, além da vítima, pais e espectadores. Em algumas situações, os pais e educadores são os últimos a tomar ciência do abuso sofrido pela criança ou adolescente. Isso porque a violência virtual difere do bullying tradicional, no que se refere à percepção de anonimato por parte dos autores, o cyber agressor possui o controle da situação e perpetua esse comportamento longe da vítima, como bem frisaram Schreiber e Antunes (2015).

Dentre as modalidades de cyberbullying mais usuais entre adolescentes, encontram-se

as mensagens com provocações em diálogos com membros de um grupo, ou entre a vítima e o agressor. De início, o tom é educado, mas logo passa para um tom hostil. Assim, configura-se o assédio por meio de mensagens enviadas por (e para) conhecidos ou anônimos e perseguição virtual, realizada pelo agressor que envia mensagens intimidatórias à vítima.

As consequências imediatas podem estar relacionadas à dificuldade de aprendizado, queda no rendimento escolar, baixa autoestima, ansiedade, depressão e, em determinados casos, a falta de adaptação aos objetivos escolares os deixam propensos a se tornarem delinquentes.

Pesquisadores acompanharam por cinquenta anos parte dos cidadãos do Reino Unido, nascidos durante uma semana específica no ano de 1958, totalizando 17.638 participantes. Nessa época, os índices de bullying indicavam que 28% das crianças sofriam de forma ocasional, e 15%, frequentemente.

De tal modo, os participantes da pesquisa foram reavaliados ao longo da vida, com 23 e 50 anos, passando por avaliações acerca do sofrimento psicológico, e, aos 45 anos, especificamente, acerca das doenças mentais. Segundo essa pesquisa, ficou comprovado que, décadas depois, as consequências ainda estavam presentes, ou seja, os sujeitos que foram vítimas de bullying na infância apresentaram 50% mais sofrimento, aos 23 e aos 50 anos de idade. Aos 45 anos, ocorria a incidência de depressão, ideias destrutivas, tentativas ou comportamento suicidas eram duas vezes maiores. Ainda, mostrou menor qualidade de vida, rede social mais precária, desemprego e maiores dificuldades financeiras foram outros problemas encontrados (TAKIZAWA; MAUGHAN; ARSENEAULT, 2014).

Outra pesquisa teve a amostra composta por 6.719 participantes, o artigo foi denominado Avon Longitudinal Study of Parents and Children, um estudo transgeracional realizado na Grã-Bretanha, que realiza pesquisas buscando avaliar as influências sobre a saúde e desenvolvimento das crianças. A população estudada foi composta por adolescentes com idade entre 13 e 18 anos (BOWES et al., 2015).

Em consequência, entre os sujeitos estudados, 6.719 reportaram vitimização entre pares aos 13 anos de idade; dentre esses, 3.898 foram reavaliados aos 18 anos de idade. Os resultados indicam que 683 adolescentes admitiram ser vítimas constantes de assédio aos 13 anos, dos quais 101 (14,8%) tinham um diagnóstico clínico de depressão aos 18 anos; dos 1.446 que relataram ter sofrido agressões ocasionais (entre uma e três vezes em seis meses) aos 13 anos, 103 (7,1%) estavam deprimidos aos 18 anos; 1.769 disseram não sofrer vitimização aos 13 anos, dos quais apenas 98 (5,5%) estavam deprimidos aos 18 anos (BOWES et al., 2015).

Denota-se que a maior incidência na adolescência está relacionada a quadros depressivos, e são duas vezes maiores nos que foram vitimizados com maior frequência, e 10%

das pessoas que sofreram assédio intenso desenvolvem depressão por um período mais longo, já nos que não foram agredidos o percentual é de 4,1% (BOWES et al., 2015).

Ainda, sobre a relação sobre bullying e cyberbullying, um estudo, desenvolvido pelo serviço secreto americano Secret Service and the Justice Department's National Institute, avaliou 37 incidentes de tiroteio nas escolas, que ocorreram nos Estados Unidos entre 1974 e junho de 2000, identificaram 37 incidentes envolvendo 41 ataques nas escolas durante o ano letivo. Esses incidentes ocorreram em 26 estados, com maior incidência no Arkansas, Califórnia, Geórgia, Kentucky, Missouri e Tennessee. O relatório afirma que, na maioria desses episódios, o aluno, autor dos disparos, sentia-se previamente perseguido, ameaçado e atacado por outras pessoas de dentro da escola (VOSSEKUIL et al., 2002).

Outro estudo, entre 1994 e 1999, sobre mortes violentas associadas à escola nos Estados Unidos, indicou que ocorreram 220 eventos resultando em 253 mortes que estão associadas à violência nas escolas. Dos 220, foram 172 homicídios, 30 suicídios, 11 foram homicídio acompanhado de suicídio, 5 por intervenção legal e 2 mortes foram mortes não intencionais por arma de fogo (ANDERSON et al., 2001).

No Brasil, Cleo Fante (2005) realizou estudos sobre a violência escolar, no primeiro estudo pesquisou 430 alunos do Ensino Fundamental II e de 1ª e 2ª séries do Ensino Médio de uma escola da rede privada, e constatou que 81% dos alunos estariam envolvidos em ações violentas; desses, 18% foram considerados a partir dos critérios de Olweus como casos de bullying. No segundo estudo, foram 431 alunos de 7 a 16 anos de cinco escolas das redes pública e privada de ensino de dois municípios do interior de São Paulo, 87% dos alunos envolveram-se em casos de bullying. No terceiro estudo, com aproximadamente 450 alunos da rede pública de ensino de São José do Rio Preto, constatou-se que 66,92% deles afirmaram sofrer algum tipo de violência na escola, sendo 25,56% casos de bullying.

Outro estudo foi realizado, denominado Bullying Escolar no Brasil (PLAN, 2010), participaram deste estudo cinco escolas, de cada região geográfica do país, sendo vinte públicas municipais e cinco particulares. Quinze estão localizadas em capitais e, dez, em municípios do interior. Participaram do estudo 5.168 alunos que responderam ao questionário. Também foram realizados quatorze grupos focais com 55 alunos, 14 pais/responsáveis e 64 técnicos, professores ou gestores de escolas localizadas nas capitais pesquisadas. A ocorrência do bullying está associada à violência escolar, considerando-se que 70% da amostra de estudantes respondeu ter presenciado cenas de agressões entre colegas, enquanto 30% deles declararam ter vivenciado ao menos uma situação violenta no mesmo período. O bullying foi praticado e sofrido por 10% do total de alunos pesquisados, os quais disseram reproduzir os maus-tratos

sofridos se convertendo em vítimas e autores ao mesmo tempo.

O cyberbullying é um tipo de violência recorrente no Brasil e, segundo levantamento chamado Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas, essa modalidade de violência é frequente entre adolescentes e supera a agressão física, ameaça e violência sexual (FLACSO, 2016).

O estudo é parte do Programa de Prevenção à Violência nas Escolas e foi realizado com a colaboração de professores e alunos das últimas séries do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e EJA que foram capacitados para atuar no processo de diagnóstico em escolas de sete capitais: Maceió (AL), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Vitória (ES), São Luís (MA), Belo Horizonte (MG) e Belém (PA). Os resultados indicaram que cinco em cada dez jovens já foram agredidos nas escolas e, entre as agressões, o cyberbullying (definido pela pesquisa como “zoar, ameaçar ou xingar pela Internet”) foi uma das agressões mais citadas. Em Vitória, a agressão virtual é mais frequente se comparada às outras capitais pesquisadas, o cyberbullying (37,2%) supera agressão física (9,1%), ameaça (24,3%), roubo/furto (20,2%) e violência sexual (3%).

Em Belo Horizonte, os índices também são elevados: cyberbullying (30,3%), agressão física (13,3%), ameaça (20,9%), roubo/furto (26,8%) e violência sexual (1,3%). Dados similares também apareceram em: Maceió, Fortaleza e Salvador, indicando que o cyberbullying é recorrente entre muitos jovens brasileiros.

Assim, refletir sobre a realidade brasileira se faz necessário, tendo em vista que é um problema recorrente na sociedade e passa por potencialização quando a Internet é utilizada para esse fim. Além do mais, tal modalidade de violência reflete diretamente na escola, uma vez que não existe mais separação entre espaço real e espaço virtual.

PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE

A garantia contra a violação dos direitos fundamentais constitui e se apresenta como meio eficaz de enfrentamentos ao cyberbullying, como resposta jurídica à violação dessas garantias individuais. Nesse sentido, a Constituição Federal Brasileira tem como fundamento a cidadania e a dignidade da pessoa humana e garante a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

O artigo 227 da Constituição Federal determina como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade,

ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

No mesmo viés, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que é dever da família, comunidade, sociedade e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Nesse rol, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem preferência de atendimento nos serviços públicos, nas formulações determinantes sobre prioridade da criança e do adolescente receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e execução das políticas sociais públicas, bem como, ter recursos destinados à proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990).

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

A Lei n. 13.185 de seis de novembro de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying). Determina como cyberbullying, a intimidação sistemática na Internet, utilizando-se de instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial (BRASIL, 2015).

Dessa maneira, a prática de cyberbullying nos termos da legislação brasileira é punível com base nos delitos contra a honra, injúria, difamação e calúnia, pois não está tipificada como uma modalidade criminosa específica.

REFERÊNCIAS

ANDERSON M.; KAUFMAN J.; SIMON T. R.; BARRIOS L.; PAULOZZI L.; RYAN G. School-associated violent deaths in the United States, 1994–1999. **JAMA**, v. 286, n. 21, p. 2695- 2702, dez. 2001.

ANDRADE, S. M. O.; PEGOLO, G. E. A pesquisa científica em saúde: concepção, execução e apresentação. 3. ed. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2020. AVILÉS, J. M. **Bullying: Guia para educadores**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

BOWES, L.; JOINSON, C.; WOLKE, D.; LEWIS, G. Peer victimization during adolescence and its impact on depression in early adulthood: prospective cohort study in the United Kingdom. **BMJ**, jun. 2015.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. (org.) MORESCHI, M. T. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 mar. 2021. BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n. 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução n. 466 de dezembro de 2012**. Regulamenta as diretrizes e normas de pesquisas envolvendo seres humanos. 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 20 out. 2019.

BARROS, G. P. et al. O cyberbullying e a responsabilidade. **Revista Ciência & Cidadania**, v. 2, n. 1, p. 190 - 205, 2016.

SIMSOCIAL, Simpósio em Tecnologias Digitais e Sociedade. **Mídias sociais, saberes e representações**, Salvador, 13 e 14 de outubro de 2011. Disponível em: <http://gitsufba.net/simposio/wpcontent/uploads/2011/09/As-Mídias-Sociais-e-a-Globalizacao-do-Bullying-CARDOSO-Andrea-BOMFIMAna-Paula.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

CARDOSO, A.; BOMFOM, A.P.R.B. As mídias sociais e a globalização do bullying. Disponível em: <http://gitsufba.net/simposio/wp-content/uploads/2011/09/As-Mídias-Sociais-e-a-Globalizacao-do-BullyingCARDOSO-Andrea-BOMFIM-Ana-Paula.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

CARNEIRO, N. C. **Enfrentamento do bullying no ambiente escolar**. Paco Editorial: 2018.

FANTE, C. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Campinas: Verus, 2005.

FLACSO, Brasil. **Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas: Falam os Jovens**. 2016. Disponível em: <http://flacso.org.br/?p=14880>. Acesso em: 25 mar. 2021.

FARIA, C. S.; MARTINS, C. B. G. Violência entre adolescentes escolares: condições de vulnerabilidades. **Enfermeira Global**, v. 1, n. 42, p. 171-184, abr. 2016.

KRUG, E.G.; et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Organização Mundial da Saúde, Genebra: 2002.

**CYBERBULLYING ENTRE ADOLESCENTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS
MUNICIPAIS DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL**

CYBERINTIMIDATION PARMIL LES ADOLESCENTS DANS LES ÉCOLES
PUBLIQUES DE LA MUNICIPALITÉ DE CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL

CYBERBULLYING AMONG ADOLESCENTS IN PUBLIC SCHOOLS IN THE
MUNICIPALITY OF CAMPO GRANDE, MATO GROSSO DO SUL

Graciele da Silva¹

Michel Canuto de Sena²

Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos³

Resumo: O *cyberbullying* pode ser caracterizado como uma questão social, que gera impacto na saúde de adolescentes e pode configurar sérios problemas de saúde pública. A utilização do *cyberbullying* por adolescentes decorre do anonimato, e isso provoca a sensação de proteção do agressor, acompanhada da falta de conjectura dessa atitude. O presente estudo tem como objeto o *Cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Visa analisar o *cyberbullying* escolar entre adolescentes no município de Campo Grande/MS. A metodologia se apresenta como estudo de abordagem quantitativa, exploratória, descritiva de natureza transversal e se justifica a necessidade de exploração e compreensão do *cyberbullying* no contexto escolar e regional. Como resultado, constatou-se a ocorrência de *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas municipais de Campo Grande/MS, e se espera que seja atribuída a devida importância a essa modalidade de violência escolar.

Palavras-chave: Cyberbullying; Adolescentes; Violência Escolar.

¹ Graduada em Direito. Especialista em Direito. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: graciele_s@ufms.br. Lattes Id: <http://lattes.cnpq.br/4945286820937258>. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0001-8430-9491>

² Graduado em Direito, especialista em Direito. Mestre (UFMS). Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor de Direito. E-mail: michel.canuto@ufms.br. Lattes Id: <http://lattes.cnpq.br/2121160985935943>. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0001-53172306>

³ Doutor e mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor titular (*full professor*) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Professor sênior do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste. E-mail: phaidamus43@gmail.com. Lattes Id: <http://lattes.cnpq.br/0272557184296095>. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0002-1276-030>

Résumé: La cyberintimidation peut être caractérisée comme un problème social qui a un impact sur la santé des adolescents et peut poser de graves problèmes de santé publique. Le recours au cyberharcèlement par les adolescents résulte de l'anonymat, ce qui provoque un sentiment de protection de l'agresseur, accompagné de l'absence de conjecture sur cette attitude. Cette étude vise la cyberintimidation chez les adolescents dans les écoles publiques de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Elle vise à analyser la cyberintimidation scolaire chez les adolescents de la ville de Campo Grande/MS. La méthodologie est présentée comme une étude avec une approche quantitative, exploratoire, descriptive, transversale. Et la nécessité d'explorer et de comprendre la cyberintimidation dans le contexte scolaire et régional est justifiée. par consequente.

Mots-clés: Harcèlement Sur Internet; Adolescents; Violences Scolaires.

Abstract: Cyberbullying can be characterized as a social issue, which impacts the health of adolescents and can pose serious public health problems. The use of cyberbullying by teenagers results from anonymity, and this provokes the aggressor's feeling of protection, accompanied by the lack of conjecture about this attitude. This study aims at cyberbullying among adolescents in public schools in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. It aims to analyze school cyberbullying among adolescents in the city of Campo Grande/MS. The methodology is presented as a study with a quantitative, exploratory, descriptive, cross-sectional approach. And the need to explore and understand cyberbullying in the school and regional context is justified as a result.

Keywords: Cyberbullying; Teenagers; School Violence.

INTRODUÇÃO

O *cyberbullying* se configura como problema complexo e multifatorial, presente nas escolas entre adolescentes, e pode acarretar consequências no desenvolvimento social desses indivíduos. Desse modo, as vítimas do *cyberbullying* podem desenvolver dificuldade de concentração, queda de desempenho escolar e medo de ir à escola, dentre outros fatores. Em determinados casos, o desespero dessas vítimas pode ser canalizado em medo, ou desejo de vingança contra agressores (SOUZA; SIMÃO; CAETANO, 2014).

Nesse contexto, o *cyberbullying* tornou-se uma agressão cada vez mais utilizada, em decorrência do anonimato que protege e fortalece o agressor, dando-lhe a sensação de impunidade. A escola tem sido palco para a prática do *cyberbullying* e da violência física, contrariando o discurso que a escola é somente um espaço de socialização, conhecimento, formação e proteção (ZEQUINÃO et al., 2017).

As características do ciberespaço atraem novos grupos de agressores que, nas interações face-a-face e no confronto direto com as reações imediatas das vítimas, ficariam receosos e inibidos (PIROSTE, 2013).

O problema da presente pesquisa reside no fenômeno do *cyberbullying* nas escolas públicas de Campo Grande/MS. Questiona-se: existe prática de *cyberbullying* entre alunos

adolescentes de escolas públicas de Campo Grande/MS? Assim, a pesquisa sobre o *cyberbullying* escolar fundamenta-se na constante proliferação de violência por meio de imagens, comentários inadequados e ofensas nas redes sociais, decorrentes do surgimento de novas tecnologias disponíveis aos adolescentes.

Segundo levantamento da UNICEF em 30 países, um em cada três jovens foi vítima de *bullying online* e um em cada cinco relatou ter saído da escola devido à *cyberbullying*. Ainda, este levantamento apresenta que 36% dos adolescentes brasileiros informaram já ter faltado à escola após ter sofrido *bullying online* de colegas de classe. Nesse contexto, o Brasil está entre os países com a maior porcentagem de vítimas de *cyberbullying* a nível mundial (UNICEF, 2019).

Contextualizando a violência

A Organização Mundial da Saúde conceitua a violência como qualquer meio capaz de impor sofrimento a uma pessoa. Define a violência como uso intencional de força física ou do poder real de ameaça que pode ser contra o próprio indivíduo, outras pessoas, grupos ou comunidades, resultando em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al. 2002).

Nesse contexto, a violência, quando analisada sob o ponto de vista da saúde, “geralmente é dividida em quatro modalidades de expressão, denominadas abusos ou maus-tratos: física, psicológica, sexual e a que envolve abandono, negligência ou privação de cuidados”. (UFSC, 2014, p. 14).

A Organização Mundial da Saúde em 2002 se pronunciou em relação à violência, divulgando o “Relatório mundial sobre violência e saúde”, nesse relatório declara que a violência é um dos principais problemas mundiais de saúde pública. A partir de então, a OMS definiu a violência como “uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo, ou uma comunidade”, esse conceito inclui os atos que resultam da relação de poder, tais como ameaças e intimidações (OMS, 2002, p. 5).

As consequências da violência pelo mundo afetam mulheres, crianças e idosos e acarretam consequências econômicas para os países com lacunas nos dados sobre violência, e isso dificulta os esforços para prevenção. Segundo o “Relatório de status global sobre prevenção da violência 2014”, 60% dos países não têm dados utilizáveis sobre homicídio e registro civil. Nos países em que esses dados são coletados, carecem de especificidade, tais como: o sexo, a idade da vítima, a relação da vítima com o perpetrador dentre outros. Menos da metade dos

países relataram a realização de pesquisas de base populacional sobre outros tipos de violência, como maus-tratos a crianças, jovens violência e abuso de idosos (OMS, 2014).

O relatório ainda apontou que somente 40% dos países pesquisados contam com políticas de incentivos para jovens em risco de violência concluírem o ensino médio e 24% dos países têm políticas de habitação ao nível nacional para reduzir a concentração da pobreza nas áreas urbanas com o objetivo de reduzir a violência (OMS, 2014).

No campo dos direitos humanos, a violência é compreendida como violação de direitos: civis; políticos; sociais; econômicos e culturais. Ainda, viola os direitos civis, sociais, econômicos e culturais. Por isso, sempre esteve presente na sociedade como um fator humano social, que se apresenta em diferentes períodos, épocas e contextos. Esse fenômeno da violência é histórico e representa um reflexo da sociedade que a reproduz, podendo aumentar ou diminuir conforme sua construção social (BRASIL, 2018).

Exposição de adolescente à violência e suas consequências dentro do ambiente escolar

A exposição de jovens à violência tem sido relacionada a comportamentos patológicos específicos, que podem ser uma manifestação de aprendizagem (GALÁN JIMÉNEZ, 2018). Cooley-Strickland et al. (2011), em seu estudo, destacam o impacto na saúde de crianças e adolescentes que vivem em comunidades violentas, apresentam problemas emocionais, comportamentais e acadêmicos, associados à ansiedade, depressão, comportamento perturbador e agressivo, uso de drogas, evasão escolar e reprovação acadêmico.

Nesse contexto, faz-se necessária a prevenção no ambiente escolar para diminuir os impactos dessa exposição na vida da criança e do adolescente. A violência na comunidade pode ser entendida como qualquer ato deliberado com a intenção de causar dano físico a uma ou mais pessoas. A violência crônica se espalhou para vários ambientes ou grupos sociais e suas consequências afetam uma porcentagem significativa dos membros da comunidade por um longo período de tempo (COOLEY-STRICKLAND et al., 2011).

Piaget (1994, p. 23) define que “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”. Se o indivíduo se tornar insensível à violência, os processos de raciocínio moral que poderiam inibir a agressão podem ser contornados, uma vez que os processos de raciocínio moral serão acionados automaticamente antes de cometer um ato agressivo ou violento (FUNK, 2006).

Segundo Galán Jiménez (2018, p. 57), no ambiente em que vivem, os jovens não são alheios ao que é observado e promovido, a cultura da violência gera padrões de comportamento,

com trajetórias e metas a serem cumpridas por se basearem em princípio oposto aos comportamentos sociais, tais como obedecer às regras legais, isso faz que a violência seja mascarada a ponto de parecer uma parte necessária da vida.

A convivência com a violência faz que o sujeito exposto a ela tenha sua percepção de reconhecimento do que é violência diminuída, tornando-se um ato normal no seu dia-a-dia. Quando as formas de violência ultrapassam certos limites e começam a chamar a atenção, tendem a gerar um efeito sobre outras expressões de violência que se tornam naturalizadas, toleradas pelo coletivo e, muitas vezes, invisíveis (GALÁN JIMÉNEZ, 2018; FOWLER et al.; 2009).

Nesse contexto, a violência é considerada como um fator de risco importante para que a criança e adolescente não tenha um desenvolvimento saudável, tendo em vista que a ‘violência experimentada e significada pelo sujeito pode contribuir para reações negativas ou a criação de formas de enfrentamento’. (PATIAS; HEINE; DELL’AGLIO, 2017, p. 469).

A violência nas escolas é um fenômeno existente há muito tempo, todavia, somente nas últimas décadas, passou a ser reconhecida como problema que afeta o desenvolvimento e a qualidade de vida dos estudantes (GALLEGO-JIMÉNEZ; OTERO RODRÍGUEZ; GARCÍA SOLÍS, 2020), ou seja, essa violência escolar é o reflexo da incidência de violência fora do ambiente escolar (BUENAÑO; SÁNCHEZ; PAREDES, 2021).

A exposição de crianças e adolescentes à violência, além de gerar consequências psicossociais (BRAGA; DELL’AGLIO, 2012), pode torná-los insensíveis à violência que os cerca e passam a enxergar com uma parte necessária que deve ser aceita em suas vidas (GALÁN JIMÉNEZ, 2018). Nesse contexto, a violência está inter-relacionada a formas com diferentes abordagens (ABT, 2017). Quando expostos à violência, a dessensibilização pode representar uma aprendizagem não associativa que resulta em resposta diminuída a um estímulo após exposição repetida (MRUG; MADAN; WINDLE, 2016), essa violência se manifesta por meio de situações como: vandalismo, pichações, xingamentos e agressões dentre outros no ambiente escolar (ASSIS; MARRIEL, 2010).

A prevenção da violência é uma das estratégias que devem ser adotadas pelo Estado, utilizando-se de ações integradas entre os serviços de saúde e a comunidade, identificando e disponibilizando pontos de apoio para atender adolescentes em situação de risco (FARIA; MARTINS, 2016), visa reduzir danos cognitivos, psicossociais e mentais, incluindo depressão e suicídio, uma vez que vítimas ou agressores podem apresentar maiores chances de apresentar

sintomas depressivos do que estudantes que não praticam e não sofrem violência (GIORDANI; SEFFNER; DELL'AGLIO, 2017).

A formação intelectual, de desenvolvimento e de aprendizagem é proporcionada pela escola, esse espaço deve ser constituído por segurança e proteção, mas situações de violência e desrespeito nessas instituições ganharam destaque nas mídias (BARBIERI; SANTOS; AVELINO, 2021);

Barbieri; Santos e Avelino (2021) enfatizam que esses conflitos escolares são formados pelos espectadores, ou seja, as testemunhas que observam os acontecimentos e se mantêm neutras. Para Sattler, Thomas, Cadet (2019), o medo generalizado em todas as situações se manifesta por meio de padrões de agressão; alvos perseguidos que, em determinados casos, não sabem como se defender; os autores das agressões buscam por indivíduos com características específicas tais como: orientação sexual, crença, gênero, físico e raça.

Manifestações do *bullying* escolar

A violência escolar e o *bullying* são problemas sociais presentes no ambiente escolar com efeitos negativos na saúde mental e bem-estar dos adolescentes envolvidos (ALBALADEJO-BLÁZQUEZ et al., 2019), essa modalidade de violência impede que crianças e adolescentes tenham o direito básico à educação e a ambientes de aprendizagem seguros (ARHUIS-INCA, 2021). O termo *bullying* é de origem inglesa e se qualifica como um conjunto de ações e comportamentos agressivos, exercidos por um indivíduo ou por grupos (PEREIRA et al., 2015), define-se como um comportamento negativo prejudicial que causa um desequilíbrio de poder, entre os indivíduos (MALAEB et al., 2019) e se configura como um fenômeno traumatizante para crianças e adolescentes (LUCAS et al., 2015).

O *bullying* é constituído por qualquer comportamento considerado agressivo e composto pela intenção de prejudicar a vítima, pela natureza repetitiva das agressões e pelo desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima (VIEIRA JUNIOR; VIEIRA; MORETTI, 2020); entre alunos, ocorre quando um ou mais desenvolvem comportamentos agressivos em relação a outro aluno, a quem pretendem prejudicar repetidamente, em uma relação interpessoal de desequilíbrio real ou imaginário de poder ou força (RODRÍGUEZ-HIDALGO; PANTALEÓN; CALMAESTRA, 2019).

Zequinão et al. (2016, p. 184) explicam que, mesmo com a definição da literatura sobre “os papéis de agressores e vítimas, no ambiente escolar, torna-se mais complicada a identificação dos envolvidos nesse tipo de comportamento, principalmente pela presença dos

indivíduos que são vítimas-agressoras”, o *bullying* pode ser de natureza relacional, em que o sujeito é excluído socialmente e tem sua participação em jogos ou festas reduzidas, passa a ser rejeitado por colegas e se torna vítima de fofocas e outras formas de humilhação e vergonha pública (FONTANIVE et al., 2021).

Adolescentes que se envolvem em situações de *bullying*, como vítima, agressor, vítima-agressor ou espectador, podem apresentar problemas sociais, afetivos, cognitivos, a curto ou a longo prazo, e as consequências podem ser “problemas de autoestima, de relacionamento com os pares, dificuldades na aprendizagem, evasão escolar, comportamentos violentos, transtorno de conduta, sintomas psicossomáticos, depressão, risco de suicídio” e outros (HORTA et al., 2018, p. 124).

As vítimas de *bullying* podem ser espancadas, insultadas, ameaçadas, socialmente excluídas ou sofrer danos à sua propriedade diante de espectadores e podem apresentar problemas de saúde mental, transtornos alimentares, baixa autoestima, solidão, má qualidade de relacionamento, automutilação, ansiedade, sintomas de depressão e pensamentos suicidas. Os alunos que se envolvem em comportamento intimidador o fazem na tentativa de adquirir maior *status* e uma posição de poder no grupo (MONTERO-CARRETERO; BARBADO; CERVELLÓ, 2019).

Neste contexto, precisam de ajuda os causadores e vítimas de *bullying*, tendo em vista que as vítimas sofrem uma deterioração de sua autoestima e passam a fazer julgamento de si, já os agressores precisam de auxílio, por sofrer deterioração de sua escala de valores e de seu desenvolvimento afetivo e moral (FRANCISCO; LIBÓRIO, 2009). Segundo Francisco e Libório (2009, p. 201), “a intimidação e a vitimização são processos de grande complexidade que se produzem no marco das relações sociais e, com frequência, no meio escolar, podendo agravar progressivamente o problema com severas repercussões” em médio e em longo prazos para os implicados. Visando diminuir a prática do *bullying* escolar, a Lei n. 13.185 de seis de novembro de 2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*bullying*), adotou medidas a todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo e sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, com o objetivo de intimidar ou agredir, causando uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015, p. 1).

Cyberbullying escolar

O processo de inovação tecnológica está intimamente ligado à geração de ideias com características distintas (SASS, 2015). Essas inovações na educação desempenham um importante papel na criação de um futuro sustentável e se assemelha à mutação de um processo biológico, no qual as espécies evoluem e competem por sobrevivência (SERDYUKOV, 2017).

Desse modo, a tecnologia é algo indispensável à vida do ser humano e, por meio dela, derivam os conhecimentos e técnicas que são utilizadas para manter a sobrevivência e, ao mesmo tempo, permitem a produção de teorias científicas com técnicas aplicáveis na resolução de problemas práticos (LORENZETTI et al., 2012). É um dos temas mais estudados no mundo, parte do pressuposto que pode transformar a ação humana em objetos ou em novas tecnologias em todas as áreas do conhecimento, construindo novos saberes (SASS, 2015).

Com os avanços das redes de computadores, surgem novas organizações que passaram a fazer parte do cotidiano de muitas pessoas, dentre elas estão: *Wikipédia*, *Facebook* (serviços de rede social), *YouTube* (compartilhamento de vídeos por meio da Internet), *Dropbox* (armazenamento e sincronização dos dados dos computadores de seus usuários, sob o conceito de nuvens) e *Spotify* (serviços de streaming de músicas) (MACEDO et al., 2018, p. 46).

Esses avanços tecnológicos das redes de computadores (MACEDO et al., 2018) possibilitaram maior interação entre os humanos, por meio da comunicação entre pessoas distantes (HUANG, 2021), pela Internet, tornando-se palco de novas aplicações, com vários serviços à disposição do usuário associado ao aumento das redes sociais e à popularidade das mídias digitais.

Atualmente, 59,6% utilizam a Internet e 53,6% da população mundial utilizam mídias sociais; no Brasil, mais de 150 milhões de pessoas são usuários de redes sociais, em 2020, aumentou em 13% o número de usuários de mídia social, e o Brasil aparece em terceiro lugar no *ranking* dos países que gastam mais tempo acessando mídia social, com uma média de três horas e quarenta e dois minutos por dia, 9 em cada 10 usuários da Internet acessam-na pelo *smartphone* (KEMP, 2021). As tecnologias impactam o processo social, transformando aspectos da vida em dados que se transformam em informações compartilhadas por seus usuários, como um novo modelo de interação social que apresenta riscos como invasão à privacidade (KENSKI, 2007).

A mídia social é um meio popular de interação para adolescentes e jovens e, ao mesmo tempo, permite que eles criem, compartilhem e troquem informações em comunidades e redes virtuais e se tornem criadores e consumidores de conteúdo compartilhado (WONG; MERCHANT; MORENO, 2014). Além do mais, a mídia violenta pode deixar as pessoas menos

sensíveis à dor e ao sofrimento alheio. A dessensibilização à violência na mídia é um processo, provavelmente, gradual e inconsciente, ocorrendo como resultado de apresentações repetidas de violência conforme necessário, justificado e divertido (ANDERSON et al., 2017).

O *cyberbullying* se tornou uma agressão cada vez mais utilizada, em decorrência do anonimato que protege e fortalece o agressor, dando-lhe a sensação de impunidade. A escola tem sido palco para a prática do *cyberbullying* e da violência física, contrariando o discurso de que a escola é somente um espaço de socialização, conhecimento, formação e proteção (ZEQUINÃO et al., 2017). O comportamento dos ciberagressores pode ser classificado por (I) enviar mensagens com insultos, ameaçadoras, depreciativas ou intimidadoras; (II) manipular as fotos para ridicularizar ou criar uma falsa imagem da vítima, e enviar por mensagens no celular ou internet; (III) provocar o isolamento das vítimas nas redes sociais; (IV) utilizar a senha da vítima para enviar mensagens usando sua identidade; (V) provocar a vítima em *chats*, jogos *online*, comunidades virtuais; (VI) criar um falso perfil da vítima; (VII) disseminar mentiras sobre a vítima para prejudicá-la (calúnias, injúria, difamação); (VIII) divulgar informações pessoais da vítima; (IX) ofender a vítima na internet; dentre outros (GARAIGORDOBIL; MARTÍNEZ-VALDERREY, 2018).

No *cyberbullying*, as ações dependem de como os indivíduos envolvidos nesse circuito de violência se representam e como atuam em um cenário composto pela vítima, espectador, educadores e pais, que em determinadas situações são os últimos a terem ciência do abuso (SCHREIBER; ANTUNES, 2015).

Morti e Herkovits (2021) descrevem que o espectador ocupa um papel central, uma vez que suas ações modificam o curso dos eventos, podem reduzir os efeitos dos incidentes, oferecendo suporte aos agredidos, reforçar a agressão, juntando-se ao assédio, reproduzir o material em questão ou agir passivamente legitimando a ação.

Oriol, Varela e Miranda (2021) explicam que muitos agressores e vítimas cibernéticas sofreram algum tipo de *bullying* tradicional e, quando a cibervitimização ocorre simultaneamente com outras formas de agressão face a face, aumenta o risco de ansiedade, depressão dentre outras características, tendo em vista que todas as manifestações de *cyberbullying* expõem os adolescentes a situações de humilhação dentro de uma valoração social.

O *cyberbullying* não possui limites delimitados pela geografia e não pode ser contido em um único país, por esse aspecto se tornou um problema global e seu enfrentamento requer maior colaboração internacional. Os efeitos adversos de insegurança, menor nível de

escolaridade, piora da saúde mental e maior infelicidade levaram a UNICEF a afirmar que "nenhuma criança está absolutamente segura no mundo digital" (ZHU et al., 2021, p. 2).

O envolvimento com *cyberbullying*, como vítima ou perpetrador, prevê um maior grau de sofrimento psíquico, segundo (ZHANG, 2020), os impactos no sofrimento psíquico tornam-se insignificantes quando a coesão familiar, a coesão escolar e as interações com o *cyberbullying* são incluídas. Fatores individuais, relacionamentos entre pares, família, escola e comunidade são potenciais fatores de proteção contra o envolvimento de *bullying* e *cyberbullying*, bem como suas potenciais consequências sociopsicológicas.

Material e Método

A pesquisa aborda o *cyberbullying* em escolas públicas de Campo Grande/MS. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva de corte transversal, realizada por levantamento feito em duas escolas públicas municipais. O levantamento dos dados foi realizado por questionário aplicado de forma *online* pelo *google forms* aos professores das escolas participantes da pesquisa. Os dados coletados foram analisados com o auxílio do *software IBM Statistical Package for the Social Sciencies (SPSS)* versão 21.0 (IBM SPSS Statistics 21, 2012).

Resultados e discussão

O *cyberbullying* é uma modalidade de agressão que ultrapassa fronteiras, essas agressões são disseminadas rapidamente a um grande número de pessoas que, por sua vez, podem produzi-las e enviá-las diversas vezes, configura-se como um problema global, uma violência que não possui hora, nem lugar para sua ocorrência, pode ser dentro ou fora do ambiente escolar.

Tabela 1 - Frequência que o professor presenciou ou ficou sabendo de alunos que utilizaram a Internet para enviar mensagens, em Campo Grande/MS

	n (%), n=9		
	Nunca	As vezes	Muitas Vezes
Fazer insultos a colegas <i>online</i> .	2 (22,2)	7 (77,8)	-
Escrever piadas, boatos, mentiras ou comentários na internet, para ridicularizar o outro.	2 (22,2)	7 (77,8)	-
Espalhar segredos ou imagens de colegas por (<i>WhatsApp, Messenger, Instagram, E-mail</i> e outros).	2 (22,2)	7 (77,8)	-
Enviar mensagens ameaçadoras ou insultuosas por (<i>WhatsApp, Messenger, Instagram</i> e outros).	3 (33,3)	6 (66,7)	-

Postar imagens de um conhecido/a ou de um/a colega na Internet com o intuito de humilhá-la.	3 (33,3)	6 (66,7)	-
Enviar <i>fake news</i> de um colega para outro.	2 (22,2)	6 (66,7)	1 (11,1)
Enviar vídeos ou fotos de colegas sendo ridicularizados a outras pessoas.	3 (33,3)	6 (66,7)	-

Fonte: Dados da pesquisa, *Cyberbullying* em Campo Grande/MS (2021).

A tabela 1, dentro de uma escala de nunca, às vezes e muitas vezes, demonstra que os professores das escolas públicas municipais presenciaram ou ficaram sabendo de alunos que utilizaram a Internet para prática de *cyberbullying* com colegas de turma.

Dentro dessa escala de nunca, às vezes e muitas vezes, a tabela 1 apresenta que 77,8% dos professores tiveram conhecimento de alunos que fizeram insultos a colegas *online*; escreveram piadas, boatos, mentiras ou comentários na Internet, para ridicularizar o outro, e espalharam segredos ou imagens de colegas por (*WhatsApp, Messenger, Instagram, E-mail* e outros). 66,7% foram as vezes que os professores viram ou ficaram sabendo de alunos que enviaram mensagens ameaçadoras ou insultuosas por (*WhatsApp, Messenger, Instagram* e outros); postaram imagens de um conhecido/a ou de um/a colega na Internet com o intuito de humilhá-la. Enviar *fake news* de um colega para outro, 11,1% dos professores ficaram sabendo muitas vezes, 66,7% as vezes e 22,2% nunca ficaram sabendo.

Balocco (2016, p. 1019) descreve que a falsa sensação de anonimidade que a interação *online* proporciona “leva ao que se convencionou chamar de ‘efeito de perda de inibição’ e a uma sensação de impunidade por parte dos indivíduos em relação aos seus atos”. As ações de *cyberbullying* podem variar de acordo com conteúdo e efeito, provocando traumas das vítimas, causando sentimentos de depressão, perda e desespero, uma vez que o agressor possui a intenção de desestabilizar a vítima e, para isso, utiliza-se da tecnologia e anonimato como meio de pressão emocional (JOÃO; JOÃO e PORTELADA, 2011).

A pesquisa identificou que existe a ocorrência de violência escolar na modalidade *cyberbullying*, conforme segue representado na tabela 1. A escola é palco de relações entre pessoas e envolve diversas personalidades e comportamentos; nessa convivência, a relação entre pessoas pode ficar violenta (ZEDNIK et al., 2016). Por isso, os alunos devem ser ensinados sobre o que é, quais as modalidades e como a violência pode ser identificada, bem como quais são seus direitos quando se depara com ação violenta. O *cyberbullying* apresenta semelhanças com *bullying* tradicional, entretanto, o *cyberbullying* apresenta características específicas por ser uma violência que se utiliza de meios eletrônicos sem qualquer interação

física, a vítima não tem a chance de se defender e está disponível em qualquer hora e lugar (CORIÉ; KAŠTELAN, 2020).

Os perpetradores se consideram anônimos, por isso têm a falsa sensação de que assim continuarão, isso contribui para a prática de ofensas *online*, ou seja, reproduz uma violência que não fariam pessoalmente. Corié e Kastelan (2020) descrevem que, para alguns perpetradores, não existe uma forma direta de saberem o efeito que seu comportamento provoca na vítima, portanto, as chances de empatia e remorso são significativamente reduzidas.

Nesse contexto, o *cyberbullying* se apresenta como um grave problema de saúde pública e social, com consequências significativas na vida dos adolescentes. Quando os alunos se envolvem com *cyberbullying*, a escola deve prestar auxílio por meio das suas respectivas coordenações, direção e professores, para que os alunos possam ser ouvidos sobre possíveis ameaças existentes. Essa atitude permite que os alunos voltem a sentir segurança ao procurar apoio ou denunciar casos de violência. Seguindo os ensinamentos de Silva (2021, p. 25), verifica-se que o *cyberbullying* é um tema que deveria estar na grade curricular e, dado o seu caráter interdisciplinar, ser abordado por todos os professores.

Importante salientar que a prática de *cyberbullying* pode acarretar consequências jurídicas aos responsáveis, tendo em vista que essa prática é uma afronta aos direitos fundamentais da criança e dos adolescentes, bem como de sua dignidade. A dignidade da pessoa é um princípio estabelecido pela constituição federal para resguardar ao adolescente absoluta prioridade, direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Estabelece o parágrafo quarto do referido artigo que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente” (BRASIL, 1988).

Aos agressores que praticam *cyberbullying* é aplicável o artigo 932, inciso I, do Código Civil, que assinala que os pais ou responsáveis pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia (BRASIL, 2002) são responsáveis. Não cabe, portanto, aos pais alegarem não saber que os filhos praticavam atos de *bullying* e *cyberbullying* gerando danos a terceiros, é dever supervisionar os filhos e, quando estes causam danos a outrem, surge o dever de indenizar a vítima.

No que tange à responsabilização penal, ocorrendo o *cyberbullying*, a conduta do agente pode ser enquadrada nos crimes de: (I) calúnia, quando o agente imputar falsamente fato

definido como crime à vítima, art. 138; (II) difamação, ocorre quando o agente espalha boatos sobre terceiros, imputando fato ofensivo à sua reputação, previsto no art. 139; (III) injúria, quando o agente insulta terceiro considerando suas características ou utilizando apelidos grosseiros, art. 140; (IV) constrangimento ilegal, ocorre quando o agente constrange alguém com violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, art. 146; (V) ameaça, segundo o art. 147 do código penal a ameaça pode ser por palavra, escrita ou por gestos, ou por qualquer outro meio simbólico. O agente, ao intimidar, faz que a vítima tema por sua segurança; (VI) perseguição, perseguir alguém, reiteradamente por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade, ou privacidade; e (V) falsa identidade, o agente se apropria da identidade de outra pessoa para obter vantagem ou causar dano a outrem, art. 307 do Código Penal (BRASIL, 1940).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados na pesquisa mostram que existe a ocorrência de *cyberbullying* nas escolas públicas municipais de Campo Grande, MS. Os professores, em sua maioria, têm conhecimento dessa modalidade de violência entre adolescentes. A escola tem se tornado omissa por não prestar a devida assistência aos alunos e aos familiares dos envolvidos. O envolvimento do estado no combate ao *cyberbullying* fica demonstrado ser por meio de legislação e punição dos agressores. Nesse contexto, o combate ao *cyberbullying* escolar entre adolescentes, para ser eficaz, depende de conscientização de toda a sociedade envolvida. Considerando que a adolescência é a fase que o sujeito está em formação, a ocorrência dessa violência na vida dos adolescentes pode afetar negativamente as cibervítimas.

REFERÊNCIAS

ABT, T. P. Towards a framework for preventing community violence among youth. **Psychology health & medicine**. v. 22, sup. 1, p. 266-285, 2017.

ALBALADEJO-BLÁSQUEZ, N.; *et al.* Health-Related Quality of Life and Mental Health of Adolescents Involved in School Bullying and Homophobic Verbal Content Bullying.

International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 16, n. 14, p. 2622, July, 2019.

ANDERSON, C.A. *et al.* Screen violence and youth behavior. **Pediatrics**, v. 140, (Suppl 2): S142-S147, Nov. 2017.

ARHUIS-INCA, W.; *et al.* Violence at School and Bullying in School Environments in Peru: Analysis of a Virtual Platform. **Frontiers Psychology**, v. 11, Jan. 2021.

ASSIS, S. G.; MARRIEL, N. S. M. Reflexões sobre violência e suas manifestações na escola. In: **Impactos da violência na escola**. (Org.) Simone Gonçalves de Assis, Patrícia Constantino e Joviana Quintes Avanci. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010. p. 41-64.

BARBIERI, Bianca da Cruz; SANTOS, Naiara Ester dos; AVELINO, Wagner Feitosa. Violência escolar: uma percepção social. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 7, 2 de março de 2021.

BRAGA, L.; DELL'AGLIO, D. D. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 413-420, set./dez. 2012.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. (org.) MORESCHI, M. T. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13185.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

BUENAÑO, J. J. E.; SÁNCHEZ J. A.; PAREDES L. M. A. Violencia y mediación escolar en adolescentes ecuatorianos. **Dilemas contemporáneos: educación, política y valores**, v. 8 n. 3, p. 1-20, mayo/agosto 2021.

COOLEY-STRICKLAND, M. R. Urban African American youth exposed to community violence: A school-based anxiety preventive intervention efficacy study. **J Prev Interv Community**, v. 39, n. 2, p. 149–166, Apr. 2011.

FONTANIVE, N. S. *et al.* O que o PISA para Escolas revela sobre uma Rede de Ensino no Brasil? A experiência da Fundação Cesgranrio em 2019. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 110, p. 6-34, jan. 2021.

FUNK J.B. **Exposure to Violent Video Games and Desensitization to Violence in Children and Adolescents**. Department of Psychology, MS 948, University of Toledo, 2801 West Bancroft, Toledo, OH, USA. 2006. Disponível em: <https://dl.ifip.org/db/conf/iwec/icec2006/Funk06.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

FARIA, C. S.; MARTINS, C. B. G. Violência entre adolescentes escolares: condições de vulnerabilidades. **Enfermeira Global**, v. 1, n. 42, p. 171-184, abr. 2016.

FOWLER, P.; *et al.* Community violence: A meta-analysis on the effect of exposure and mental health outcomes of children and adolescents. **Development and Psychopathology**, v. 21, n. 1, p. 227-259, 2009.

FRANCISCO, M. V.; LIBÓRIO, R. M. C. Um Estudo sobre Bullying entre Escolares do Ensino Fundamental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 2, p. 200-207, 2009.

GALAN JIMÉNEZ. S. F. J.; SERRANO, P. Desensibilización a la violencia una revisión teórica para la delimitación de Violence desensitization: delimitating a construct through a theoretical revision. **Uaricha**, v. 11, n. 25, p. 70-81, 2014.

GARAIGORDOBIL, M. MARTÍNEZ-VALDERREY, V. Technological Resources to Prevent Cyberbullying During Adolescence: The Cyberprogram 2.0 Program and the Cooperative Cybereduca 2.0 Videogame. **Frontiers in psychology**, v. 9, n. 745, 2018.

GIORDANI, J. P.; SEFFNER, F.; DELL'AGLIO, D. D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 1, p. 103-111, jan./ abr. 2017.

HORTA, C.L. *et al.* Bullying e uso de substâncias psicoativas na adolescência: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 1, p:123-139, 2018

HUANG, J. *et al.* Cyberbullying in Social Media and Online Games among Chinese College Students and Its Associated Factors. **Int J Environ Res Public Health**. 2021 May; v. 18, n. 9, p. 4819. Published online 2021 Apr 30

KEMP, S. **Digital 2021: global overview report**. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2021-global-overview-report>. Acesso em: 18 de nov. 2021.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2007.

KRUG, E.G.; *et al.* **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Organização Mundial da Saúde, Genebra: 2002.

LUCAS, S.; *et al.*; Bully, bullied and abused. Associations between violence at home and bullying in childhood. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 44, n.1, p. 27-35, 2015.

LORENZETTI, J. *et al.* Tecnologia, inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária. **Texto & Contexto enfermagem**, v. 21, n. 2, p. 432- 439, abr./ junh. 2012.

MALAEB, D. *et al.* Bullying victimization among Lebanese adolescents: The role of child abuse, Internet addiction, social phobia and depression and validation of the Illinois Bully Scale. **BCM Pediatrics**, v. 20, n. 520, p.2-11, 2020.

MACEDO, R. T. *et al.* **Redes de computadores**. 1 ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018

MINAYO, M. C. S; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 4, n. 3, p. 513-531, 1997.

MINAYO, Maria. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

MONTERO-CARRETERO, C. BARBADO, D.; CERVELLÓ, E. Predicting Bullying through Motivation and Teaching Styles in Physical Education. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 1, p. 87, Jan. 2017.

MORETTI, C.; HERKOVITS, D. De vítimas, perpetradores y espectadores: una meta-etnografía de los roles en el ciberbullying. **Cadernos de saúde pública**, v. 37, n. 4, p. 1-18, Dec. 2020.

MRUG, S.; MADAN, A.; WINDLE, M. Emotional Desensitization to Violence Contributes to Adolescents' Violent Behavior. **J Abnorm Child Psychol**, v. 44, n. 1, p.75-86, jan. 2016.

SATTLER, L. J.; THOMAS, K. A.; CADET, T.L. Reactive Protection? Fear, Victimization, and Fighting Among U.S. High School Students. **J Interpers Violence**, v. 34, n.17, p. 3666-3690, Sep. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World report on violence and health (Relatório Mundial sobre violência e saúde)**, 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2021

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Global status report on violence prevention 2014**. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241564793>. Acesso em: 28 jul. 2021.

PATIAS, N. D.; HEINE, J. A.; DELL'AGLIO, D. D. Bem-estar subjetivo, violência e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em adolescentes. **Avaliação Psicológica**, v. 16, n. 4, oct./dic., 2017, p. 468-477, 2017.

PEREIRA, B. O.; *et al.* Prevenção do Bullying no Contexto Escolar: Implementação e Avaliação de um Programa de Intervenção. *In: Perspectivas de Desenvolvimento num Mundo Globalizado*. Porto: Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto. p. 535-544.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. Tradução Elzon L. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.

PIROSTE, C. D. **O adolescente e a internet: laços e embaraços no mundo virtual**. 2013. Tese (Doutorado – Psicologia e Educação), Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013.

SASS, S. D. A tecnologia no mundo contemporâneo: promessas e desafios. **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 27, n. 40, p. 219-243, jan./abr. 2015.

SERDYUKOV, P. Innovation in education: what works, what doesn't, and what to do about it? **Journal of Research in Innovative Teaching & Learning**, v. 10, n. 1, p. 4-33, 2017

SOUZA, S. B.; SIMÃO, V.; CAETANO, A.P. Cyberbullying: Percepções acerca do Fenômeno e das Estratégias de Enfrentamento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, n. 3, p. 582-590, 2014.

RODRÍGUEZ-HIDALGO, A. J.; PANTALEÓN, Y.; CALMAESTRA, J. Psychological Predictors of Bullying in Adolescents From Pluricultural Schools: A Transnational Study in Spain and Ecuador. **Front. Psychol.**, v. 10, p. 1-11, Jun. 2019.

UNICEF. Pesquisa do UNICEF: **Mais de um terço dos jovens em 30 países relatam ser vítimas de bullying online**. nov. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>. Acesso em: 20 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Violência: definições e tipologias**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014;

VIEIRA JUNIOR, F. U.; VIEIRA, K.M R.; MORETTI, A. C. Bullying com adolescentes escolares em diferentes contextos educacionais. **Revista de Enfermagem online**, v. 14, e.243622, p. 1-9, 2020.

WONG, C. A.; MERCHANT, R. M.; MORENO, M.A. Using social media to engage adolescents and young adults with their health. **Healthc (Amst)**, v. 2, n. 4, p. 220-224, 2014

ZEQUINÃO, M. A.; *et al.* Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 181-198, jan./mar. 2016.

ZEQUINÃO, M.A.; *et al.* Desempenho escolar e bullying em estudantes em situação de vulnerabilidade social. **Journal of Human Growth Development**. v. 27, n. 1, p. 19-27, May. 2017.

ZHANG, X.; HAN, Z.; BA, Z. Cyberbullying Involvement and Psychological Distress among Chinese Adolescents: The Moderating Effects of Family Cohesion and School Cohesion. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 17, n. 23, Dec. 2020.

ZHU, C.; HUANG, S.; EVANS, R.; ZHANG, E. Cyberbullying Among Adolescents and Children: A Comprehensive Review of the Global Situation, Risk Factors, and Preventive Measures. **Front. Public Health**, v. 9, n. 634909, mar. 2021.

Recebido em 02 de janeiro de 2022.

Aceito em 02 de fevereiro de 2022.

Publicado em XX de fevereiro de 2022.

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v5n1p107-119>

OS EFEITOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

THE EFFECTS OF PANDEMIC ON CHILD AND ADOLESCENT EDUCATION IN BRAZIL

Michel Canuto de Sena^{*}

Graciele da Silva^{**}

Ady Faria da Silva^{***}

Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos^{****}

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar os efeitos da pandemia na educação de crianças e adolescentes no Brasil. Para tanto, a metodologia utilizada foi a revisão descritiva, realizada a partir de artigos científicos completos disponíveis em plataformas de literatura Latino-americana e do Caribe (LILACS) e Biblioteca Eletrônica de Periódicos Científicos Brasileiros (SciELO), acessados por intermédio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Os resultados da pesquisa demonstram que a pandemia da COVID-19 trouxe impactos negativos transversais e assimétricos em todo o campo da Educação, potencializando o aumento da desigualdade socioeconômica e educacional, ampliado no contexto de isolamento social, forçando os profissionais da educação a encontrar alternativas tecnológicas para transmitir os conteúdos aos alunos.

Palavras-chave: Educação. Pandemia. Criança. Adolescente.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the effects of the pandemic on the education of children and adolescents in Brazil. To this end, the methodology used was the descriptive review, carried out from complete scientific articles available on platforms of Latin American and Caribbean literature (LILACS) and Electronic Library of Brazilian Scientific Journals (SciELO), accessed through the Virtual Library at Health (VHL). The results of the research demonstrate that the COVID-19 pandemic brought transversal and asymmetric negative impacts across the field of Education, enhancing the increase in socioeconomic and educational inequality, amplified in the context of social isolation, forcing education professionals to find technological alternatives to transmit the contents to the students.

^{*} Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor de Direito Civil na Faculdade de Direito Prof. Nelson Trad - FADIR/UFMS. Faz parte da Academia Paulista de Direito (SP). Bolsista CAPES. E-mail: canuto.fadir.ufms@gmail.com.

^{**} Mestranda no Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista CAPES. E-mail: gracieleesilva@yahoo.com.

^{***} Mestrando no Programa de Pós-graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: adyfarria@hotmail.com.

^{****} Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: phaidamus43@gmail.com.

Keywords: Education. Pandemic. Kid. Adolescent.

Recebido em: 30/03/2021.
Aceito em: 27/04/2021.

1 INTRODUÇÃO

No mês de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, ocorria o primeiro caso de uma doença respiratória causada pelo Coronavírus, uma síndrome respiratória aguda grave. Em um primeiro momento, a sociedade do mundo inteiro pensava ser um problema local, mas em 11 de março de 2020, a contaminação passa a mostrar os seus efeitos na Europa e nas Américas.

Em território brasileiro, o primeiro caso foi identificado no dia 25 de fevereiro de 2020. A Organização Mundial de Saúde (OMS) indicou que se tratava de uma pandemia e a medida cabível seria o isolamento social com a intenção de diminuir a propagação e salvar vidas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus foi classificada como uma pandemia. Assim, a pandemia pode ser definida como uma disseminação mundial de uma nova doença que afeta uma região e se espalha por diferentes continentes, potencializando a contaminação de pessoa para pessoa.

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus configuram-se como uma crise mundial que afeta a economia, educação, política entre outros setores. Dentre os setores que foram mais atingidos se encontram o fechamento das escolas, cujo objetivo é reduzir o contato entre pessoas e salvar vidas.

Diante dessa nova realidade, a educação teve de ser adaptada e os alunos passaram a ter aula na modalidade *on-line*, assistidas de suas casas. Essa nova modalidade de aulas *on-line* causou impacto na produtividade dos pais, na vida social e no aprendizado de crianças e de adolescentes, e se colocou como a melhor opção para dar continuidade às aulas interrompidas por todo o país.

No Brasil, o impacto do aprendizado em diferentes níveis ainda não pode ser mensurado, mas apresenta evidências sobre a dificuldade de avaliar o aprendizado dos alunos afetados pela pandemia. Com as aulas remotas e na falta de critérios específicos, alguns Estados optaram por aprovar os alunos. Isso representa a fragilidade do ensino, pois se percebe que os professores não receberam a qualificação adequada em relação aos meios virtuais, tampouco todos os alunos possuem acesso à internet.

Desse modo, objetiva-se verificar a formação docente no Brasil e os mecanismos de políticas públicas direcionadas as crianças e aos adolescentes no que se refere à educação em período pandêmico.

A metodologia utilizada foi a revisão descritiva, realizada a partir de artigos científicos completos disponíveis em plataformas de literatura Latino-americana e do Caribe (LILACS) e Biblioteca Eletrônica de Periódicos Científicos Brasileiros (SciELO), acessados por intermédio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando-se da expressão de busca: educação em período de pandemia, pandemia e ferramentas educacionais, apenas no idioma português por se tratar de uma análise do contexto brasileiro.

Adotaram-se os seguintes critérios: Inclusão: disponibilidade do artigo completo; focalização do local do estudo. Exclusão: artigos completos não disponíveis; artigos repetidos.

O problema da pesquisa é: quais são os prejuízos que as crianças e os adolescentes estão sofrendo com a ausência de sala de aula?

2 SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

N O Sistema Nacional de Educação (SNE) organiza e distribui as funções entre os Municípios, os Estados e a União. Além disso, possui a função de determinar como as três esferas devem atuar para a consolidação da educação brasileira.

A educação é classificada como um direito social na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). No mesmo sentido, o artigo sexto dispõe que são direitos sociais: (I) a educação; (II) o trabalho; (III) o lazer; (IV) a segurança; (V) a previdência social; (VI) a proteção à maternidade e à infância e (VII) a assistência aos desamparados.

Desta feita, a educação é um direito público subjetivo, em outras linhas, o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito. Assim, o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público em suas três esferas resultará em responsabilidade da autoridade competente.

Os municípios atuarão de forma prioritária sobre o ensino fundamental e na educação infantil. Já os Estados e o Distrito Federal nos ensinos fundamental e no

médio. De acordo com a Lei nº 9394 de 1996 (Lei de Diretrizes da Educação Nacional) (BRASIL, 1996), a educação básica pode ser compreendida como infantil, ensino fundamental e ensino médio, podendo ainda ser dividida em modalidades, são elas: educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação indígena e educação do campo (MACHADO; ANDRADE, 2021).

A competência do Sistema Federal é elaborar o Plano Nacional de Educação e assegurar o processo nacional de avaliação sobre o rendimento das escolas em todos os níveis da educação. No caso do Sistema Estadual, cabe assegurar o ensino fundamental e, ainda, oferecer com prioridade o ensino médio. Isso ocorre com o Sistema Municipal que deverá garantir o sistema infantil e atuar na oferta do ensino fundamental (MACHADO; ANDRADE, 2021).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) possui como pilares a educação, a valorização da diversidade, a flexibilidade, a qualidade e a autonomia, mas esses elementos necessitam de diálogo com o trabalho e com a cidadania. O modelo de educação não pode ser pautado apenas em ensinar e aprender, mas sim sintonizado com as ações de trabalho e como a criança e o adolescente terão acesso ao mercado de trabalho (OLIVEIRA; LIBÂNEO; TOSCHI, 2017).

A educação pode ser entendida como um direito fundamental. Assim, engloba, de forma ampla, os enunciados genéricos, verídicos e corretos, que são formulados com base na Teoria da Multifuncionalidade dos Direitos Fundamentais, cuja origem pode ser encontrada na Teoria dos Quatro Status de Jellinek. Dessa forma, os direitos fundamentais não podem ser restritos a direitos de defesa contra os poderes públicos, mas atuam com diversas funções na ordem jurídica (ALEXY, 2017).

Nesse ínterim, a educação possui diversas vertentes e, nela, deve ocorrer sempre o respeito a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a não discriminação dentro e fora das escolas, a solidariedade e a capacidade de viver em sociedade, inclusive com o intuito de evitar os conflitos e a violência escolar (PIOVESAN, 2017).

Por outro lado, existe a necessidade de revisões das políticas educacionais, inclusive sobre as condições salariais dos professores. Além disso, uma estrutura de apoio que possa favorecer o desenvolvimento administrativo da escola, para que os

discentes, mesmo que em condição de desigualdade, possam buscar um local de conhecimento e confiança (PIOVESAN, 2017).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) traz, em seu artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será ela promovida e incentivada em colaboração com a sociedade. Ainda, o ensino deve ser ministrado conforme as seguintes diretrizes:

- [...] I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020). (BRASIL, 1988, p. 1).

Nesse sentido, a universalização do ensino é um dos pontos elementares do sistema educacional, pois atua na erradicação do analfabetismo nos países em que foi implantado. Por outro lado, o Brasil não se encontra entre os países selecionados, mas se levam em consideração alguns dos aspectos que impediram a organização do sistema nacional de educação em terras nacionais.

Vale destacar também os aspectos da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o conhecimento. Esse pluralismo de ideias deve existir tanto em instituições públicas como privadas, com o intuito de facilitar a aprendizagem de crianças e de adolescentes.

Além do sistema de educação nacional, a formação de docentes deve ser levada em consideração. Deve-se considerar que a educação por meios remotos (Internet) necessita ser adotada por uma abordagem ativa, evitando-se assim, a evasão escolar em tempos de pandemia.

2.1 Formação de docentes no Brasil

As transformações da sociedade, ao atingirem o contexto escolar, fazem que a escola se adapte ao novo padrão imposto pela própria sociedade. Isso reflete na formação de docentes que necessitam superar o individualismo disciplinar para articular a inter-relação de diversas áreas no processo ensino-aprendizagem.

A formação deve estar ancorada na articulação teórica, na prática e na formação do professor, de modo a superar dicotomias e fragmentações vividas. Desse modo, a interdisciplinaridade na formação do docente permite que ele desenvolva maior capacidade de interação e aceitação de novos conhecimentos, ampliando, assim, novas técnicas adequadas à realidade vivenciada em sala de aula ou em ambiente virtual.

Para que isso se efetive, a formação em educação deve garantir o acesso a todos, inclusive a utilização de novas tecnologias, por exemplo: ambientes virtuais de comunicação que garantem que o conhecimento chegue até o discente e ocorra a compreensão dos princípios científicos que são transmitidos (SAVIANI, 2010).

Aponta-se, ainda, a necessidade do desenvolvimento na educação com mudanças na formação curricular do professor, seguidas de debates sobre a ética profissional no exercício da docência, requerendo uma evolução do sistema educacional, orientado para o desenvolvimento da competência percebida como alternativa viável para transformações na estrutura organizacional e no funcionamento da escola (CHAVES; AMORIM, 2009).

A construção de novos conhecimentos não pode ser entendida apenas como um fator educacional isolado, pois envolve os fatores sociais, econômicos, morais e políticos. Portanto, a preparação do docente vai além da construção curricular, pois engloba a identidade e a essência que são construídas ao longo de sua jornada, “[...] ensinar não é só transferir conhecimentos”, ao nosso ver, o ato de ensinar descontextualizado da *práxis* não transforma, assim, concorda-se com Freire, quando diz: “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1969).

Para que ocorram essas transformações, os educadores devem assumir um compromisso ético no exercício de sua prática docente, em outras linhas, possuir domínio de conteúdo e, sobretudo, de como administrar as ocorrências em sala de

aula, como é o caso da violência escolar. A educação passa por uma reestruturação que parte desde a gestão escolar até os conflitos cotidianos vivenciados em ambiente escolar. No mesmo sentido:

[...] A falta de políticas públicas adequadas, más influências, indisciplina no sistema de ensino e a ausência dos pais são alguns dos fatores que podem gerar reflexos positivos ou negativos no desenvolvimento das crianças ou dos adolescentes (SENA et al., 2020, p. 47).

Nesse novo contexto motivado pela pandemia, o docente deve, além de saber transmitir conhecimentos, com domínio do conteúdo, permitindo aos alunos uma reflexão prática, que possibilite investigar e teorizar, neutralizar os conflitos que possam surgir no ambiente de aprendizagem remoto, a título de exemplo: o *cyberbullying*, que é uma espécie de violência escolar. Assim, poderá mudar seu saber-fazer de um simples transmissor de conhecimentos construídos por especialistas, para uma relação quem constrói e teoriza, a partir do conhecimento (CHAVES; AMORIM, 2009).

De tal modo, a formação interdisciplinar e multidisciplinar amplia a construção dos saberes que são progressivamente adquiridos e constituídos. Nesse contexto, fica evidente a importância da preparação do docente que passa a ter contato com diversos ramos da ciência, o que propicia um melhor desempenho como profissional.

2.2 Sistema público de ensino brasileiro frente à pandemia do Coronavírus

Para enfrentar a pandemia do novo coronavírus, utilizaram-se de medidas extraordinárias em busca de conter o avanço da pandemia e, em simultâneo, reduzir o índice de contágio e mortalidade causado pelo vírus. Essas mudanças impactaram na convivência dos indivíduos e na educação.

Nesse novo cenário, as escolas públicas se mantiveram com portões fechados e alunos distantes das salas de aula, obrigando a instituição escolar a se adaptar a novos métodos de ensino, sendo necessário redesenhar algumas metodologias para atender aos alunos. Entretanto, os recursos necessários para pôr em prática essas medidas podem ser substanciais para países com limitações de recursos e economias frágeis, e o fechamento prolongado das escolas pode colocar

uma pressão significativa nos sistemas educacionais em todo o mundo.

As dificuldades econômicas, advindas com a pandemia, segundo a UNICEF (2020, p. 1-2), “exacerbarão a escassez de financiamento da educação nos próximos anos e afetarão desproporcionalmente os países de baixa renda e as populações marginalizadas cuja demanda por educação pode ser mais frágil”.

[...] A pandemia de Covid-19 aprofundou as desigualdades no sistema educacional brasileiro, no que se refere à infraestrutura sanitária e tecnológica. É o que revela análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados do Censo Escolar de 2019 sobre escolas federais, estaduais, municipais e particulares. De acordo com a pesquisa, 27% das escolas dos ensinos fundamental e médio não possuem acesso à internet e 44% de todas as escolas não são atendidas por rede pública de esgoto. O estudo, intitulado A Infraestrutura Sanitária e Tecnológica das escolas e a retomada das aulas em tempos de Covid-19, utiliza informações sobre matrículas, estabelecimentos e docentes do Censo Escolar 2019, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A análise da infraestrutura sanitária considera todas as escolas do país. Sob o aspecto tecnológico, o estudo abrange as instituições de ensinos fundamental e médio (IPEA, 2020, p. 1).

No Brasil dados do INEP apontam que das 134.153 escolas de ensino fundamental e médio presentes em todo o território nacional, apenas 34 mil possuem acesso à internet. E destaca que os Estados com maior infraestrutura tecnológica e maior disponibilidade de internet nas escolas são: Distrito Federal (98%) e Mato Grosso do Sul (98%), seguidos dos estados de Goiás (97%), Rio Grande do Sul (97%) e Santa Catarina (97%). Já os estados com menor infraestrutura tecnológica são: Acre (27%), Amazonas (31%), Maranhão (36%) e Pará (38%) (IPEA, 2020, p. 1).

Nesse contexto, fica evidente a disparidade no sistema educacional brasileiro, e, ao mesmo tempo, demonstra que determinados municípios possuem crianças de baixa renda estudando com recursos limitados e com o avanço da pandemia questiona-se como ficou o aprendizado dessas crianças e adolescentes, ou seja, fica evidente o profundo desequilíbrio social:

[...] os alunos com menor acesso à internet e a dispositivos, ou aqueles cujos responsáveis têm menor escolaridade e menor disponibilidade para acompanhar as atividades de ensino remotas, são os mais prejudicados. Essas desigualdades não serão resolvidas com o retorno às aulas, uma vez que os protocolos de prevenção preveem o rodízio de alunos, com parte assistindo às aulas presencialmente e parte remotamente. (IPEA, 2020. p. 1).

No Brasil, a educação está pautada na falta de recursos humanos e materiais, regiões com maior índice de pobreza perpetuam a pior qualidade de ensino e isso fica evidenciado pelo Censo Escolar de 2019 “44% das escolas não são atendidas por rede de água e esgoto, e 22,4% não contam nem mesmo com fossas sépticas”. Essas condições precárias, realidade de alguns alunos brasileiros complicam ainda mais o retorno as aulas que precisam de maior investimento na infraestrutura (IPEA, 2020, p. 1).

As ações direcionadas a educação devem estar pautadas no aluno, no meio social em que vivem e nas condições que possibilitam o aprendizado. Para isso, as políticas educacionais devem ser direcionadas conforme as necessidades de cada região.

Diante dessa realidade, o Ministério da Educação, em conjunto com as Secretarias de Educação, deve priorizar estratégias para atenuar a desigualdade educacional no Brasil, assegurando infraestrutura e recursos que propiciem melhor aprendizagem, diminuindo os efeitos da crise educacional brasileira. Tendo em vista que a evasão escolar e:

[...] o aumento das desigualdades, muitas vezes como resultado do acesso desigual a métodos alternativos de oferta de aprendizagem. Em determinados contextos, os estudantes também podem ser afetados pela falta de alimentação ou pela exposição à violência, deslocamentos, trabalho infantil e outras condições adversas, com meninas e mulheres sendo particularmente vulneráveis. Além disso, deve-se dar especial atenção aos estudantes de origens vulneráveis, incluindo os que vivem na pobreza, em zonas geograficamente remotas ou em favelas urbanas, provenientes de minorias étnicas, migrantes e refugiados, bem como crianças com deficiências. (UNESCO, 2020, p. 3).

A falta de experiências empíricas relacionadas ao ensino, à aprendizagem e à evasão escolar é decorrente das dinâmicas educacionais existentes que se contrapõem à continuidade remota das atividades educacionais, e isso atrasa todo o processo de alfabetização agravado por não possuir estrutura adequada. A paralisação total dos processos presenciais obrigou os alunos a estudarem de forma virtual, gerando uma ruptura dos processos de ensino e aprendizagem com limitações para a absorção integral dos conteúdos no período de pandemia (SENHORAS, 2020).

Frente ao exposto, utilizar as ferramentas e potencialidades da Internet é uma consequência do mundo globalizado que impõe cada vez mais novas formas e

práticas pedagógicas de ensino. Ocorre que a pandemia acelerou esse processo de implantação de tecnologias como ferramentas essenciais para o ensino. As experiências no uso das TICs possuem diferentes resultados que dependem das condições de infraestruturas e individuais de acessibilidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com aumento de casos de Covid-19 pelo mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou que fossem adotadas iniciativas de isolamento social e, com essas medidas, o fechamento dos estabelecimentos escolares para conter a transmissão do novo coronavírus. No contexto educacional, precisava-se de alternativas para transmitir conteúdos aos alunos que passariam a ter aulas na modalidade *on-line* como uma alternativa para aprendizagem durante o período pandêmico.

Por um lado, a pandemia da COVID-19 trouxe impactos negativos transversais e assimétricos em todo o campo da Educação, potencializando o aumento das desigualdades socioeconômica e educacional, ampliado no contexto de isolamento social, forçando os profissionais da educação a encontrar alternativas tecnológicas para transmitir os conteúdos aos alunos. Face a essa busca por ferramenta tecnológica para transmitir conteúdos e, ao mesmo tempo, aproximar o aluno do professor, empresas de tecnologias passaram a disponibilizar diversos aplicativos para interação dos alunos, dentre eles estão *Trello*, *padlet*, *coggle*, *mindmup*.

Assim, conclui-se que a pandemia da Covid-19 no Brasil criou imensos desafios para professores e alunos que tiveram de se adaptar diante das imensas diversidades existentes no território brasileiro. Dentre vários fatores, a falta de acessibilidade à tecnologia e de conectividade complicam-se diante da falta de domínio dos professores às novas ferramentas tecnológicas.

A estrutura e o desenvolvimento da base curricular na formação de professores não apresentam grandes inovações e avanços que permitam ao licenciando enfrentar o início de uma carreira docente com uma base consistente de conhecimentos disciplinares, de contextos socioeducacionais, práticas com fundamentos e técnicas. De tal modo, iniciativas inovadoras devem representar

avanços na formação de docentes, visando promover habilidades prático-teórico e permitir desenvolver, criar e ampliar aspectos relativos ao desenvolvimento da educação escolar em suas variadas especificidades.

REFERÊNCIAS

ALEXY, R. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

CHAVES, E. M.; AMORIM, D. M. B. A interdisciplinaridade como princípio de formação docente: limites e possibilidades – o CSFP em questão. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 316-325, 2009.

FREIRE, P. Papel da educação na humanização. **Revista Paz e Terra**, São Paulo, n. 9, p.123-132, 1969.

IPEA. Pandemia amplia desigualdade no sistema educacional, diz estudo do Ipea: falta de internet e de saneamento básico expõem disparidades estruturais nas escolas. **ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, [s. l.], 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36069. Acesso em: 09 mar. 2021.

MACHADO, C.; ANDRADE, E. F. Democratização do direito à educação básica no Brasil: algumas ponderações. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 1, p. 33-58, 2021.

OLIVEIRA, J. F.; LIBÂNEO, J. C.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2017.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SENA, M. C. *et al.* Mediação de conflito escolar como ferramenta de prevenção ao bullying: ação em saúde pública. **Multitemas**, Campo Grande, MS, v. 25, n. 60, p. 45-69, 2020.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e educação: análise dos impactos assimétricos. **Boletim de Conjuntura**, Boa Vista, ano 2, v. 2, n. 5, p. 1-11, 2020.

UNESCO. **COVID-19 resposta educacional**: nota informativa - setor de educação: nota informativa n° 7.1 - abril de 2020. [S. l.]: UNESCO, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373275_por?posInSet=1&queryId=f5e77daf-4788-48e3-8d17-8e13b634dfa6. Acesso em: 09 mar. 2021.

UNICEF. Educação. **UNICEF**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/educacao>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SAVIANI, D. Sistema nacional de educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 380-393, 2010.

Apêndice D –Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado participante, você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa *Cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas de Campo Grande/MS”. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a necessidade de fazer um levantamento sobre esse fenômeno, no contexto local.

Como benefício da pesquisa, os dados coletados neste estudo poderão dar base para estratégias de intervenção futuras, a fim de reduzir a violência do (violência praticada ou recebida por meios digitais) entre adolescentes.

A pesquisa tem como objetivo analisar o *cyberbullying* (violência praticada ou recebida por meios digitais) entre adolescentes nas escolas públicas no município de Campo Grande/ MS.

O procedimento metodológico de estudo é de abordagem quantitativa, exploratória, descritiva de natureza transversal, e busca descobrir e identificar a exposição entre as variáveis, bem como nos que investigam a relação de causalidade entre fenômenos. A população a ser estudada será composta por professores do 6º, 7º, 8º e 9º anos de ambos os sexos, da Escola Municipal Wilson Taveira Rosalino, e na Escola Municipal Múcio Teixeira Júnior, situadas no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

O critério de inclusão da amostra será: professores do 6º, 7º, 8º e 9º anos de ambos os sexos, que aceitem participar da pesquisa; e professores em pleno exercício profissional nas escolas Municipal Wilson Taveira Rosalino, e na Escola Municipal Múcio Teixeira Júnior.

O critério de exclusão da amostra será: professores do 6º, 7º, 8º e 9º anos de ambos os sexos que não aceitem participar da pesquisa; professores de outras escolas municipais, que não fazem parte do corpo docente das escolas Escola Municipal Wilson Taveira Rosalino e da Escola Municipal Múcio Teixeira Júnior; e professores que estejam gozando de qualquer tipo de licença do serviço.

Para a coleta de dados, será aplicado o questionário estruturado *online*, que será disponibilizado de forma remota aos professores para que seja respondido. Estima-se que o participante levará em média 20 minutos para responder ao

questionário. Serão coletadas informações específicas a respeito de sua observação sobre a prática de *cyberbullying* em ambiente escolar, ou seja, violência praticada ou recebida por meios digitais. Assim, o instrumento segue o roteiro *Cyberbullying Questionnaire* (CBQ); *Escala Multidimensional de Apoio Social Percibido*, adaptado, autorizado e enviado via *e-mail*, por Ester Calvete, representante das autoras (ESTÉVEZ; VILLARDÓN; CALVETE; PADILLA; ORUE; 2010).

Os riscos da pesquisa são mínimos aos participantes, consistentes no constrangimento em deixar de responder alguns ou a totalidade dos quesitos do questionário, que será *online*. Como forma de assistência e providência, o pesquisador é responsável por manter a segurança da pesquisa, o zelo da confidencialidade dos dados, da privacidade da identificação e do sigilo das informações e guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual, evitando-se quaisquer falhas técnicas que eventualmente possam ocorrer.

Em caso de observância de constrangimento na resposta de um ou mais quesitos do questionário, o participante da pesquisa ficará facultado em não responder um ou mais questionamentos, que eventualmente venha apresentar algum tipo de incômodo ou constrangimento. Destaca-se, ainda, que o (a) participante poderá se retirar a qualquer momento da pesquisa, mesmo depois de autorizado ou consentido em plena liberdade. Os participantes da pesquisa terão acesso ao acompanhamento e assistência sobre a pesquisa, tanto durante a pesquisa, quanto dos momentos posteriores a pesquisa, inclusive após o seu encerramento.

O convite para participação na pesquisa será feito de forma individual não permitindo, assim, a identificação dos convidados nem a visualização dos seus dados, contato de *e-mail*, por terceiros.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante, relatórios individuais para os entrevistados, artigos científicos e no formato de dissertação/tese. O pesquisador é responsável por reparar quaisquer danos eventuais com indenização, decorrentes da pesquisa ao participante da pesquisa.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a identidade do participante com padrões

profissionais de privacidade e sigilo, atendendo à legislação brasileira (Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Os participantes que sofrerem qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador.

Este termo é redigido em duas vias, sendo uma do participante da pesquisa e outra do pesquisador. Em caso de dúvidas quanto à sua participação, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável pelo *e-mail* “graciele_s@ufms.br”, ou telefone “(67)99242-6454”, ou pelo endereço (profissional) “Rua Joaquim Murtinho, 419, centro”.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS (CEP/UFMS), localizado no *Campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, prédio das Pró-Reitorias ‘Hércules Maymone’ – 1º andar, CEP: 79070900. Campo Grande – MS; *e-mail*: cepconep.propp@ufms.br; telefone: 67-3345-7187; atendimento ao público: 07:30-11:30 no período matutino e das 13:30 às 17:30 no período vespertino. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto, de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Declaro que fui informado (a) sobre a pesquisa “Cyberbullying entre adolescentes nas escolas públicas no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul”.

Diante disso, marque a opção se você CONCORDA ou NÃO CONCORDA em participar:

() CONCORDO EM PARTICIPAR da pesquisa *Cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas de Campo Grande/MS.

() NÃO CONCORDO EM PARTICIPAR da pesquisa *Cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas de Campo Grande/MS.

Campo Grande/MS, _____ de _____ de 2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO**

OFÍCIO N. 1.372/CEFOR/SEMED

Campo Grande, 20 de maio de 2021.

Prezado Senhor:

Em resposta ao ofício dessa Universidade, pelo qual se solicita autorização para Graciele da Silva realizar a pesquisa "Cyberbullying entre adolescentes nas escolas públicas de Campo Grande/MS", com entrevista on-line aos professores das Escolas Municipais Prof. Wilson Taveira Rosalino e Prof. Múcio Teixeira Jr., informamos parecer favorável.


Ressaltamos que, para início do trabalho, faz-se necessário mostrar-nos o protocolo de solicitação ao Comitê de Ética e Pesquisa/CEP e elucidar os envolvidos sobre o estudo, com apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido.

Além disso, salienta-se que os procedimentos da investigação deverão ser acompanhados pela direção e/ou coordenação da Escola, na qual uma cópia deste ofício deverá ser entregue, para acerto dos trâmites necessários.

Outrossim, depois da conclusão das atividades, observa-se ser relevante e substancial que uma cópia do trabalho completo, conforme normas da ABNT, preferencialmente encadernada, seja disponibilizada à Coordenadoria do Centro de Formação para a Educação/CEFÓR, para compor o acervo da biblioteca desta Secretaria.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição, pelo telefone n. 2020-3831, falar com Letícia Costa, na CEFOR deste Órgão Central.

Atenciosamente,


Soraia Inácio de Campos
Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Educação

Ao Sr. Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos
Orientador - Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região
Centro-Oeste - UFMS
- Campo Grande - MS

ONICIETO SEVERO MONTEIRO, 460 - VILA MARGARIDA - CEP: 79023200 - Fone: (67)3314-3800 - E-mail: semed.gab.cg@gmail.com



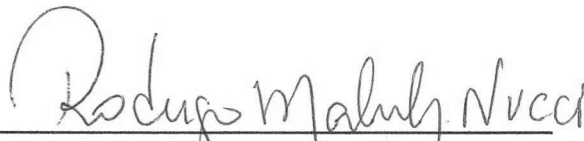
5aeff8a7bb2306fab50d7c220ed3e1b57d26f41e

CARTA DE ANUÊNCIA DA ESCOLA

Eu, diretor(a) desta escola Múcio Teixeira Júnior, estou ciente e de acordo com a execução da pesquisa intitulada "*Cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul", desenvolvida pela estudante de mestrado Graciele da Silva, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Haidamus Bastos de Oliveira, ambos do Programa de Pós-Graduação em *Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*.

Compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual a referida escola participará. A explicação que recebi define a metodologia a ser aplicada, públicos envolvidos e ferramentas utilizadas. Entendi que sou livre para interromper esta participação nesta pesquisa a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem sofrer qualquer dano.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo



Diretor da Escola municipal Múcio Teixeira Júnior
Rodrigo Maluy Nucci
Diretor Adjunto
Decreto "RE" n. 44, de 08/01/2019

Campo Grande, 18 de junho de 2021.

CARTA DE ANUÊNCIA DA ESCOLA

Eu, diretor(a) desta escola Wilson Taveira Rosalino, estou ciente e de acordo com a execução da pesquisa intitulada “*Cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul”, desenvolvida pela estudante de mestrado Graciele da Silva, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Haidamus Bastos de Oliveira, ambos do Programa de Pós-Graduação em *Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*.

Compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual a referida escola participará. A explicação que recebi define a metodologia a ser aplicada, públicos envolvidos e ferramentas utilizadas. Entendi que sou livre para interromper esta participação nesta pesquisa a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem sofrer qualquer dano.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo



Diretor da Escola municipal

Wilson Taveira Rosalino

Helsney M^ª F. B. do Nascimento
Diretora Adjunta
"PE" N. 44, de 08/01/2019

Campo Grande, 11 de junho de 2021.



Graciele da Silva <graciele_s@ufms.br>

Investigación sobre cyberbullying

Esther Calvete Zumalde <esther.calvete@deusto.es>

6 de outubro de 2020 04:22

Para: Graciele da Silva <graciele_s@ufms.br>

Hola

Debe cumplimentarse este LINK

https://grupopsi.eu.qualtrics.com/jfe/form/SV_8uB73CaYZVBcDd3

una vez cumplimentado se tiene permiso para su uso en los términos indicados.

La información sobre los cuestionarios está en las publicaciones existentes.

un saludo

Esther

Esther Calvete

Universidad de Deusto / University of Deusto

Email: esther.calvete@deusto.es

Deusto Stress Research

<http://paginaspersonales.deusto.es/ecalvete/>

<http://www.stress.deusto.es>

[Texto das mensagens anteriores oculto]

APÊNDICE B - Questionários

Apresentação

O objetivo da presente pesquisa é identificar *cyberbullying* entre adolescentes nas escolas públicas no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Para isso peço a você participante que preencha o questionário que se segue, a sua participação é voluntaria e pode desistir a qualquer momento. O questionário garante seu anonimato e confidencialidade, e o acesso as suas respostas será somente do pesquisador. Não se trata de um teste por isso não existe resposta certa ou errada.

Obrigada pela sua participação!

Questionário sociodemográficos para a determinação da idade, sexo e ano de escolaridade.

1. Identificação:

Sexo: () Masculino

() Feminino

Idade em anos:

- A) até 30 anos
- B) até 40 anos
- C) até 50 anos
- D) acima de 50 anos

2. Qual nome da sua escola:

- Wilson Taveira Rosalino
- Múcio Teixeira Júnior

3. É professor do ensino fundamental:

- A) 6º ano
- B) 7º ano

- C) 8º ano
- D) 9º ano

4. Como você avalia sua relação como seus alunos:

- A) Regular
- B) Bom
- C) Ótimo
- D) Excelente

5. Sua formação acadêmica é:

- A) Graduado
- B) Especialista
- C) Mestrado incompleto/cursando
- D) Mestrado completo
- E) Doutorado incompleto/ cursando
- F) Doutorado completo

6. Você já fez cursos de aperfeiçoamento de professores no decorrer de sua carreira como professor:

- D) Um curso
- E) Dois ou mais cursos
- F) Nunca fiz

The Cyberbullying Questionnaire (CBQ). CAQLVETE, C.; ORUE, I.; ESTEVEZ, A.; VILLARDÓN, L.; PADILLA, P. Cyberbullying in adolescents: Modalities and aggressors' profile. **Computers in Human Behavior**, v. 26, p. 1128-135, 2010.

Questionário de Cyberbullying (CBQ)

Parte I

Marque com X sua resposta. **Com que frequência VOCÊ VIU OU FICOU SABENDO DE ALUNOS QUE UTILIZARAM A INTERNET PARA:**

	Nunca 0	Às vezes 1 a 4	Muitas vezes 5 ou mais
1. Fazer insultos a colegas on-line.			
2. Enviar mensagens ameaçadoras ou insultuosas por (WhatsApp, Messenger, Instagram e outros)			
3. Postar imagens de um conhecido/a ou de um/a colega na internet como intuito de humilha-la.			
4. Enviar <i>links</i> de imagens humilhantes de colegas a outras pessoas para que as possam ver.			
5. Escrever piadas, boatos, mentiras ou comentários na internet, para ridicularizar o outro.			
6. Enviar <i>fake news</i> de um colega para outros.			
7. Utilizar senha de colega de sala e enviar mensagens em seu nome para outros.			
8. Gravar vídeos ou tirar fotos de alguém enquanto um grupo ri e força outra pessoa a fazer algo humilhante ou ridículo.			
9. Enviar vídeos ou fotos de colegas sendo ridicularizado a outras pessoas.			
10. Espalhar segredos ou imagens de colegas por (WhatsApp, Messenger, Instagram e-mail e outros)			
11. Excluir intencionalmente colegas de um grupo on-line.			
12. Enviar mensagens intimidatórias a colegas por (WhatsApp, Messenger, Instagram e-mail e outros)			

13. Gravar vídeos ou tirar fotos de um parceiro em algum tipo de comportamento sexual para postar ou enviar.			
14. Receber vídeos ou fotos de um parceiro em algum tipo de comportamento sexual e enviar a outras pessoas.			
15. Receber vídeos ou fotos de colegas envolvidos em algum tipo de comportamento sexual para postar ou enviar a outros.			
16. Ao ficar sabendo de uma situação vexatória ou de cyberbullying de aluno procurou para conversar e auxiliá-lo.			
17. Na sua escola autoridades, psicólogos e outros já fizeram palestras explicando direitos, deveres e consequências na saúde do adolescente exposto a violência escolar.			

Adaptação para o português: Questionário de Cyberbullying (CBQ). Traduzido e adaptado por Graciele da Silva, 2020.

Parte II

Marque com X sua resposta.

Com que frequência as seguintes SITUAÇÕES FORAM FEITAS A VOCÊ PROFESSOR:

	Nunca 0	Às vezes 1 a 4	Muitas vezes 5 ou mais
1. Ameaças ou mensagens com insultos por (WhatsApp, Messenger, Instagram e outros)			
2. Recebeu fotos (consideradas humilhantes referindo a sua pessoa professor)			
3. Enviaram piadas, boatos, mentiras ou comentários na internet sobre mim.			
4. Obtiveram sua senha, <i>passwords</i> para enviar mensagens há outros se passando por você.			
5. Tiraram fotos e gravaram vídeo te e			

ridicularizado(a).			
6. Divulgaram segredos, fotos ou informações pessoais suas.			
7. Enviaram-me, mensagens ameaçadoras repetidas vezes.			
8. Publicaram piadas, boatos, mentiras ou comentários na internet, para me ridicularizar.			

Adaptação para o português: Questionário de Cyberbullying (CBQ). Traduzido e adaptado por Graciele da Silva, 2020.

LANDETA, O. & CALVETE, E. Adaptación y Validación Escala Multidimensional de Apoyo Social Percibido Revista de Ansiedad y Estrés, v. 8, n. 2- 3, p. 173-182, 2002.

Parte V

Questionário Adaptação e Validação da Escala Multidimensional de Apoio Social Percebido

Gostaríamos de saber sua opinião nas questões relativas ao *cyberbullying* escolar: Indique sua concordância com cada um deles usando esta escala. Por favor, preencha os quadrados que contém o número indicado, de acordo com o seguinte critério.

1	2	3
NÃO	SIM	PARCIALMENTE

1. Existe algum setor e/ou profissional na escola em que trabalha, para auxiliar alunos vítimas de violência escolar.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/>
2. A escola presta assistência aos alunos vítimas de cyberbullying.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/>
3. Os professores tomam ciência quando ocorre cyberbullying no ambiente escolar.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/>
4. O aluno desempenha um papel central na ocorrência do cyberbullying.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/>

5. Ocorreu cyberbullying existe suporte da escola para com alunos e familiares.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/>
6. Como você visualiza o envolvimento do Estado na prevenção do cyberbullying.	1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/>

Adaptação para português: Adaptação e Validação da Escala Multidimensional de Apoio Social Percebido, por Graciele da Silva, 2020.

Muito obrigada pela sua participação!!!